



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL
GESTÃO E TECNOLOGIA APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC
GESTÃO DA EDUCAÇÃO E REDES SOCIAIS**

ANGELO MENDES FERREIRA

**MÍDIAS EDUCATIVAS COMO FOMENTO A PRÁTICAS DE
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: um diálogo entre a Liga
Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional e o
Colégio Estadual Renan Baleeiro.**

**SALVADOR
2018**

ANGELO MENDES FERREIRA

**MÍDIAS EDUCATIVAS COMO FOMENTO A PRÁTICAS DE
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: um diálogo entre a Liga
Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional e o
Colégio Estadual Renan Baleeiro.**

Trabalho de Conclusão de Curso, sob o formato de Relatório Técnico, apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (GESTEC), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vinculado ao Departamento de Educação (DEDC) – *Campus I*, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação.

Área de Concentração: Gestão da Educação e Redes Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Luiza Figueiredo Heine.

**SALVADOR
2018**

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Ficha Catalográfica - Produzida pela Biblioteca Edivaldo Machado Boaventura

Ferreira, Angelo Mendes.

MÍDIAS EDUCATIVAS COMO FOMENTO A PRÁTICAS DE
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: um diálogo entre a Liga
Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional e o Colégio
Estadual Renan Baleeiro / Angelo Mendes Ferreira.-- Salvador, 2018.
167 fls. : il.

Orientador: Maria Luiza Figueiredo Heine

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em
Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação - GESTEC, 2018

1. Alimentação saudável. 2. Educação Alimentar e Nutricional. 3.
Hábitos alimentares. 4. Mídias educativas. I. Heine, Maria Luiza
Figueiredo II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de
Educação. Campus I.

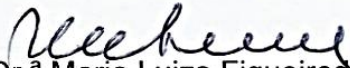
CDD: 370


FOLHA DE APROVAÇÃO

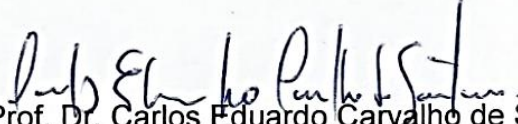
“MÍDIAS EDUCATIVAS COMO FOMENTO A PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM DIÁLOGO ENTRE A LIGA ACADÊMICA BAIANA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O COLÉGIO ESTADUAL RENAN BALEEIRO”

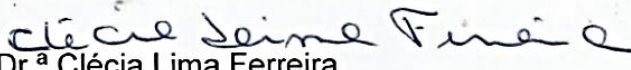
ANGELO MENDES FERREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 23 de Julho de 2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


Prof.^a Dr.^a Maria Luiza Figueiredo Heine
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB


Prof.^a Dr.^a Silvana Lima Guimarães França
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Medicina e Saúde
Universidade Federal da Bahia - UFBA


Prof. Dr. Carlos Eduardo Carvalho de Santana
Unidade Baiana de Ensino, Pesquisa e Extensão – UNIBAHIA
Doutorado em Educação e contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB


Dr.^a Clécia Lima Ferreira
Universidade Tiradentes - UNIT
Doutorado em Ciência Política
Nova de Lisboa - UNL

Dedico este trabalho à duas pessoas maravilhosas:

**ao meu amor, escolhido e acolhido, a quem chamo de “meu companheiro”:
Ismael Oliveira.*

**à minha amiga professora nutricionista, eterna para sempre em meu coração:
Nadja Gomes de Santana.*

"Não existem sonhos impossíveis para aqueles que realmente acreditam que o poder realizador reside no interior de cada ser humano, sempre que alguém descobre esse poder algo antes considerado impossível se torna realidade".

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo amor grandioso e pertinente em minha vida, toda glória e louvor por mais essa conquista em minha vida. Sei que sem Sua presença eu jamais teria conquistado essa bênção. Ao Senhor, com meu maior carinho.

Ao meu companheiro Ismael Oliveira, a quem prestou-me auxílio de maneira inigualável e ininterrupta. A você, pelo incentivo nos momentos de desistência, um muito obrigado! Somos um casal de excelência!

À minha família, meus pais Maria Cristina e Antonio, e em especial meus irmãos André e Anderson e minhas cunhadas, Andréia e Linde, pelo apoio e incentivo para que eu conquistasse mais esse título. A vocês, meu muito obrigado!

Aos membros da Liga Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional (LABSAN), pelo apoio e carinho prestados na confecção deste trabalho.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Luiza Figueiredo Heine, por ter me escolhido numa seleção tão difícil e pelo apoio e respeito prestado durante a jornada, um muito obrigado!

À minha amiga (que infelizmente não se encontra fisicamente entre nós), Prof.^a Ma. Nadja Gomes de Santana, que sempre tinha a mim e ao meu companheiro com carinho, respeito, amor e esperança; esperança de sermos um casal maravilhoso perante os olhos de uma sociedade extremamente preconceituosa e machista. À senhora, pelos incentivos em acreditar que a Educação Alimentar e Nutricional é um campo rico de emoções e cheios de experiências. Saudades, minha amiga!

À minha amiga do curso de Nutrição da UNEB, Prof.^a Dr.^a Silvana Lima Guimarães França, pelo carinho, respeito, confiança e amor ofertados em todos os dias de nossa vida que nos conhecemos. À senhora, meus humildes e sinceros agradecimentos, por me mostrar o quão belo é a Nutrição Social. Obrigado!

Ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Carvalho de Santana, pela sensibilidade, carinho e respeito prestados a mim desde o dia de minha Qualificação. Ao senhor, meus singelos agradecimentos.

À toda comunidade do Colégio Estadual Renan Baleeiro, em especial à gestora Andréa Senhorinho, por ter me aceitado em sua Unidade Escolar e aceitado a realização deste projeto. Sem vocês, nada disso teria ocorrido, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas de curso, independente de qual área seja. A vocês, saudades dos momentos incríveis dentro e fora da sala de aula, em especial à Adriana Leite, uma amiga que jamais encontrarei em canto algum! Não esquecerei de nossa viagem, nossas resenhas. A você amiga, meu muito obrigado!

Ao Grupo de Pesquisa Educação, Região e Universidade (EdUReg), pelo apoio e carinho oferecidos durante os encontros, eventos e festas. Aqui deixo meu agradecimento especial à Prof.^a Rosângela da Luz Matos, pelo apoio e carinho nas reuniões e confecções de eventos.

À UNEB, em particular ao Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (MP GESTEC), ao curso de Nutrição e seus funcionários, pelo apoio prestado durante o percurso.

RESUMO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) configura-se como uma importante ferramenta estratégica para contribuir com a promoção da saúde, através de uma alimentação adequada e saudável. A importância de seus estudos nas áreas da educação e da saúde têm se intensificado nos últimos anos, em virtude da notável mudança do perfil alimentar, estilo de vida e padrão de saúde da população brasileira, principalmente o público infantojuvenil, associada a um crescente índice de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como a obesidade e a diabetes. Nesse contexto, chama-se atenção para a escola, considerada como espaço garantido à promoção e disseminação de saberes diversos, onde a prática de EAN tornar-se muito mais precisa e vivenciada (de forma mais regular) pelos escolares, com o intuito de contribuir para a construção do conhecimento sobre alimentação e motivar hábitos alimentares saudáveis. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a percepção sobre alimentação dos discentes do sexto ano do turno vespertino do ensino fundamental do Colégio Estadual Renan Baleeiro, localizado na cidade de Salvador, estado Bahia. Tal pesquisa caracterizou-se por possuir uma natureza aplicada, de caráter descritivo e abordagem qualitativa. Foram selecionados aleatoriamente 20 estudantes regularmente matriculados na unidade escolar e série informada, por meio de uma amostragem não probabilística e de conveniência. A coleta de dados foi realizada através de entrevista coletiva utilizando roteiro semiestruturado por meio de grupos focais, sendo a análise de dados concebida nos pressupostos da análise de conteúdo. Ao finalizar a pesquisa, criou-se como proposta estratégica um material pedagógico (no intuito de auxiliar os educadores nas ações de EAN no espaço escolar), uma coletânea de videoaulas postadas numa Plataforma de Vídeos Digitais conhecida como *YouTube*. Espera-se que, através da execução deste trabalho, e com o auxílio do material pedagógico proposto, a EAN seja apontada como um dos caminhos perceptíveis para mudar as atitudes dos discentes em relação aos seus hábitos e dos membros familiares e, por consequência, a sociedade, o que permitiria que a mesma construísse uma nova forma de compreender a realidade na qual vive.

Palavras – chave: Alimentação saudável; Educação Alimentar e Nutricional; Hábitos alimentares; Mídias educativas.

ABSTRACT

The Food and Nutrition Education (FNE) is an important strategic tool to contribute to the promotion of health, through an adequate and healthy diet. The importance of his studies in the areas of education and health has intensified in recent years, due to the notable change in the food profile, lifestyle and health pattern of the Brazilian population, especially the child and adolescent public, associated with a growing index of Chronic Noncommunicable Diseases (CND), such as obesity and diabetes. In this context, attention is drawn to the school, which is considered as a guaranteed space for the promotion and dissemination of diverse knowledge, where FNE practice becomes much more precise and experienced (more regularly) by school children, in order to contribute to build knowledge about nutrition and motivate healthy eating habits. Thus, the present research had as main objective to analyze the perception about feeding of the students of the sixth year of the afternoon shift of the elementary school of Renan Baleeiro State College, located in the city of Salvador, Bahia State. Such research was characterized by having an applied nature, descriptive character and qualitative approach. Twenty students were randomly enrolled in the school unit and reported series, using non-probabilistic and convenience sampling. Data collection was done through a collective interview using a semi-structured script through focus groups, and data analysis was conceived in the assumptions of content analysis. At the end of the research, a pedagogical material was created as a strategic proposal (in order to assist the educators in the FNE actions in the school space), a collection of videotapes posted on a Platform of Digital Videos known as *YouTube*. It is hoped that through the execution of this work, and with the help of the proposed pedagogical material, the FNE will be pointed out as one of the perceptible ways to change students' attitudes towards their habits and family members and, consequently, society, which would allow it to construct a new way of understanding the reality in which it lives.

Keywords: Healthy eating; Food and Nutrition Education; Eating habits; Educational media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Transição secular do estado nutricional da população brasileira de 5 a 9 anos de idade por sexo – 1974 a 2009.....	26
Figura 2 – Transição secular do estado nutricional da população brasileira de 10 a 19 anos de idade por sexo – 1974 a 2009.....	27
Figura 3 – Transição secular do estado nutricional da população brasileira de 20 anos ou mais de idade por sexo – 1974 a 2009.....	27
Figura 4 – Prevalência de <i>déficit</i> de peso, excesso de peso e obesidade na população de 20 anos ou mais de idade, por sexo no Brasil - períodos 2002-2003, 2008-2009 e 2013.....	28
Figura 5 – Mapa dos municípios pertencentes ao NTE 26.....	56
Figura 6 – Escola Estadual Renan Baleeiro no ano de 2002.....	57
Figura 7 – Fachada do Colégio Estadual Renan Baleeiro na atualidade.....	58
Figura 8 – Página de apresentação do canal “Práticas de EAN no CERB” na plataforma <i>Youtube</i>	73
Figura 9 – Página inicial do <i>site</i> principal da LABSAN, indicando a janela de encaminhamento ao curso “Práticas de EAN no CERB”	74
Figura 10 – Página de apresentação do curso “Práticas de EAN no CERB” no <i>site</i> principal da LABSAN.....	75
Figura 11 – Videoaulas destacadas do curso “Práticas de EAN no CERB” no <i>site</i> principal da LABSAN.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBS	– Confederação Brasileira de <i>Surf</i>
CEE	– Conselho Estadual de Educação
CEP	– Comitê de Ética e Pesquisa
CERB	– Colégio Estadual Renan Baleeiro
DCV	– Departamento de Ciências da Vida
DCNT	– Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	– Direito Humano a Alimentação Adequada
DUDH	– Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAN	– Educação Alimentar e Nutricional
EJA	– Educação de Jovens e Adultos
EN	– Educação Nutricional
ENDEF	– Estudo Nacional da Despesa Familiar
EPI	– Equipamento de Proteção Individual
EsFCEEx	– Escola de Formação Complementar do Exército
FAO	– Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIFA	– Federação Internacional de Futebol
MP GESTEC	– Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação
GF	– Grupo Focal
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LABSAN	– Liga Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	– Movimento de Cultura Popular

NTE	– Núcleo Territorial de Educação
Nupens	– Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde
OPAS	– Organização Pan-Americana da Saúde
OMS	– Organização Mundial da Saúde
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCN	– Parâmetros Curriculares Nacionais
PeNSE	– Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAQ	– Programa Nacional de Qualificação
PNDS	– Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde
PNS	– Pesquisa Nacional de Saúde
PNSN	– Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição
POF	– Pesquisa de Orçamentos Familiares
SAN	– Segurança Alimentar e Nutricional
SEC/BA	– Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SESI	– Sistema Social da Indústria
SISVAN	– Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUS	– Sistema Único de Saúde
SVS	– Secretaria de Vigilância em Saúde
TCLE	– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	– Tecnologias de Informação e Comunicação
UNEB	– Universidade do Estado da Bahia
UFBA	– Universidade Federal da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VAN – Vigilância Alimentar e Nutricional

LISTA DE SÍMBOLOS

g	– gramas
g/dia	– gramas por dia
mg	– miligramas
ml	– mililitros
kcal	– quilocalorias

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REVISÃO TEÓRICA	22
2.1 TRANSIÇÃO NUTRICIONAL	22
2.2 ALIMENTAÇÃO DOS ESCOLARES	31
2.3 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	35
2.3.1 Lei nº 13.666 / 2018: um avanço nas práticas de EAN	40
2.4 A ESCOLA PROMOTORA DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS	42
2.5 MÍDIAS EDUCATIVAS	46
2.6 GUIA ALIMENTAR PARA POPULAÇÃO BRASILEIRA: BREVE HISTÓRICO	49
3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	54
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	54
3.2 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA.....	54
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	59
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	60
3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	62
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	63
5 O PRODUTO DESENVOLVIDO: COLETÂNEA DE VÍDEOAULAS NA PLATAFORMA DIGITAL <i>YOUTUBE</i>	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICES	80
APÊNDICE A - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO	90
APÊNDICE B - TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR.....	95

APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PROPONENTE.....	96
APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA COPARTICIPANTE	97
APÊNDICE E - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA	98
APÊNDICE F - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	99
APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	100
APÊNDICE H - TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR.....	103
APÊNDICE I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA (CEP) DA UNEB	105
APÊNDICE J - DEPOIMENTOS DOS ENTREVISTADOS E SUAS CATEGORIZAÇÕES NO GRUPO FOCAL.....	108
ANEXOS	122
ANEXO A - REGIMENTO DO MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIA APLICADAS À EDUCAÇÃO (MP GESTEC)	122
ANEXO B - ESTATUTO DA LIGA ACADÊMICA BAIANA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (LABSAN).....	149
ANEXO C - RELATÓRIO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS DE IDADE SOB O ÍNDICE PESO X IDADE RESIDENTES NA BAHIA NO ANO DE 2017.....	162
ANEXO D - RELATÓRIO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA ENTRE OS 5 E 10 ANOS DE IDADE SOB O ÍNDICE PESO X IDADE RESIDENTES NA BAHIA NO ANO DE 2017.....	163
ANEXO E - RELATÓRIO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES SOB O ÍNDICE PESO X IDADE RESIDENTES NA BAHIA NO ANO DE 2017.....	164
ANEXO F - RELATÓRIO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS DE IDADE SOB O ÍNDICE PESO X IDADE RESIDENTES EM SALVADOR NO ANO DE 2017	165
ANEXO G - RELATÓRIO DO ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA ENTRE OS 5 E 10 ANOS DE IDADE SOB O ÍNDICE PESO X IDADE RESIDENTES EM SLVADOR NO ANO DE 2017	166
ANEXO H - RELATÓRIO DO ESTADO NUTRICIONAL DE ADOLESCENTES SOB O ÍNDICE PESO X IDADE RESIDENTES EM SALVADOR NO ANO DE 2017	167

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os hábitos alimentares de muitos brasileiros (em especial os escolares) tem sido alvo de muitos estudos que revelam os baixos índices de desnutrição e o aumento das taxas de sobrepeso e obesidade. Este quadro reflete a ingestão excessiva de alimentos ultraprocessados, de baixo teor nutricional e alto valor energético, na falta (ou escassez) da ingestão de frutas, verduras, legumes e cereais integrais (LÓPEZ *et al.*, 2006; TORAL, CONTI & SLATER, 2009; LEVY *et al.*, 2010). Tais hábitos alimentares também têm sido associados ao aparecimento precoce de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) como *Diabetes mellitus*, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares (ALVAREZ *et al.*, 2008; RODRIGUES *et al.*, 2009).

Muitos autores acreditam que as principais causas de uma alimentação inadequada estão refletidas no processo de industrialização dos alimentos e das propagandas a elas ofertadas. Mendonça e Anjos (2004), por exemplo, destacam que atualmente os alimentos (em sua maioria) vêm de uma transformação industrial da matéria-prima. Toma-se a precaução por parte dos fabricantes em melhorar a qualidade comercial de seus produtos, com o objetivo de elevar suas vendas, o que acarreta, muitas vezes, na perda do valor nutritivo desses alimentos, e como consequência, o surgimento de pessoas (em especial crianças e adolescentes) obesas.

Desta forma, é preciso tomar consciência de que a transformação das técnicas de produção e dos costumes alimentares podem acarretar em sérias complicações à saúde. Não somente conhecer, mas sim reconhecer de que a industrialização e urbanização contribuem bastante para este fato. Crianças e jovens tem cada vez menos espaços gratuitos para praticar atividades físicas e incorporam formas de lazer sedentárias, como computadores e televisão. As refeições rápidas e fora de casa (como refrigerantes, salgadinhos, sanduíches e biscoitos) substituíram o arroz, feijão, carne e legumes, até mesmo na merenda servida na escola.

Por saber da importância que a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desempenha como forma de promoção e qualidade de vida das pessoas (e em caráter especial os escolares), é que temos a realização deste trabalho de pesquisa intitulado “Mídias Educativas como fomento a práticas de Educação Alimentar e Nutricional: um diálogo entre a Liga Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional e o

Colégio Estadual Renan Baleeiro”, realizado no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicada à Educação (MP GESTEC), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

O campo de atuação foi o Colégio Estadual Renan Baleeiro (CERB), situado no bairro de Águas Claras em Salvador, estado Bahia, que possui discentes dos níveis fundamental e médio. O referido colégio possui uma horta escolar desenvolvida em parceria com o projeto “Nutrindo o Saber: Educação Popular em Saúde, com Recorte em Segurança Alimentar e Nutricional”, que é desenvolvido pela Liga Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional (LABSAN), uma entidade estudantil de graduandos em Nutrição com supervisão de docentes nutricionistas lotados no Departamento de Ciências da Vida (DCV) da UNEB, *Campus I*. Sendo assim, o presente trabalho de pesquisa dar-se-á por meio de uma articulação com a LABSAN, objetivando uma maior participação da comunidade escolar na disseminação/promoção de hábitos alimentares saudáveis.

A articulação descrita no presente estudo é autorizada pelo Mestrado Profissional GESTEC e pela LABSAN. Em seu Regimento (Anexo A), no Capítulo II (que trata Dos Objetivos), Artigo 5º, Parágrafos I e IV, o MP GESTEC deixa evidente que sua atuação promove a contribuição para a elevação da competência acadêmica, científica e profissional da área de educação e daqueles que atuam nas universidades, instituições de ensino e pesquisa, redes de ensino, setor público e privado, organizações não-governamentais e outras modalidades organizacionais da sociedade civil, além de promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação.

Enquanto que a LABSAN, uma entidade estudantil com sede na própria UNEB, em seu Estatuto (Anexo B), Título II (que trata Da Liga e suas Finalidades), Artigos 3º e 5º, deixa claro que esta atuará no estudo, pesquisa e extensão, tendo como finalidade o desenvolvimento, a promoção e a difusão de conhecimentos acerca da área educacional e social, contribuindo para a formação acadêmica e profissional dos alunos a ela vinculados, além de firmar convênios e associações com entidades públicas e privadas para atender suas finalidades e atribuições, assim como estabelecer parcerias. Portanto, a pesquisa em questão revela uma parceria entre entidades que, apesar de terem sedes numa mesma universidade, estão preocupadas

em contribuir com o desenvolvimento e a difusão dos conhecimentos para a sociedade, independente se o âmbito for local, regional ou até mesmo nacional.

O presente estudo está estruturado em capítulos que facilitam o entendimento por parte do leitor. O primeiro deles, intitulado “Transição Nutricional”, introduz seu conceito, os tipos de transição encontrada em nossa literatura que entra em paralelo à nutricional e revela a situação de nosso país sobre essa temática nos diferentes estados.

Enquanto isso, o segundo capítulo “Alimentação dos Escolares”, concentra suas informações em dados oriundos de diversas pesquisas nacionais, mostrando estatísticas bastante alarmantes sobre as preferências de estudantes e seus hábitos alimentares.

O terceiro capítulo, assim intitulado “Educação Alimentar e Nutricional”, propõe uma análise reflexiva sobre a adoção dessa prática em qualquer ambiente, seja por qualquer profissional assim capacitado, com o objetivo de resguardar o direito humano a uma alimentação saudável.

Já o quarto capítulo, “A Escola Promotora de Hábitos Alimentares Saudáveis”, irá pautar sua escrita na importância que a Escola desempenha na formação do indivíduo, e como ela pode utilizar de vários artifícios para atingir tal objetivo, além de destacar a importância da educação problematizadora anunciada pelo pedagogo Paulo Freire.

O quinto e último capítulo, nomeado como “Mídias Educativas”, aborda um parecer dedicado ao produto final deste trabalho (por se tratar de um Mestrado Profissional), além de discutir sobre a problemática na visão de diversos autores, trazendo a relevância das tecnologias no processo ensino-aprendizagem.

Ao finalizar este estudo propõe-se como estratégia, para auxiliar o professor no ambiente escolar a executar ações de EAN, um material pedagógico (em formato de videoaulas), postadas numa Plataforma de Vídeos Digitais conhecida como *YouTube*. Os vídeos serão anexados no *site* da LABSAN, para que tanto o público escolar quanto a sociedade tenham acesso à coletânea, que abordará conteúdos de EAN, tais como informações, legislações, possibilidades de atividades educativas e sugestões de cardápios com fichas técnicas (receitas). Todas estas informações serão elaboradas em conjunto com os membros da LABSAN.

Através da execução deste trabalho, espera-se que com o auxílio de materiais pedagógicos, a EAN seja apontada como um dos caminhos perceptíveis para mudar

as atitudes dos discentes em relação aos seus hábitos e dos membros familiares e, por consequência, a sociedade, o que permitiria que a mesma construísse uma nova forma de compreender a realidade na qual vive.

Sabemos que a infância é o período na qual a criança começa a estabelecer seus hábitos alimentares, muitas vezes guiadas e orientadas pelos seus pais. É nessa fase da vida que ela começa a perceber os sabores, as texturas e as formas dos alimentos; desenvolvem-se o paladar e suas preferências, que são resultantes da cultura, identidade social, características econômicas, dentre outros fatores. (SCHIMITZ *et al.*, 2008).

A alimentação, de uma forma geral, também proporciona a manutenção da qualidade de vida do indivíduo, como também favorece a socialização de crianças e adolescentes, proporcionando a aprendizagem e o intercâmbio de práticas alimentares (RIBEIRO, 2013); portanto, torna-se uma atividade de extrema importância dentro do ambiente escolar, pois é na Escola que a criança passa parte do seu dia e é onde está a maioria dos indivíduos, fora do âmbito familiar, com quem ela se relaciona.

Diante do exposto, a Escola passa a ser considerada como um espaço excepcional, favorecendo a construção e a consolidação de práticas alimentares saudáveis em crianças, uma vez que se constitui como espaço de convivência e de troca de vivências. Uma experiência alimentar na Escola pode ser levada ao núcleo familiar, contribuindo assim com a formação de valores, à medida que atua complementando o papel atribuído à família na educação.

Por outro lado, os educadores são peças chaves no processo de EAN, uma vez que são eles os condutores da formação do aluno no sentido de conhecer e adquirir hábitos alimentares saudáveis na promoção da saúde no âmbito escolar. Além do que, a EAN está inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como tema transversal em saúde e, portanto, deve ser conhecida pela comunidade escolar.

A preocupação com as questões alimentares vem se intensificando nos últimos séculos, como resultado da conscientização da sociedade mundial, que passou a cobrar uma postura responsável nos gestos mais simples de todos os cidadãos. Atualmente é visível que a EAN está cada vez mais necessária à Escola, uma vez que os alunos estão aptos para receber conhecimentos que irão intervir não apenas na sua formação profissional, mas também na sua qualidade de vida. Sendo assim, o presente trabalho tem sua importância pautada na relevância que a Escola acaba

sendo considerada como um espaço privilegiado que gera a promoção da saúde e desempenha papel fundamental na formação de valores, hábitos e estilos de vida.

Trabalhar com a EAN é de extrema importância. A escolha desse tema tão relevante, vem da total importância de começar uma alimentação saudável desde cedo, para que se possa ter o conhecimento de como é importante uma boa alimentação para sua vida futuramente. Além disso, o cuidado com a educação requer o investimento na construção da cidadania dos estudantes e o envolvimento de assuntos vinculados à realidade social em que se vive. Diante do exposto, vê-se também a necessidade que as Escolas incluam em suas áreas educativas e disciplinas curriculares, questões ligadas aos temas transversais. Assim, além de melhorarmos a educação brasileira segundo os índices avaliativos, estaremos contribuindo para uma sociedade mais crítica e igualitária e, sobretudo, mais saudável.

Para que esse efeito seja concretizado, fica então a seguinte questão: de que forma é possível desenvolver mídias educativas que possam promover hábitos alimentares saudáveis? Para tanto, o objetivo principal que cerca esse trabalho é analisar a percepção dos discentes do Colégio Estadual Renan Baleeiro (CERB) sobre alimentação e sua importância. Os objetivos específicos concentram-se em:

- a) Identificar entraves e motivações para o consumo de frutas, hortaliças e alimentos ultraprocessados;
- b) Verificar a percepção dos estudantes sobre a alimentação ofertada pelo colégio aos discentes;
- c) Discutir o papel da escola como um espaço promotor de hábitos alimentares saudáveis, e;
- d) Desenvolver mídias educativas baseadas em educação alimentar e nutricional.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 TRANSIÇÃO NUTRICIONAL

A Transição Nutricional, de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2000) *apud* Oliveira (2004), refere-se a mudanças seculares nos padrões de nutrição, dadas as modificações do consumo alimentar decorrente de transformações econômicas, sociais, demográficas e sanitárias.

Nosso país passou por transformações no processo saúde-doença, condicionadas pelas condições sociais, políticas, demográficas e pelos hábitos alimentares e de vida. Saiu de um quadro eminente em desnutrição, comum a países subdesenvolvidos, e hoje se têm uma prevalência de sobrepeso e obesidade, muito embora a desnutrição ainda persista no que diz respeito à ingestão de micronutrientes e equilíbrio de macronutrientes, quando comparada a desnutrição energético-proteica anterior. O sobrepeso e obesidade aumentam a ocorrência das DCNT, tais como *Diabetes mellitus*, cânceres, hipertensão arterial sistêmica e doenças cardiovasculares, refletindo assim na qualidade de vida (BRASIL, 2002; BATISTA FILHO & RISSIN, 2003; KAC & VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, 2003; SARTORELLI & FRANCO, 2003).

A Transição Demográfica caracteriza-se por mudanças nas taxas de mortalidade, fecundidade e natalidade da população e é dividida em quatro estágios. O primeiro estágio é caracterizado por taxas elevadas de mortalidade e natalidade, havendo equilíbrio populacional; no segundo estágio ocorre uma explosão demográfica devido à conservação da alta taxa de fecundidade e redução da mortalidade infantil; o terceiro estágio, a qual o Brasil se encontra, é marcado por uma redução acelerada das taxas de fecundidade e baixas taxas de mortalidade, o que leva ao envelhecimento populacional; e no quarto estágio tem-se um equilíbrio populacional devido às baixas taxas de fecundidade e mortalidade (PEREIRA, 1995; VERMELHO & MONTEIRO, 2003).

A Transição Epidemiológica retrata o perfil de morbimortalidade da população, que segundo Omram (1971) *apud* Oliveira (2004), é descrita em cinco estágios ou períodos: estágio de pragas e fome; estágio de desaparecimento das pandemias; estágio de doenças degenerativas e provocadas pelo homem; estágio de declínio da mortalidade por doenças cardiovasculares, modificações no estilo de vida, doenças

emergentes e ressurgimento de doenças; e estágio de longevidade paradoxal, emergência de doenças enigmáticas e capacitação tecnológica para a sobrevivência do inapto. No Brasil e demais países da América Latina não houve uma passagem linear e unidirecional por estes estágios, mas ainda ocorrem padrões de morbimortalidade tradicionais em conjunto com os padrões modernos, como exemplo a ocorrência de doenças infecciosas e parasitárias e de DCNT decorrentes do sobrepeso e obesidade (FRENK *et al.*, 1991 apud OLIVEIRA, 2004; PAES, 1999 apud OLIVEIRA, 2004). Este modelo polarizado de transição epidemiológica é equivalente a transição nutricional, com coexistência de obesidade e subnutrição.

O país passou a ser fundamentalmente urbano, havendo melhoria no saneamento básico, acesso à saúde e maior participação de trabalhadores no setor terciário da economia, o que proporcionou transformações diretas no perfil nutricional da população (BATISTA FILHO & RISSIN, 2003). Escoda (2002) traz três marcos relevantes ao entendimento da transição epidemiológica brasileira: o primeiro na década de 1970, da qual houve surtos epidêmicos de fome e prevalência de desnutrição energético-proteica grave; outro na década de 1980, na qual passamos por uma deficiência global de nutrientes; e na década de 1990, onde ocorreu a manutenção da desnutrição, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, com o consequente aumento dos casos de DCNT.

Entre as décadas de 1970 e 1980 foram realizadas pesquisas nacionais para avaliar hábitos alimentares, fome, orçamentos familiares e estado nutricional da população. Dentre elas, o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF 1974-1975); a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN – 1989) e a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS – 1986). Mais recentemente a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF – 2008-2009) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010a) e a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS – 2013) (IBGE, 2015) disponibilizaram informações sobre a composição orçamentária doméstica, condições de vida, indicadores de saúde e perfil nutricional da população.

Trazendo um recorte para a população infantil, a desnutrição pode ser ocasionada pelo desmame precoce, alimentação complementar inadequada nos primeiros anos de vida, renda familiar, condições sanitárias, crenças e tabus alimentares, assim como o acesso a uma alimentação equilibrada. Nestes inquéritos, entre as décadas de 1970 e 1980, observou-se que 31% das crianças brasileiras menores de 5 anos são desnutridas e além disso, foi constatado que a região Nordeste

apresentou taxa de desnutrição de 46,1%, maior que em outras regiões do país e semelhante apenas à região Norte, comprovando que a situação socioeconômica reflete diretamente na desnutrição, pois observou-se que no Nordeste havia piores condições de higiene, moradia, saneamento básico e emprego. Além disso, entre 1975 e 1989, a diminuição da prevalência do retardo de estatura foi mais preponderante nas regiões do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com uma redução de 20,5% para 7,5%, enquanto no Nordeste, de 48% para 23,8% (IBGE, 2010b).

Atualmente, apesar da redução da desnutrição energético-proteica em todo o país, ainda persiste a diferença entre as regiões brasileiras e a coexistência de obesidade e subnutrição. A PNSN destacou pontos que explicariam o aumento da obesidade no país: dieta desequilibrada (consumo elevado de alimentos ultraprocessados); redução do tamanho da família, aumentando a disponibilidade de alimentos na casa; melhora das condições de vida e saúde; e a estrutura demográfica caracterizada por urbanização, sedentarismo, acesso a alimentos industrializados e maior expectativa de vida (BRASIL, 2002; OLIVEIRA, 2004). Outra questão foi largamente levantada por alguns autores, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, retirando-a do lar e modificando a alimentação da família para um padrão industrializado e aumentando as refeições fora de casa (BATISTA FILHO & RISSIN, 2003; KAC & VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, 2003; MENDONÇA & ANJOS, 2004).

No ambiente urbano há um padrão alimentar hipercalórico e deficiente em micronutrientes, com aumento no consumo de gorduras saturadas e *trans*, alimentos açucarados, bebidas alcoólicas e do consumo elevado de alimentos de origem animal, e redução do consumo de alimentos integrais, frutas, hortaliças e carboidratos complexos (SOUZA, 2010). O alimento moderno é desenraizado geograficamente / culturalmente e ligado à industrialização, sem identidade, sem relação com o homem e o alimento, e é padronizado em ingredientes relevantes ao agronegócio e à economia (soja e milho, por exemplo) (SUREMAIN & KATZ, 2009 *apud* COELHO & BÓGUS, 2016). Soma-se a este consumo calórico excessivo a diminuição do gasto energético em atividades diárias, culminando em ganho de peso. A utilização de recursos tecnológicos como veículos motorizados, escadas rolantes, elevadores, máquinas de lavar, dentre outros, amplificam o sedentarismo (PITANGA, 2002; FRUTUOSO *et al.*, 2003; MENDONÇA & ANJOS, 2004).

Recentemente a POF de 2008 – 2009 trouxe dados sobre as despesas e rendimentos familiares e apresentou o valor de R\$ 2.626,31 utilizado como despesa

total média mensal familiar no Brasil, com a diferença regional em que na região Nordeste o gasto foi 19,4% superior à média nacional e na própria região a despesa média foi 35,3% menor. Destes valores, cerca de 20% era destinada à alimentação. Evidenciando outra diferença regional, no Sudeste, 37,2% das despesas eram fora do domicílio, contra 21,4% e 23,5% no Norte e Nordeste respectivamente. Outra questão levantada pela pesquisa foi em relação à quantidade de alimento consumida: 64,5% dos investigados relataram satisfação na quantidade de alimentos adquiridos, uma evolução quando comparada aos 53% da POF realizada em 2002 – 2003. No entanto, 35,5% das famílias destacaram insuficiente consumo de alimentos, com maior insuficiência no meio rural. Pautando a desigualdade regional neste quesito abordado, nas regiões Norte e Nordeste, cerca de 50% das famílias referiram insuficiência na quantidade de alimentos consumidos, contra 29% e 23% nas regiões Sudeste e Sul (IBGE, 2010c).

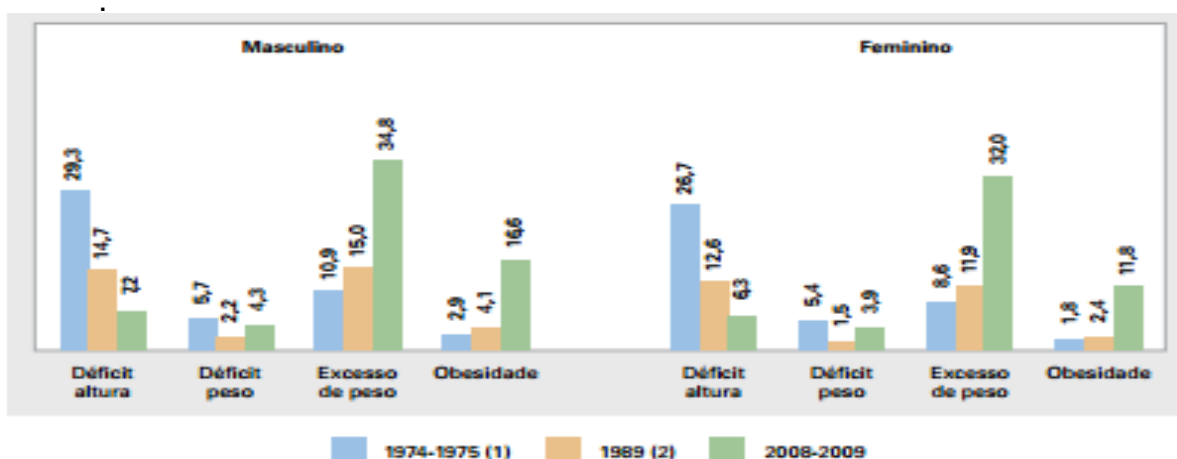
A análise do consumo alimentar no período de 2008 – 2009 foi alarmante e destacou o consumo de alimentos ultraprocessados que condicionam subnutrição e obesidade. Os adolescentes tiveram maior consumo de biscoitos, linguiça, salsicha, mortadela, sanduíches e salgados quando comparados a adultos e idosos, e menor consumo de feijão, saladas e verduras. O consumo de biscoitos recheados foi quatro vezes maior entre os adolescentes (12,3 g/dia) do que em adultos (3,2 g/dia) e foi mínimo entre os idosos (0,6 g/dia). A mediana de consumo de sucos e refrigerantes foi de 122 ml diários com consumo superior nos adolescentes que nos adultos e idosos. Soma-se a estas observações o consumo excessivo de açúcar (61% da população brasileira), gordura saturada (82%), sódio (70%) e consumo insuficiente de fibras (68%), evidenciando uma alimentação desequilibrada. A subnutrição foi destacada pela prevalência de inadequação elevada de vitamina E (tocoferol), vitamina D (diidroxicalciferol), cálcio, vitamina A (retinol), fósforo, magnésio e vitamina C (ácido ascórbico), sendo que os adolescentes de 10 a 13 anos possuíam consumo menor de nutrientes quando comparado aos adolescentes com idade de 14 a 18 anos. Estes dados são um reflexo do consumo insuficiente de frutas e hortaliças (< 400 g diários) que ocorre em mais de 90% da população brasileira. Em síntese, o consumo alimentar brasileiro é caracterizado por alimentos de alto teor energético e insuficientes em micronutrientes, que refletem no estado nutricional da população, predispondo o desenvolvimento de DCNT (IBGE, 2010b).

Os dados da POF 2008 – 2009 (IBGE, 2010c) também evidenciaram a transição nutricional no Brasil: o *déficit* de peso em crianças de 5 a 9 anos foi diagnosticado em 4,1% e o excesso de peso em cerca de 33,3%, sendo de 25% a 30% nas regiões Norte e Nordeste e de 32% a 40% nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste com maior prevalência no meio urbano que no rural. Os adolescentes de 10 a 19 anos demonstraram *déficit* de peso em 3,4% e o excesso de peso em cerca de 20% e obesidade em cerca de 25% do total de casos de excesso de peso.

As Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (20% a 27%) tiveram prevalência de excesso de peso superior às regiões Norte e Nordeste (16% a 19%) e com maior prevalência no meio urbano, particularmente no Norte e Nordeste. Nos adultos e idosos o *déficit* de peso foi de 2,7% (1,8% em homens e 3,6% em mulheres) e o excesso de peso foi diagnosticado em cerca de 50% da população. A obesidade foi diagnosticada em 12,5% e 16,9% de homens e mulheres respectivamente. Com maior prevalência no meio urbano e nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (IBGE, 2010).

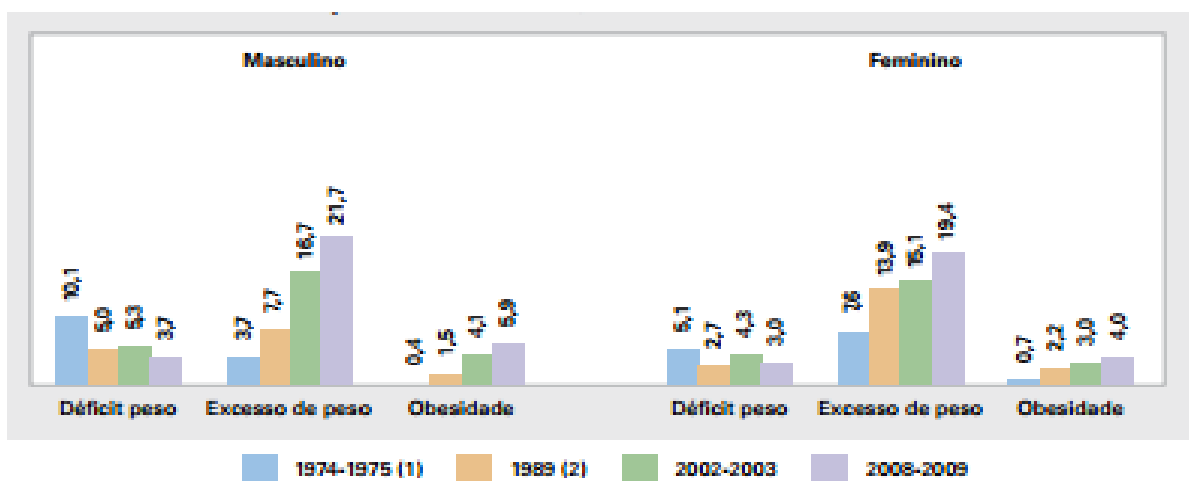
As figuras abaixo agrupam as transições seculares no estado nutricional da população brasileira a partir dos indicadores antropométricos do ENDEF, PNSN E POF (IBGE, 2010b).

Figura 1: Transição secular do estado nutricional da população brasileira de 5 a 9 anos de idade por sexo – 1974 a 2009.



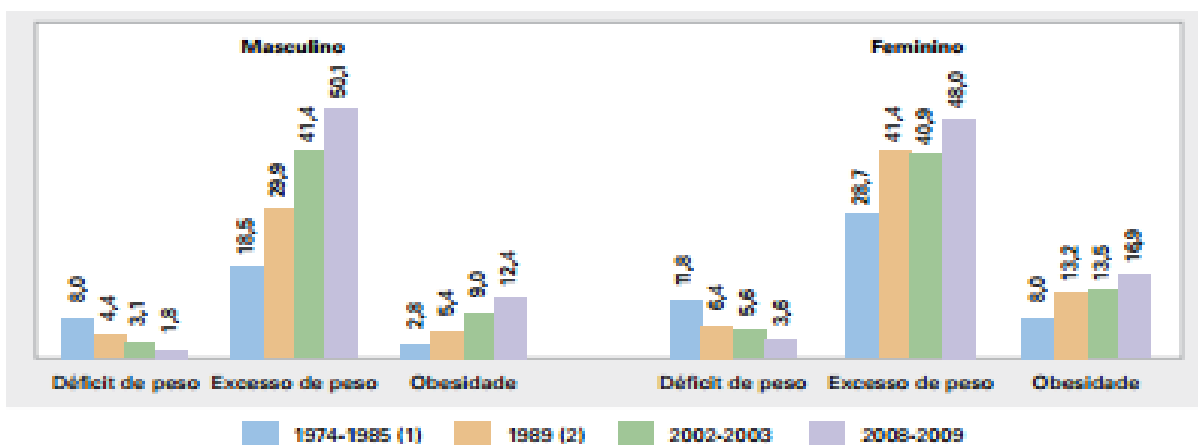
Adaptado: IBGE, 2010b

Figura 2: Transição secular do estado nutricional da população brasileira de 10 a 19 anos de idade por sexo – 1974 a 2009.



Adaptado: IBGE, 2010b

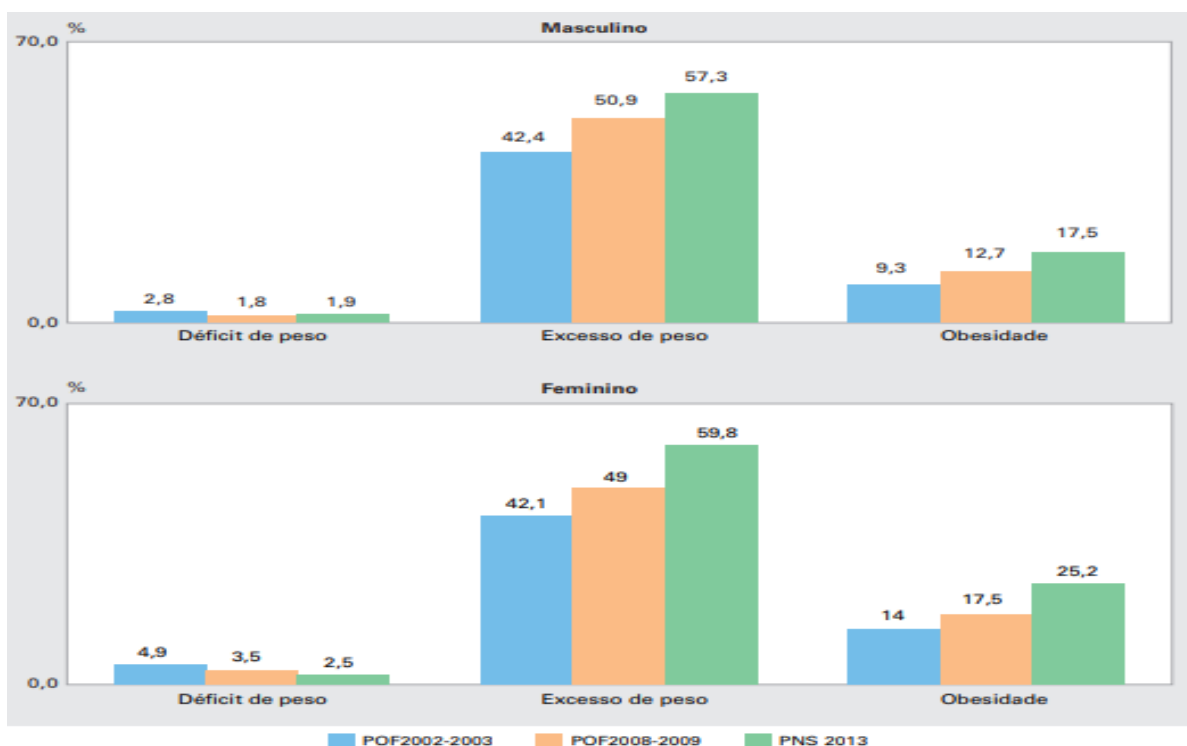
Figura 3: Transição secular do estado nutricional da população brasileira de 20 anos ou mais de idade por sexo – 1974 a 2009.



Adaptado: IBGE, 2010b

Em uma análise mais recente da PNS de 2013, em comparação aos dados da POF de 2002-2003 e 2008-2009 na população adulta com 20 anos ou mais de idade, observou-se o contínuo declínio do *déficit* de peso nas três pesquisas e o aumento de peso especialmente em mulheres. Nos homens a prevalência de excesso de peso aumentou de 42,4% em 2002-2003 para 57,3% em 2013 e a obesidade de 9,3 % para 17,5%. Nas mulheres a prevalência de excesso de peso passou de 42,1% em 2002-2003 para 59,8% em 2013 e a obesidade passou de 14,0% para 25,2%.

Figura 4: Prevalência de *déficit* de peso, excesso de peso e obesidade na população de 20 anos ou mais de idade, por sexo no Brasil - períodos 2002-2003, 2008-2009 e 2013.



Adaptado: IBGE, 2013

O monitoramento da situação alimentar e nutricional da população brasileira gera dados que podem permitir análise e desenho/prospecção de cenários futuros. Além disso, as informações da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) dão apoio aos profissionais de saúde para realizar o diagnóstico local das condições e agravos alimentares e nutricionais, fatores de risco ou proteção associados e as condições de saúde da população atendida na Atenção Básica.

Os dados referentes ao Estado Nutricional de crianças e adolescentes na Bahia são alarmantes e muito pouco satisfatórios. Relatórios obtidos em pesquisas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), em parceria com o Ministério da Saúde (Anexo C) revelaram no ano de 2017 que do total de 439.008 crianças menores de 5 anos, 4.235 (uma média de 0,96%) foram tidas com um peso muito baixo para a idade; destas, a Grande Região de Saúde Seabra obteve o menor número (93, com uma média de 1,23%) e a Grande Região Feira de Santana obteve o maior índice (306, com uma média de 1,77%). Crianças com o peso baixo para a idade foram registradas em 12.357 (média de 2,81%); destas, a Grande Região de

Saúde Itapetinga obteve o menor número (179, com uma média de 2,44%) e a Grande Região Juazeiro obteve o maior índice (897, com uma média de 3,6%). 387.116 crianças foram tidas com peso adequado (ou eutrófico), uma média de 88,16%; destas, a Grande Região de Saúde Itapetinga obteve o menor número (6.376, com uma média de 87,08%) e a Grande Região Salvador obteve o maior índice (37.480, com uma média de 87,62%). E por fim, cerca de 35.300 crianças (8,04%) mostraram-se com o peso elevado para a idade; destas, a Grande Região de Saúde Seabra obteve o menor número (464, com uma média de 6,12%) e a Grande Região Salvador obteve o maior índice (4.142, com uma média de 9,78%).

O SISVAN também divulgou no mesmo ano da pesquisa anterior relatórios do Estado Nutricional de crianças na faixa etária correspondente entre os 5 e 10 anos de idade residentes na Bahia (Anexo D). Do total de 393.771 crianças avaliadas, 5.839 (uma média de 1,48%) foram tidas com um peso muito baixo para a idade; destas, a Grande Região de Saúde Seabra obteve o menor número (79, com uma média de 1,1%) e a Grande Região Feira de Santana obteve o maior índice (443, com uma média de 1,8%). Crianças com o peso baixo para a idade foram registradas em 13.752 (média de 3,49%); destas, a Grande Região de Saúde Itapetinga obteve o menor número (213, com uma média de 3,15%) e a Grande Região Juazeiro obteve o maior índice (893, com uma média de 4,32%). 339.907 crianças foram tidas com peso adequado (ou eutrófico), uma média de 86,32%; destas, a Grande Região de Saúde Cruz das Almas obteve o menor número (5.628, com uma média de 81,73%) e a Grande Região Salvador obteve o maior índice (31.467, com uma média de 84,92%). E por fim, cerca de 34.273 crianças (8,7%) mostraram-se com o peso elevado para a idade; destas, a Grande Região de Saúde Ibotirama obteve o menor número (524, com uma média de 7,21%) e a Grande Região Salvador obteve o maior índice (4.432, com uma média de 11,96%).

Outra pesquisa realizada pelo SISVAN no mesmo ano (Anexo E) mostrou o Estado Nutricional sobre a relação Altura x Idade com adolescentes da Bahia. Do total de 486.946 adolescentes, 15.000 (uma média de 3,08%) foram tidas com altura muito baixa para a idade; destes, a Grande Região de Saúde Itapetinga obteve o menor número (238, com uma média de 2,98%) e a Grande Região Feira de Santana obteve o maior índice (1.348, com uma média de 4,42%). Adolescentes com altura baixa para a idade foram registrados em 24.849 (média de 5,1%); destes, a Grande Região de Saúde Itapetinga obteve o menor número (393, com uma média de 4,92%) e a Grande

Região Serrinha obteve o maior índice (1.796, com uma média de 5,37%). E por fim, um número expressivo de 447.097 adolescentes foram tidas com altura adequada para a idade, uma média de 91,82%; destes, a Grande Região de Saúde Itapetinga obteve o menor número (7.350, com uma média de 92,09%) e a Grande Região Salvador obteve o maior índice (36.257, com uma média de 93,85%).

Quando confrontados para a capital (Salvador), esses dados ainda chamam a atenção quanto a sua gravidade. Pesquisas realizadas pelo mesmo órgão (SISVAN, 2017) (Anexo F) mostram que do total de 31.859 crianças menores de 5 anos avaliadas, 218 (uma média de 0,68%) foram tidas com um peso muito baixo para a idade. Crianças com o peso baixo para a idade foram registradas em 599 (média de 1,88%). 28.055 crianças foram tidas com peso adequado (ou eutrófico), uma média de 88,06% (um pouco maior que a média nacional). E por fim, cerca de 2.987 crianças (9,38%) mostraram-se com o peso elevado para a idade (um dado que carece de atenção, pois sua média é considerada como a maior do estado, da região e do país).

Para crianças da faixa etária correspondente entre os 5 e 10 anos (Anexo G) os dados são bastante preocupantes. Das 26.992 crianças avaliadas, 233 (uma média de 0,86%) foram tidas com um peso muito baixo para a idade; a média citada é o menor registro se comparar a cidade com o estado (1,48%), a região (1,7%) e o país (1,5%). Crianças com o peso baixo para a idade foram registradas em 551 (média de 2,04%); assim como o quesito anterior, o relatório mostra uma porcentagem avaliada abaixo para a capital, quando relacionada com o estado (3,49%), a região (4,05%) e o país (3,6). 22.956 crianças foram tidas com peso adequado (ou eutrófico), representando uma média de 85,05% (mostrando semelhança com a média nacional e um pouco menor com a média do estado). E por fim, cerca de 3.252 crianças (exorbitantes 12,05%) mostraram-se com o peso elevado para a idade; um dado altamente preocupante, pois sua média assim como a do estudo anterior supracitado, é considerada como a maior do estado, da região e do país.

Ao tratar de adolescentes residentes em Salvador, relatórios publicados pelo SISVAN no ano de 2017 (Anexo H) satisfazem a estatística de adolescentes com a altura adequada para a idade; do total de 26.996 adolescentes avaliados, 25.315 (uma média de 93,88%) perfazem essa condição. Dos 1.681 adolescentes restantes, 698 (média de 2,59% muito abaixo se comparada com o estado, a região e o país) foram classificados como uma altura muito baixa para a idade. E os outros 953 adolescentes foram computados por terem altura baixa para a idade (uma média de 3,53%, também

muito abaixo se comparar a capital com o estado, a região e o país). Chama-se a atenção para a média da região neste quesito, onde as classificações “altura muito baixa para a idade” e “altura baixa para a idade” possuem suas médias acima se comparadas com a média de Salvador e da Bahia, respectivamente.

A avaliação dos relatórios supracitados pode indicar tendências e deste modo ressalta a importância da realização desse tipo de estudo. Estudos que envolvem crianças e adolescentes fornecem dados que podem nortear futuras políticas de saúde para gerar melhor enfrentamento por parte da sociedade. Pode-se perceber que ocorreu um aumento do número absoluto de registros no SISVAN em todo o Brasil, na região nordeste, na Bahia e na cidade de Salvador, porém quando analisado o percentual desses registros frente ao total de atendimentos no Brasil o nordeste tem cerca de metade dos atendimentos do país, a Bahia não é o estado mais representativo em termos de números relativos e a cidade de Salvador apresenta baixíssima cobertura (menos de 1%) dos registros (SISVAN, 2018), mesmo sendo considerada a terceira cidade mais populosa do país (IBGE, 2018) e a capital de um estado.

O excesso de peso foi a prevalente na maioria dos relatórios analisados (fenômeno que também pode ser observado na maioria das regiões brasileiras), revelando a necessidade de prevenir o excesso de peso e obesidade pois já é sabido que são fatores de risco associados à diversas DCNT, como diabetes, hipertensão arterial sistêmica, câncer, doenças cardiovasculares, renais e outras doenças que hoje são as responsáveis pelo aumento da morbimortalidade da população brasileira e baiana. Além disso, essa análise demonstra a fragilidade que as crianças estão sendo expostas à alimentos de baixo índice nutricional e alto valor energético, apesar de números satisfatórios para o peso eutrófico.

2.2 ALIMENTAÇÃO DOS ESCOLARES

No Brasil, segundo dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), 72% dos óbitos tem como causa as DCNT. Estas doenças geram incapacidades funcionais que comprometem a qualidade de vida da população e geram custos ao Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2007 *apud* IBGE, 2016).

A Escola é um ambiente crucial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos indivíduos, sendo assim é apropriado o monitoramento de fatores de

risco e proteção dos escolares (POLONIA & DESSEN, 2005; GROWING, 2016 *apud* IBGE, 2016). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2014 destacaram que o acesso à escola era de 98,5%, para a população de 6 a 14 anos, e de 84,3%, para a faixa etária de 15 e 17 anos (SÍNTESE, 2015 *apud* IBGE, 2016).

Crianças e adolescentes passam maior parte do dia em ambiente escolar e lá são ofertados alimentos que podem garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos discentes e ainda promover hábitos alimentares saudáveis ou não. Nas escolas públicas a alimentação escolar é ofertada via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o mais antigo programa do governo nesta área e atende os princípios do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) (BRASIL, 2015), o qual está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU):

Artigo XXV - 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (ONU, 1948, p. 13).

O Brasil encontra-se em uma Transição Nutricional de coexistência de obesidade e subnutrição e isto é presente no âmbito escolar. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2010 o número de crianças obesas era de mais de 43 milhões e se alocavam em grande parte em países em desenvolvimento econômico; além disso, 92 milhões de crianças estavam em risco de sobrepeso (ONIS, BLOSSNER, BORGHINI, 2010 *apud* ROSANELI *et al.*, 2012).

Os hábitos alimentares trazidos pela família, a quantidade e qualidade de alimentos e a atividade física condicionam o estado nutricional dos discentes e podem modular a ocorrência de DCNT. Se o ambiente escolar promover o consumo de hábitos alimentares saudáveis por meio da alimentação escolar, em conjunto com a EAN, complicações à saúde podem ser prevenidas (ROSANELI *et al.*, 2012).

O monitoramento da alimentação escolar é uma recomendação da OMS e o Brasil realizou em 2009 a primeira Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE); na sua segunda edição em 2012 foi demonstrada uma ingestão regular (cinco vezes

na semana) de doces, refrigerantes e biscoitos doces e baixo consumo de alimentos saudáveis. Além disso, constatou-se baixa adesão à alimentação escolar (apenas 22,8% dos estudantes do nono ano de escolas públicas consumiam pelo menos três dias da semana a refeição oferecida na Escola (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012; AZEREDO *et al.*, 2015; IBGE, 2012 *apud* LOCATELLI, CANELLA & BANDONI, 2017).

Hoffmann (2012) *apud* Locatelli, Canella, Bandoni (2017) avaliaram a PNAD de 2004 – 2006 e observaram que o consumo da alimentação escolar em crianças e adolescentes até os 17 anos foi de 84% e 82% respectivamente. O consumo foi maior em estudantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pardos e pretos e da área rural; em contrapartida o consumo em São Paulo, nas áreas metropolitanas, foi menor, principalmente em crianças de maior idade e com maior renda domiciliar.

Um estudo qualitativo realizado por Freitas *et al.* (2013) discutiu as percepções de escolares sobre os significados da alimentação escolar. Participaram 160 escolares com idade entre 12 e 18 anos em duas escolas públicas no estado da Bahia. Esta pesquisa traz respostas para as inquietações despertadas acima acerca da adesão ao consumo da alimentação escolar. Os estudantes trazem consigo pensamentos engessados acerca do comer (local, tipo de alimento, gostos, combinações, aparências, estranhamentos) como, por exemplo: a oferta de sopa pela manhã não é vista como adequada, pois sopa é uma refeição para o jantar, durante o dia torna-se comida de idosos e doentes. O tempo de comer também foi observado, ainda que eles gostem do alimento ele precisa estar no tempo apropriado, por exemplo, o feijão tropeiro é um prato familiarizado para o almoço, logo não faria sentido ser ofertado nos intervalos das aulas, longe do horário de almoço. Este desencontro do que é ofertado com o que é desejado ou entendido leva à menor adesão a alimentação escolar; tais insatisfações culminam em alternativas dentro e fora da escola com alimentos ultraprocessados. A alimentação escolar deve atender as significâncias da cultura alimentar e do contexto social, além de fortalecer estratégias educativas.

Muito embora a alimentação escolar possa fortalecer hábitos alimentares saudáveis, por intermédio de cardápios adequados e de EAN, outras variáveis podem afetar as escolhas alimentares e elas devem ser observadas nas ações de EAN. A literatura traz que as crianças que fazem um maior número de refeições com sua família e com alimentos saudáveis possuem melhores hábitos alimentares preventivos

de sobrepeso e obesidade, ou seja, as ações de EAN devem ocorrer no âmbito escolar e também devem incluir os familiares dos discentes. Outro fator é que quanto menor o consumo de alimentos em casa, maior o consumo fora do lar, que podem estar associadas ao maior consumo de refrigerantes, e menor consumo de frutas, hortaliças e leite.

French *et al.* (2001) e Taveras *et al.* (2005) *apud* Prado *et al.* (2015) analisaram a qualidade nutricional da dieta de escolares e observaram maior consumo de gordura total, gordura saturada e sódio, e menor consumo de fibras, ferro e cálcio nos estudantes que realizam um maior número de refeições fora do lar.

Em relação ao estado nutricional de escolares, um estudo transversal realizado por Rosaneli *et al.*, (2012) avaliou a prevalência e os determinantes nutricionais e sociais do excesso de peso em escolares em uma cidade do Paraná. O estudo foi desenvolvido em escolas públicas e privadas, totalizando 5037 crianças de ambos os sexos entre 6 e 10 anos. Após as análises diagnosticou-se baixo peso em 8% das crianças e sobrepeso em 24% delas, sendo 17% de sobrepeso e 7% de obesidade. Algumas interações foram bastante pertinentes, crianças do sexo masculino apresentaram maior chance de sobrepeso (17%); em relação à escola, os discentes das instituições particulares tiveram 20% maiores chances de sobrepeso, além disso, o consumo excessivo de carboidratos aumentou em 48% as chances de sobrepeso e obesidade, esta relação também foi positiva ao consumo inadequado de frutas.

Em 2015 foi realizada a terceira edição da PeNSE em escolas públicas e privadas com dois públicos: um de escolares do último ano do ensino fundamental, assim como nos anos anteriores, pois este público tem um nível de escolarização que lhes permite melhor leitura e compreensão de questionários; o outro público foi de jovens de 13 a 17 anos do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio, tendo maior abrangência. Os dados deste último grupo serão descritos nesta revisão. Observou-se que 74,7% e 72% das escolas serviam alimentação aos escolares nos grupos de jovens de 13 a 15 anos (grupo 1) e 15 a 17 anos (grupo 2). Apenas 41,9% do grupo 1 e 41,4% do grupo 2 realizavam refeições na escola, além disso, 40,5% e 40,6% dos grupos 1 e 2 respectivamente relataram o consumo de guloseimas; 27,4% (grupo 1) e 26,9% (grupo 2) relataram o consumo de refrigerante; 30,5% (grupo 1) e 33,7% (grupo 2) relataram o consumo de alimentos ultraprocessados salgados. Este padrão alimentar inadequado reflete no estado nutricional dos discentes. A prevalência de baixo peso desta pesquisa foi de 3,1 %

para os escolares de 13 a 17 anos. O excesso de peso correspondeu a 23,7%, cerca de 3 milhões de escolares e a obesidade representou 8,3% dos meninos e 7,3% das meninas com excesso de peso.

No comparativo regional a prevalência de baixo peso foi maior Nas Regiões Norte e Nordeste e o excesso de peso foi mais elevado na Região Sul, assim como os casos de obesidade. Outra observação relevante é que a prevalência de excesso de peso foi maior nas escolas privadas quando comparada as públicas, mostrando talvez a influência positiva da Política Nacional de Alimentação Escolar (IBGE, 2016).

2.3 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

De acordo com diversos pesquisadores e autores, a EAN é um campo de ação da SAN e da Promoção da Saúde e tem sido considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos. Entre seus resultados potenciais identifica-se a contribuição na prevenção e controle das DCNT e deficiências nutricionais, bem como a valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, o fortalecimento de hábitos regionais, a redução do desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável. (BRASIL, 2012a).

Apesar de hoje ser bem conceituada, a EAN sofreu muitas transformações durante décadas, desde mudanças conceituais e práticas significativas até sua completa inserção no âmbito das políticas públicas no contexto da Promoção da Saúde e da SAN. A Educação Nutricional (EN) remota a década de 40 com o objetivo de modificar a alimentação de grupos de risco de desnutrição para alternativas nutritivas e baratas. As condutas eram impositivas e domesticadoras à população, cerceando a liberdade e direito das escolhas alimentares. Contudo, o termo “Educação Nutricional” foi ampliado para “Educação Alimentar e Nutricional” para contemplar os aspectos relacionados ao alimento e alimentação, os processos de produção, abastecimento e transformação aos aspectos nutricionais (BOOG, 2004).

Numa revisão brilhante, Albuquerque (2012) entende que não havia (a princípio) um conceito oficial para a EAN, tampouco uma teoria. Isso por se tratar de um tema interdisciplinar, que abrange complexas redes conceituais advindas de diferentes campos do saber que envolve a alimentação e as mudanças alimentares das pessoas e da sociedade. Estas mudanças alimentares são marcadas e

determinadas pelas dimensões da alimentação, tais como: a do direito humano, a biológica, a psicossocial e cultural, a ambiental e a econômica; portanto, considera os aspectos individuais e do contexto social. A partir dessa configuração tenta-se integrar as dimensões da alimentação na abordagem da EAN, a fim de superar a visão estritamente biologicista desta educação, que é focada no aspecto nutricional da alimentação. Neste sentido, conforme esclarece Albuquerque (2012):

[...] a primeira dimensão da alimentação consiste em assumi-la como um direito humano, de modo que a EAN possa propiciar a sua exigibilidade perante a compreensão do dever do estado em garanti-la, de maneira a desenvolver a consciência política sobre o tema. Na dimensão biológica, a EAN trata dos aspectos fisiológicos da alimentação, dar enfoque aos aspectos nutricionais e sanitários dos alimentos em prol do funcionamento adequado do corpo, a partir da utilização biológica dos nutrientes para prevenir doenças. Na dimensão psicossocial e cultural, a EAN contempla os valores e escolhas alimentares das pessoas e sociedades e o ato de se alimentar, incluindo as relações nesse envolvidas. Na dimensão ambiental, a EAN comporta o entendimento da produção, disponibilidade e consumo de alimentos de maneira sustentável. A dimensão econômica se remete em primeiro lugar à questão do acesso financeiro aos alimentos, e em segundo, às relações de trabalho que se estabelecem desde o plantio, colheita, armazenamento, transporte e comércio de alimentos, e também nos locais onde há produção de refeições, como restaurantes, indústrias, ressaltando o tratamento, reconhecimento e valorização dos profissionais que lidam com os alimentos (ALBUQUERQUE, 2012, p. 24).

Assim, também completa a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2012) *apud* Valente (2014), quando a dimensão nutricional (que não foi citada por ALBUQUERQUE, 2012) também é conceituada pelo direito à alimentação adequada somente dentro do quadro de referência da segurança alimentar nacional:

A segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, econômico e social à alimentação suficiente, segura e nutritiva para atender às suas necessidades nutricionais e preferências de alimentos para uma vida ativa e saudável. A dimensão nutricional é parte integral do conceito de segurança alimentar e do trabalho do Comitê (FAO, 2012, p. 3 *apud* VALENTE, 2014, p. 9).

A EAN (por se tratar de um tema hoje transdisciplinar) não pode ser compreendida num conceito fechado, pois pode estreitar o seu entendimento frente às dimensões da alimentação e de suas finalidades. Contudo é encontrada na literatura, uma noção para o seu significado que se aproxima dos enfoques acima descritos:

A EAN, um conjunto de estratégias sistematizadas para impulsionar a cultura e a valorização da alimentação, concebidas no reconhecimento de respeitar, mas também de modificar crenças, valores, atitudes, representações, práticas e relações sociais que estabelecem em torno da alimentação, visando o acesso econômico e social de todos os cidadãos a uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada, que atenda aos objetivos de saúde, prazer e convívio social (BOOG, 2004, p. 19).

A partir do supracitado, a EAN é tida como estratégia; uma estratégia que corresponde a um cenário de ações planejadas a serem implantadas de acordo com as possibilidades e as possíveis dificuldades que podem surgir durante a sua execução. Assim, é flexível ao considerar as mudanças do contexto, capaz de moldar-se a esse para garantir a sua efetividade (MORIN, 2005).

A EAN possui um termo que lhe anuncia muito interessante: “Educação”. A educação aqui apresenta-se na perspectiva de ser “uma atividade mediadora no seio da prática social”, pois compreende um meio responsável pela construção de conhecimentos para potencializar práticas sociais focadas na transformação da sociedade, visando à melhoria da qualidade de vida humana (SAVIANI, 2009). Toda educação deve promover a capacidade da pessoa em entender o “todo”, o contexto, e a “parte”, a unidade, de modo multidimensional (MORIN, 2005). Portanto, é preciso conhecer as dimensões da alimentação, poder conectá-las umas às outras e ao seu contexto, para então, promovê-la, conforme anunciou Albuquerque (2012).

Ao considerar em seu processo educativo o entrelaçamento dos conhecimentos que compreende as dimensões da alimentação, e essas ao seu contexto, a EAN estará contribuindo para melhorar o atual perfil epidemiológico e nutricional. Este perfil vivenciado na atualidade corresponde a uma expressiva prevalência do sobrepeso e obesidade e o impacto desses na incidência de várias doenças crônicas (hipertensão arterial, diabetes, doenças do coração e obesidade).

Esse cenário pode ser explicado pelo fato de que o ato de comer não é apenas biológico (pois não comemos apenas nutrientes), mas sim de considerar que a alimentação está associada à esfera afetiva, psicológica, econômica e social (BOOG, 2004; BRASIL, 2012a). As escolhas alimentares são influenciadas por idade, gênero e aspectos socioeconômicos e perpassam sobre as percepções subjetivas sobre alimentação e nutrição (GARCIA, 1997 *apud* BRASIL, 2012a). O comportamento alimentar também é moldado pelo acesso aos alimentos, pelo midiático e pela influência do *marketing* e tecnologia de alimentos. Sendo assim a EAN, para ser efetiva, deve ter um caráter intersetorial e multidisciplinar.

De acordo com Brasil (2012), no Marco de Referência da EAN para as Políticas Públicas:

A Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012a, p. 23).

O Marco de Referência da EAN para as Políticas Públicas é um material de orientações para ações de EAN nos âmbitos federal, estadual, regional, municipal e locais nas áreas de saúde, assistência social, SAN, educação, agricultura, desenvolvimento agrário, abastecimento, meio ambiente, esporte e lazer, trabalho e cultura. Neste documento são expostos os empecilhos de execução de EAN na comunidade escolar, como a dificuldade de ampliar, monitorar e difundir as ações de EAN no ambiente; a escassez de materiais orientativos institucionais e a ausência de uma agenda intersetorial comum (BRASIL, 2012a).

Esta dificuldade também foi apontada por Ramos, Santos e Reis (2013) que realizaram uma revisão de literatura para analisar e descrever a produção científica na área entre 2000 e 2011. Foram selecionados artigos que realizaram ações em escolas no Brasil que pautassem EAN, hábitos alimentares, consumo alimentar e alimentação saudável. Foi observado o baixo número de produções científicas e em revistas que não são bem reconhecidas pelo *Qualis Periódicos* (um sistema brasileiro de avaliação de periódicos, mantido pela Plataforma Sucupira e sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES); além disso, não foram encontrados estudos nas Regiões Norte e Nordeste.

O maior foco dos estudos era de combate e prevenção de obesidade e as metodologias foram bastante variadas, sendo compostas de palestras, apresentações, dinâmicas, histórias infantis e em quadrinhos, e muitas dessas utilizaram também atividades lúdicas com destaque para o teatro de fantoches e jogos educativos, sendo realizadas em um período de 15 dias a 1 ano. A análise das intervenções em sua maioria foi realizada por meio do comportamento alimentar e conhecimento em nutrição através de questionários e associadas com o estado nutricional dos estudantes; além disso, a maioria dos estudos realizou as análises antes e depois das intervenções educativas.

As fragilidades metodológicas destes estudos impactam na efetividade das estratégias de EAN, as abordagens tinham um tempo curto entre a intervenção e a avaliação e não havia envolvimento com a comunidade escolar, professores, funcionários e familiares dos escolares. A avaliação dos estudos era por meio de questionários e da associação com medidas antropométricas e consumo alimentar, tais metodologias são questionáveis, pois o consumo alimentar como já comentado acima tem inúmeros condicionantes e influências, logo não há mudança espontânea, segundo Vargas *et al.* (2011) *apud* Ramos, Santos e Reis (2013), os estudantes podem simplesmente reportar às práticas alimentares adequadas ao programa adotado, descrevendo o aprendizado teórico e não a adoção da prática. A análise da modificação dos parâmetros de composição corporal também não pode ser efetiva, visto que as mudanças corporais também não ocorrem em um curto período.

Outro fator limitante é a fundamentação pedagógica destes estudos: o estilo tradicional da pedagogia (vertical) não é indicado nas ações de EAN. O processo educativo deve contemplar a participação dos estudantes por meio da troca de conhecimentos e de discussões amplas, e não apenas o enfoque biologicista (ZANCUL & VALETA, 2009 *apud* RAMOS, SANTOS & REIS, 2013). Estratégias que tragam abordagens do cotidiano local e levem em consideração os conhecimentos prévios, cultura, crenças e costumes (Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire), que ampliem a participação da comunidade escolar e que sejam lúdicas são indicadas para as ações de EAN no âmbito escolar (RAMOS, SANTOS e REIS, 2013).

2.3.1 Lei nº 13.666 / 2018: um avanço nas práticas de EAN

Conforme explicitado, a EAN é reconhecida como estratégia que visa à promoção e a proteção da saúde por meio da criação de hábitos e estilo de vida mais saudáveis. Por ser considerada uma forma estratégica de ação dentro das políticas públicas, ela irá contribuir de maneira significativa no controle do avanço das prevalências das doenças crônico-degenerativas (MONTEIRO, 1995).

Como política pública atrelada à EAN também podemos citar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os quais constituem o plano curricular oficial para o ensino fundamental de nosso país. Esses se configuram numa referência nacional de conteúdos e objetivos articulados para o ensino / aprendizagem das disciplinas. Assim, os PCN possuem uma estrutura curricular completa, são abertos e flexíveis para adaptar-se à elaboração do currículo das várias secretarias e em diferentes contextos por todo o país (BRASIL, 1997).

Os PCN abrangem especialmente, além das disciplinas obrigatórias para os Anos Finais do Ensino Fundamental (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Artes, Educação Física e Língua Estrangeira), os chamados "temas transversais", que embora não sejam disciplinas específicas, são conteúdos para serem abordados nas disciplinas obrigatórias, de forma transversal. Essa transversalidade de temas pressupõe a integração destes nas disciplinas obrigatórias das escolas de ensino básico. São temas transversais, de cunho social: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo em Geral (BRASIL, 1997).

A transversalidade dos temas corresponde aos aspectos didáticos da interdisciplinaridade (BRASIL, 1997). Esta, por sua vez, não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para definir um tema ou compreender um determinado objeto frente a diferentes pontos de vista (BRASIL, 2000).

Os PCN trazem a ideia de que a escolaridade deve ser relevante para a vida cotidiana. Por isso, dispõem e orientam os temas transversais no planejamento do currículo do ensino fundamental, a fim de munir os alunos de uma visão ampliada para a aprendizagem (BRASIL, 1997). Logo, a EAN ora inserida faculta e transversalmente nas disciplinas (principalmente às da área da saúde) de maneira que pudesse reforçar

a autonomia dos educandos para agirem como protagonistas em direção à promoção de práticas alimentares saudáveis, com vistas à Promoção da Saúde e da SAN.

A inserção da EAN nas disciplinas de forma facultativa e transversal também é apresentada na Lei nº 11.947 / 2009, que dispõe do atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica (BRASIL, 2009). Em seu segundo artigo, apresenta-se como uma de suas diretrizes:

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009, p.1).

Entretanto, a perspectiva da facultatividade da inserção da EAN no currículo escolar foi alterada em todo o território brasileiro, com a aprovação da Lei nº 13.666 / 2018 (BRASIL, 2018), que dispõe da obrigatoriedade de sua inserção (ainda como tema transversal), principalmente nas disciplinas de Ciências e Biologia na Educação Básica. Na realidade, o texto altera a Lei nº 9.394 / 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), considerada a legislação que regulamenta o sistema educacional (seja esta pública ou privada) do Brasil, da Educação Básica ao Ensino Superior (BRASIL, 1996).

Art. 1º: O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º- A:

“Art. 26.

§ 9º- A. A educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais de que trata o *caput*” (BRASIL, 2018, p. 1).

Com a aprovação da Lei nº 13.666 / 2018, reafirma-se a EAN como mediadora para proporcionar a construção do conhecimento, despertar a consciência e motivação em prol das mudanças alimentares na direção de práticas alimentares saudáveis, que envolvam todos os princípios da SAN e dimensões da alimentação, e assim, buscar a superação da fragmentação dos conhecimentos que circundam a alimentação, integrá-los para então responder aos problemas alimentares e nutricionais das pessoas e da sociedade.

2.4 A ESCOLA PROMOTORA DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

A Escola é um espaço para promoção de saúde e de hábitos alimentares saudáveis, pois forma indivíduos estimulando cidadania, autonomia e conhecimento/controla das condições de saúde e qualidade de vida. As ações para promoção de alimentação saudável devem ser implementadas intersetorialmente e de maneira transversal, com inclusão no projeto pedagógico das escolas (FREITAS *et al.*, 2013; CAMOZZI *et al.*, 2015).

Bizzo e Leder (2005) *apud* Juzwiak (2013) enfatizam pontos cruciais para a prática de EAN em escolas, além da transversalidade o diálogo deve ser horizontal, respeitando o conhecimento e a cultura. As ações devem ter significado real para os escolares, devem ser problematizadoras, propositivas e precisam integrar todas as áreas de conhecimento e serem reforçadas pelas experiências alimentares em casa (JUZWIAK, 2013). Segundo Brasil (2012), no Marco de Referência da EAN para as Políticas Públicas:

A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012a, p. 23).

Devido ao fato da EAN ser utilizada com recursos e abordagens educacionais problematizadores, não podemos avançar no assunto sem discorrer um pouco sobre Paulo Reglus Neves Freire (mais conhecido como Paulo Freire), um dos maiores educadores brasileiros e respeitado mundialmente, devido a sua “fama” de acreditar na educação problematizadora. A produção desse educador trouxe (e continua a trazer) inegável contribuição para o cenário nacional e internacional no campo da educação, por suas ideias e concepções, as quais muitas vezes sofreram e sofrem duras críticas. As marcas da esperança e de alegria, quanto à possibilidade da educação contribuir para a transformação social são acentuadas em todas as suas obras.

Paulo Freire nasceu na cidade de Recife em 1921. Diplomou-se em Direito (em 1946), mas desistiu logo desta prática, tornando-se, em 1947, Diretor do Setor de Educação e Cultura do Sistema Social da Indústria (SESI) do Estado de Pernambuco,

onde em seguida assumiu a Superintendência da instituição. Atuou como professor de Filosofia da Educação na antiga escola de Serviço Social de Recife, tendo concorrido para o provimento da cadeira de História e Filosofia da Educação da antiga escola de Belas-Artes de Pernambuco para o qual acabou não sendo indicado. Por “sua ativa presença na vida educacional, cultural e política da cidade, e, depois, do Estado e do País, levou-o a ocupar diversas posições concomitantes (BRITTO & FÁVERO, 2002, p.893).

Sempre envolvido e ativo em movimentos educativos, culturais e políticos, Paulo Freire desde cedo contribuiu e fez presente suas ideias. As ações e o compromisso dele como educador levou a que a sociedade o reconhecesse como um agente imprescindível na discussão dos assuntos educacionais, sendo sempre convidado e levado a assumir diferentes cargos. Em 1960, ele participou da criação do Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife, com o intuito de dirigir a Divisão de Pesquisas da entidade.

Dois anos depois assumiu a direção do serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Contudo, foi na década de 60 que as suas primeiras experiências com vistas ao processo de elaboração de um método de alfabetização, ocorreram no Poço da Panela, local em que funcionava um dos Centros de Cultura do MCP. Em 1963, Paulo Freire foi convidado e aceitou integrar a comissão de conselheiros do Conselho Estadual de Educação (CEE) do Estado de Pernambuco. Em meados desse mesmo ano, foi designado pelo Ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos, para presidir a Comissão Nacional de Cultura Popular (BRITTO & FÁVERO, 2002).

Pode-se afirmar que suas primeiras experiências no campo educacional foram marcadas sobretudo pelo trabalho que desenvolveu junto à educação de jovens e adultos. Nesse mesmo ano (1963), Paulo Freire ensinou 300 adultos a ler e a escrever em 45 dias. O método de alfabetização que propôs foi adotado em Pernambuco, estado reconhecido por ser produtor de cana-de-açúcar, acentuando-se assim a marca de seu trabalho junto aos pobres. Em março do ano seguinte (1964), Freire assume a coordenação do Programa Nacional da Alfabetização, sob coordenação do Ministério da Educação. Mas com o golpe militar, em 1964, ele foi acusado de pregar o comunismo, sendo obrigado a sair do Brasil, na condição de exilado. O período de exílio foi utilizado pelo educador para produzir (tendo e aproveitado) para concluir a redação e desenvolvido trabalhos relacionados à EJA analfabetos. Vinculou-se em

Santiago, no Chile, ao Instituto de Pesquisa e Treinamento em Reforma Agrária, trabalhando também no Escritório Especial para Educação de Adultos. Lecionou na Universidade Católica do Santiago e assumiu na época o cargo de consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (BRITTO & FÁVERO, 2002).

Diante de tantas produções que esse educador nos deixou, a obra “Pedagogia da Autonomia”, lançada em 1996 (atualmente em sua 43ª Edição, ano 2011), traz reflexões que norteiam a educação problematizadora que se encaixa perfeitamente na metodologia das ações de EAN, porque acima de tudo foca na apreensão da realidade vivida pelos educandos para estabelecer estratégias educativas. Nela o autor busca fazer com que os educadores reflitam, valorizem e respeitem a cultura, os conhecimentos e a individualidade dos educandos, visando formar indivíduos críticos e autônomos, além de mais uma vez, enfatizar o ato educativo como um processo de conscientização. Por conseguinte, responsável, ético, político e necessariamente problematizador.

Porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, [...] Porque não estabelecer uma necessária "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (FREIRE, 2011, p. 15).

Exercer a prática educativa exige por parte dos educadores uma responsabilidade ética. A responsabilidade de ser professor ou de estar tornando-se professor (em formação) é grande, pois por dever do ofício, lhes cabe a formação de sujeitos críticos, autônomos e também comprometidos com a sociedade que os cercam. Portanto, a tarefa docente deve ser compreendida como uma atividade de muita responsabilidade, porque por ela poderá ocorrer a transformação social. Torna-se fundamental que desde o início de sua formação escolar, o educando tenha claro para si, que ele também faz parte do processo de produção do saber. O educando não pode se perceber como simples receptor de conhecimentos. Freire (2011, p.22) relata que o educador em sua formação permanente deve se convencer “[...] definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Deste modo, o educando

quando se aceita como sujeito desse processo não contribuirá com uma formação hierarquizada, ou seja, uma formação de transferências de conteúdos, pois quando:

[...] começo por aceitar que o formador é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos-conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador (FREIRE, 2011, p.22).

Desta forma, o educando quando está sendo educado e se veja como objeto e considere o educador o seu formador, no futuro poderá se tornar também um educador e irá se considerar o formador (principal) e verá os educandos como simples objetos desta formação. Ensinar e aprender, são relações que não se estabelecem entre um educador-ativo e um educando-passivo, mas sim, nas quais ambos participam e constroem os saberes. Logo esta compreensão é necessária tanto por parte do educador quanto do educando para que o ato educativo se configure como processo formador e transformador. É de fundamental relevância que tanto o ato de educar como o de aprender se configurem como processos ativos para transformar, criar e realizar, fazendo com que os sujeitos envolvidos se assumam como construtores do conhecimento e se (re)conheçam como transformadores sociais (FREIRE, 2011).

As escolas geralmente trabalham as questões de alimentação e nutrição no currículo da escola. Os PCN inserem estas temáticas no bloco temático “Saúde” e orienta a transdisciplinaridade (BRASIL, 2001); no entanto as abordagens acabam sendo biologicistas. A promoção de hábitos alimentares saudáveis pode ocorrer, segundo Brasil (2006) *apud* Camozzi *et al.*, (2015), por meio de inúmeras ações tais como: horta escolar; boas práticas da manipulação de alimentos no ambiente escolar; a restrição local ao comércio de alimentos ultraprocessados; o incentivo ao consumo de frutas e com o envolvimento de toda a comunidade escolar, por meio da troca de conhecimentos.

Dentre as opções supracitadas, a horta escolar é considerada como um espaço de promoção de saúde, aprendizado e trocas entre os integrantes da comunidade escolar (educadores, funcionários, estudantes e seus responsáveis). A horta contribui

para o cuidado com a alimentação e a formação de vínculos com os alimentos produzidos através das ações educativas que relacionam teoria e prática. Coelho e Bógus (2016) avaliaram a horta escolar sob a perspectiva dos educadores de três escolas públicas em uma cidade do estado de São Paulo em que os professores e alunos participavam das atividades na horta. Os relatos dos educadores evidenciaram que nas hortas desenvolviam-se sentimentos de contato com a natureza e todo o processo de produção alimentar (cadeia alimentar, origem dos alimentos), contribuindo para o conhecimento dos alimentos e mudança nos hábitos alimentares. Algumas falas extraídas deste estudo retratam estas questões:

“Quando ele [o aluno] está vivendo, está pondo a mão, está participando, com certeza *fixa* muito mais e ele aprende muito mais, eu acredito que sim, a horta faz parte sim da educação e da alimentação, nutrição, com certeza” (Educadora, 38 anos) (COELHO & BÓGUS, 2016, p. 768).

“Eles plantando uma fruta ou uma verdura é mais interessante porque eles veem o processo, eles acompanham, eles tiveram trabalho para fazer aquilo *né*, então eu acredito que na cabeça de qualquer criança aquilo merece ser ‘puxa, eu plantei, eu vou experimentar’, mesmo que ele não goste depois, mas ele experimentou e, em geral, eles gostam” (Educador, 43 anos) (COELHO & BÓGUS, 2016, p. 786).

Além do estímulo à mudança de hábitos alimentares, a horta escolar ainda pode ser inserida no currículo escolar, pois integra diversos conhecimentos da matemática, ciências humanas, ciências exatas, dentre outras. Por exemplo, ela pode estimular a agricultura urbana em pequenos espaços na casa dos discentes com o plantio em garrafas *pets*, vasos, *pneus*, *etc.*, sendo um campo para o trabalho da sustentabilidade ambiental e para as mudanças de hábitos alimentares dos familiares. As multiplicidades de atividades que podem ser desenvolvidas melhoram a adesão das hortas nas escolas com um mecanismo de EAN (BRASIL, 2008).

2.5 MÍDIAS EDUCATIVAS

Os hábitos alimentares são influenciados pelas mídias de massa que em sua maioria promovem o consumo de alimentos com alta densidade energética, tendo como público-alvo os jovens. A publicidade de alimentos é direcionada, sobretudo a produtos supérfluos, fontes de calorias-vazias, gordura, açúcares e sódio o que

acarreta doenças crônicas (GRAZINI, 1996 *apud* BOOG *et al.*, 2003). Segundo Motta e Teixeira (2012) *apud* Grolli (2016) a escola é um espaço de promoção de alimentação saudável e prevenção de doenças e estas questões devem ser trabalhadas em múltiplas dimensões, aqui destacamos as mídias educativas.

A EAN deve confrontar as influências da publicidade e mídias sobre os hábitos alimentares dos consumidores, pois a indústria de alimentos elege os adolescentes, principalmente, como consumidor privilegiado (BOOG *et al.*, 2003). De acordo com Arnaiz (1996) *apud* Boog *et al.*, (2003) “dependendo dos valores e significados atribuídos aos alimentos pela mídia [...] as consequências sobre a saúde da população podem ser maiores ou menores”. Dessa forma abordagens educativas que perpassem as dimensões biológicas, sociais, econômicas e culturais das questões alimentares devem ser adotadas.

As mídias educativas são elementos cruciais para o desenvolvimento de uma cidadania reflexiva e criativa e também são dispositivos técnicos de comunicação de difusão e produção de conhecimentos e informações. No âmbito escolar, tais mídias promovem aos educandos o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas, ou seja, novos modos de aprender (PORCHER, 1974; PERRIAULT, 2002; BELLONI & GOMES, 2008; BELLONI *et al.*, 2007; *apud* BÉVORT & BELLONI, 2009).

A inserção das mídias no contexto escolar é essencial, pois os meios de comunicação (televisão, *internet*, rádio, dentre outros), ocupam posição central na vida de pessoas de diferentes idades no trabalho, entretenimento e educação (SIQUEIRA & CERIGATTO, 2012). A televisão, por exemplo, é um dos recursos tecnológicos mais antigos, no entanto não é ultrapassado e pode ser aliada no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Moran (2005) *apud* Weber e Behrens (2010):

A eficácia de comunicação dos meios eletrônicos, em particular da televisão, deve-se também à capacidade de articulação, de superposição e de combinação de linguagens totalmente diferentes – imagens, falas, música, escrita – com uma narrativa fluida, uma lógica pouco delimitada, gêneros, conteúdos e limites éticos pouco precisos, o que lhes permite alto grau de entropia, de interferências por parte de concessionários, produtores e consumidores (MORAN, 2005, p. 34 *apud* WEBER & BEHRENS, 2010, p. 22).

Sendo assim, é inevitável notar que as mudanças ocorridas no método de ensino dos professores se modificaram com a inserção da tecnologia como elemento de apoio na prática pedagógica. E as escolas que investem em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), segundo Belloni (2001) *apud* Weber e Behrens (2010) almejam uma maior:

Integração dessas tecnologias de modo criativo, inteligente e distanciado, no sentido de desenvolver a autonomia e a competência do estudante e do educador enquanto “usuários” e criadores das TIC e não como meros receptores; mediatização do processo de ensino/aprendizagem aproveitando ao máximo as potencialidades comunicacionais e pedagógicas dos recursos técnicos: criação de materiais e estratégias, metodologias; formação de educadores (professores, comunicadores, produtores, tutores); produção de conhecimento (BELLONI, 2001, p. 9, *apud* WEBER & BEHRENS, 2010, p. 21).

Tanto os educadores como todo e qualquer membro da sociedade nos dias de hoje terão que considerar as novas linguagens oriundas dos meios de comunicação, que trazem informações diferentes a cada instante e com muita velocidade. Moran (2005) afirma que:

Na sociedade atual, em virtude da rapidez com que temos que enfrentar situações diferentes a cada momento, cada vez mais utilizamos mais o processamento multimídico. Por sua vez, os meios de comunicação, principalmente a televisão, utilizam a narrativa com várias linguagens superpostas, que nos acostuma, desde pequenos, a valorizar essa forma de lidar com a informação, atraente, sintética, o que traz consequências para a capacidade de compreender temas mais abstratos de longa duração e de menos envolvimento sensorial (MORAN, 2005, p. 20).

Sendo assim, não diferente da maioria dos profissionais, o professor tem que buscar novas metodologias. A proposta educacional precisa se reconstruir constantemente em função da gama imensa de materiais de apoio que vem surgindo para a atuação na docência. Por outro lado, uma proposta inovadora tem encontrado resistência em relação à forma metodológica de ensino, que insiste em se manter antiquada: a tradição, a linearidade e o paradigma conservador como processo de aprendizagem ainda vigora, e sofre para ser rompido (WEBER & BEHRENS, 2010).

Dentre os diversos recursos midiáticos, temos os vídeos educativos, que são considerados por diversos autores como uma excelente estratégia para trabalhar EAN nas escolas. Babin e Koulumdjian (1989) *apud* Arroio e Giordan (2006) destacam que a produção audiovisual é uma produção cultural e uma codificação da realidade onde são utilizados símbolos fornecidos pela cultura para serem transmitidos para os públicos-alvo. Segundo Ferrés (1996) *apud* Arroio e Giordan (2006) os vídeos educativos despertam a curiosidade e motivam a discussão de novas temáticas. A televisão e os vídeos desenvolvem comunicações sensoriais, emocionais e racionais, sendo ainda instrumentos de motivação para os educandos por modificar a rotina do ensino tradicional e diversificar as atividades que são realizadas. Os discentes compreendem as informações de maneira sensível e não apenas diante das argumentações da razão (GUTIERREZ, 1978 *apud* ARROIO & GIORDAN (2006).

Boog *et al.* (2003) avaliaram um vídeo educativo como um elemento para estimular a reflexão sobre alimentação em uma instituição pública do estado de São Paulo. Tal estudo foi realizado com 14 adolescentes de 14 a 17 anos que assistiram ao vídeo “*Comer... o fruto ou o produto?*” em um primeiro momento em que também foi realizado um grupo focal para se observar as percepções dos presentes. Após três meses foram realizadas entrevistas individuais com os jovens para evocar lembranças do vídeo assistido e os aprendizados. Os resultados evidenciaram que a produção audiovisual não somente transmite o conhecimento por meio de estímulos sensoriais, visuais, reflexivos e emocionais, mas também levam a reflexão do que foi exibido e ainda pode ser um instrumento motivador à difusão dos aprendizados entre familiares e amigos. Podendo ainda estimular práticas alimentares saudáveis, como foi observado nas entrevistas individuais em que os adolescentes relataram mudanças necessárias para uma alimentação de qualidade como o aumento no consumo de frutas e hortaliças e diminuição de alimentos ultraprocessados.

2.6 GUIA ALIMENTAR PARA POPULAÇÃO BRASILEIRA: BREVE HISTÓRICO

Nas últimas décadas o padrão alimentar brasileiro destacou-se pela elevação do consumo de carnes e alimentos ultraprocessados (refrigerantes, biscoitos e refeições prontas) e a redução do consumo de leguminosas, raízes e tubérculos, frutas e hortaliças. E da mesma maneira em todo o mundo a ocorrência de desnutrição

e doenças infecciosas foi substituída por doenças crônicas associadas ao consumo excessivo e/ou desbalanceado de alimentos e sedentarismo. Diante destes acontecimentos o Ministério da Saúde coordenou a confecção do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNT no Brasil 2011-2022 e a revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira. Dentre as ações propostas pelo plano estão as do âmbito da Alimentação Saudável, que englobam: promoção de ações de alimentação saudável no PNAE; aumento da oferta de alimentos saudáveis; regulação da composição nutricional de alimentos processados; redução dos preços dos alimentos saudáveis; implantação do Plano Intersetorial de Controle e Prevenção da Obesidade na Infância e na Adolescência concomitante à detenção do crescimento da obesidade em adultos; e regulamentação da publicidade de alimentos, principalmente para crianças (CLARO *et al.*, 2015; BRASIL, 2011; ANDRADE & BOCCA, 2016).

O Guia Alimentar (titulação mais conhecida pela sociedade) é um instrumento para ações de EAN tanto na rede de atenção do SUS quanto no contexto escolar. Em 2006 foi publicada sua primeira versão, trazendo as primeiras diretrizes alimentares oficiais. O primeiro Guia Alimentar possuía alguns princípios, a citar: abordagens nutricionais que abrangiam DCNT e também deficiências nutricionais e as doenças infecciosas; recomendações baseadas na cultura alimentar tradicional (que é caracterizada pelo consumo rico e variado de grãos, cereais, raízes, tubérculos, frutas e hortaliças e baixo em gorduras, açúcares e sal); sustentabilidade ambiental; valorização das informações relativas aos benefícios de uma alimentação saudável em detrimento de recomendações proibitivas; e explicitação de quantidades de consumo de determinados grupos alimentares tendo como parâmetro um brasileiro saudável com uma ingestão média diária de 2.000 quilocalorias (kcal). Além disso, as recomendações eram divididas para 4 grandes grupos: população em geral, família, profissionais de saúde e governo, e setor produtivo de alimentos (BRASIL, 2006).

Em 2014 foi lançada a segunda versão do Guia Alimentar, com inúmeras diferenças ao seu antecessor. O documento foi elaborado pelo Ministério da Saúde em parceria com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens), da Universidade de São Paulo, com o apoio da OPAS. O documento foi avaliado por gestores, profissionais, representantes da sociedade civil organizada e pesquisadores em oficinas e ainda passou por consulta pública. Esta atualização foi necessária devido às rápidas mudanças nas condições de saúde e nutrição da

população, como observado nos relatórios obtidos pela POF e pela PNS, ambas de 2013.

Em comparação ao Guia Alimentar anterior, o atual trouxe informações mais compreensíveis à população em geral, dando ênfase a uma abordagem mais qualitativa da alimentação saudável e não quantitativa como o anterior (o que desconsiderava as diferenças individuais), trazendo ainda de maneira didática, ilustrações simplificadas sobre composição de refeições e processamento de alimentos, dinamizando as recomendações deste documento (BRASIL, 2014). No que se refere à linguagem adotada, o Guia Alimentar atual adota o princípio referencial positivo de suas recomendações, ou seja, ressaltando as vantagens e benefícios de uma alimentação saudável mais que trazendo recomendações proibitivas (ANDRADE & BOCCA, 2016).

O novo Guia Alimentar é dividido em 5 capítulos. Seu primeiro capítulo trata dos princípios, que são: a abordagem completa da alimentação (incluindo as dimensões socioculturais, combinações e formas de preparo e não apenas o teor de nutrientes); recomendações que objetivam o declínio acelerado da desnutrição e a reversão de tendências que levam ao aumento da obesidade e doenças crônicas associadas à alimentação; observação minuciosa dos sistemas de produção e distribuição de alimentos e seus impactos sociais e ambientais, fazendo uma crítica ao modelo caracterizado por monoculturas e larga utilização de sementes transgênicas, fertilizantes químicos, agrotóxicos e antibióticos e valorizando sistemas de produção e distribuição socialmente e ambientalmente sustentáveis como a agricultura familiar e feiras locais; valorização dos padrões tradicionais de alimentação em conjunto a conhecimentos gerados por estudos experimentais, clínicos, populacionais e antropológicos; e autonomia nas escolhas alimentares a partir do acesso a informação (BRASIL, 2014).

No segundo capítulo, intitulado “A Escolha dos Alimentos”, os alimentos são categorizados quanto ao processamento e são apresentadas recomendações gerais que orientam a escolha de alimentos e uma regra de ouro que facilita a observação das recomendações. As recomendações são: fazer alimentos *in natura* ou minimamente processados a base de sua alimentação; e utilizar óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao temperar e cozinhar alimentos e criar preparações culinárias. A regra de ouro orienta sobre a preferência de alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos

ultraprocessados. Neste capítulo são esclarecidas as definições dos alimentos e estes são exemplificados de maneira didática (BRASIL, 2014). Os alimentos *in natura* são aqueles “obtidos diretamente de plantas ou de animais e não sofrem qualquer alteração após deixar a natureza”; já os processados:

[...] correspondem a alimentos *in natura* que foram submetidos a processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis ou indesejáveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração, congelamento e processos similares que não envolvam agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento original (BRASIL, 2014, p. 29).

Óleos, gorduras, sal e açúcar são definidos como:

[...] produtos extraídos de alimentos *in natura* ou da natureza por processos como prensagem, moagem, trituração, pulverização e refino. São usados nas cozinhas das casas e em refeitórios e restaurantes para temperar e cozinhar alimentos e para criar preparações culinárias variadas e saborosas, incluindo caldos e sopas, saladas, tortas, pães, bolos, doces e conservas (BRASIL, 2014, p. 34).

Os alimentos processados são aqueles:

[...] fabricados pela indústria com a adição de sal ou açúcar ou outra substância de uso culinário a alimentos *in natura* para torná-los duráveis e mais agradáveis ao paladar. São produtos derivados diretamente de alimentos e são reconhecidos como versões dos alimentos originais. São usualmente consumidos como parte ou acompanhamento de preparações culinárias feitas com base em alimentos minimamente processados (BRASIL, 2014, p. 38).

Por fim, os alimentos ultraprocessados são definidos como:

[...] formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes). Técnicas de manufatura incluem extrusão, moldagem, e pré-processamento por fritura ou cozimento (BRASIL, 2014, p. 41).

O terceiro capítulo (“Dos Alimentos à Refeição”) traz possíveis combinações entre grupos alimentares em refeições a partir de fotos ilustrativas com enfoque em alimentos *in natura* e minimamente processados, abrangendo 85% das calorias, sem trazer uma abordagem quantitativa e ainda aborda as maneiras adequadas de conservação, manipulação, preparo e higienização dos alimentos.

“O Ato de Comer e a Comensalidade” é o penúltimo capítulo do referido Guia Alimentar e traz outras diferenças ao Guia anterior pois ressalta a importância da comensalidade, ou seja, a partilha das refeições ou função social das refeições; do comer com regularidade, atenção e em ambientes apropriados (limpos confortáveis e tranquilos) em prol do prazer que a alimentação deve proporcionar. Estes fatores favorecem uma digestão adequada, saciedade e redução do consumo de alimentos ultraprocessados.

Por fim, o último capítulo do Guia Alimentar, “A Compreensão e a Superação de Obstáculos”, torna este documento ainda mais singular, pois traz os obstáculos (informação, oferta, custo, habilidades culinárias, tempo e publicidade) que podem impedir a adoção das recomendações e maneiras de superá-los (BRASIL, 2014; MOREIRA, 2010).

Sendo assim, a adoção do Guia Alimentar para a prática da educação e orientação alimentar nutricional aliado à trama do indivíduo possibilita ao nutricionista, profissional capacitado e habilitado, a atuar visando à SAN e à atenção dietética, uma melhor abordagem das questões enfrentadas pelo indivíduo. No entanto, o profissional deve atentar-se ao fato de que transmitir a informação por si só não é suficiente para modificar comportamentos e atitudes, somente quando o indivíduo dá sentido à informação, esta se converte em conhecimento o que pode possibilitar mudanças de escolhas. Daí surge o papel da transdisciplinaridade, quando estratégias de passar informações inovadoras têm sido desenvolvidas e aplicadas por diversos profissionais de saúde, lançando mão de instrumentos e matérias de apoio que podem ser desde recursos lúdicos informativos, assim como dramatizações, vídeos dentre outros.

3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para Minayo, Deslandes e Gomes (2008), a metodologia da pesquisa é o caminho do pensamento a ser seguido, sendo um conjunto de técnicas a ser adotado para que, a partir de então, a pesquisa possa ser construída numa leitura da realidade. Nesse sentido, este estudo é pautado na abordagem qualitativa, pois caracteriza-se pela análise e interpretação de aspectos profundos, como a descrição do comportamento humano, hábitos, atitudes, *etc.* De acordo com Minayo (2009) *apud* Marconi e Lakatos (2011, p. 23) “A pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes”; ou seja, preocupa-se com a compreensão da realidade e das relações sociais. Além disso, a pesquisa tem um delineamento descritivo que se atem a descrição de determinada população ou fenômeno (COSTA & COSTA, 2009). Segundo Martins (1989) *apud* Marconi e Lakatos (2011, p. 20), a descrição constitui “importância significativa no desenvolvimento da pesquisa qualitativa”; neste caso foram abordadas e descritas determinadas práticas alimentares dos escolares e os fenômenos que a influenciam. Esta pesquisa foi além da descrição da população e dos fenômenos, pois pretende determinar as relações existentes entre eles, sendo uma pesquisa descritiva que se aproxima da pesquisa explicativa (GIL, 2002).

3.2 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA

O local de desenvolvimento da presente pesquisa ocorreu na sala de reuniões do Colégio Estadual Renan Baleeiro (CERB), situado no bairro de Águas Claras, no município de Salvador, estado da Bahia. O referido município é a atual capital do estado, com uma área territorial de 692,818 km², população residente de 2.675.656 habitantes no último censo realizado em 2010 e uma estimativa em 2017 de 2.953.986 habitantes, conforme informações no *site* do IBGE, 2018. Situada na Zona da Mata da Região Nordeste do Brasil, Salvador é notável em todo o país pela sua gastronomia, música e arquitetura, também reconhecidas internacionalmente. A influência africana em muitos aspectos culturais da cidade a torna o centro da cultura afro-brasileira (na gastronomia, por exemplo, o legítimo prato soteropolitano leva dois

ingredientes: o azeite de dendê e a pimenta; as receitas são sempre picantes, coloridas e aromáticas. Antigamente, os pratos eram feitos como oferendas para os santos, costume trazido à Bahia pelos africanos). Primeira sede da administração colonial portuguesa do Brasil, a cidade é uma das mais antigas da América e uma das primeiras cidades planejadas, ainda no período do Renascimento. Sua fundação em 1549 por Tomé de Sousa ocorreu por conta da implantação do Governo-Geral do Brasil pelo Império Português.

Com mais de 2,6 milhões de habitantes, é o município mais populoso do Nordeste e o terceiro do Brasil (dentre as cidades latino-americanas é a nona). Também por suas dimensões urbano-populacionais, é classificada pelo IBGE como uma metrópole regional. Centro econômico do estado, Salvador é também porto exportador, centro administrativo e turístico. Em 2015, tinha o maior produto interno bruto (PIB) dentre os municípios nordestinos.

Salvador é sede de importantes empresas regionais, nacionais e internacionais. Além de empresas, a cidade sedia (e sediou) muitos eventos e organizações culturais, políticas, educacionais, esportivas, como a UNEB, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Escola de Formação Complementar do Exército Brasileiro (EsFCEEx), a Confederação Brasileira de *Surf* (CBS), a III Conferência Ibero-americana (em 1993), o Campeonato Pan-americano de Judô de 2003, a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora de 2006, o XII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (em 2010), a Copa América de 1989, a Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol (FIFA) de 2013, a Copa do Mundo FIFA de 2014 e o futebol dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016.

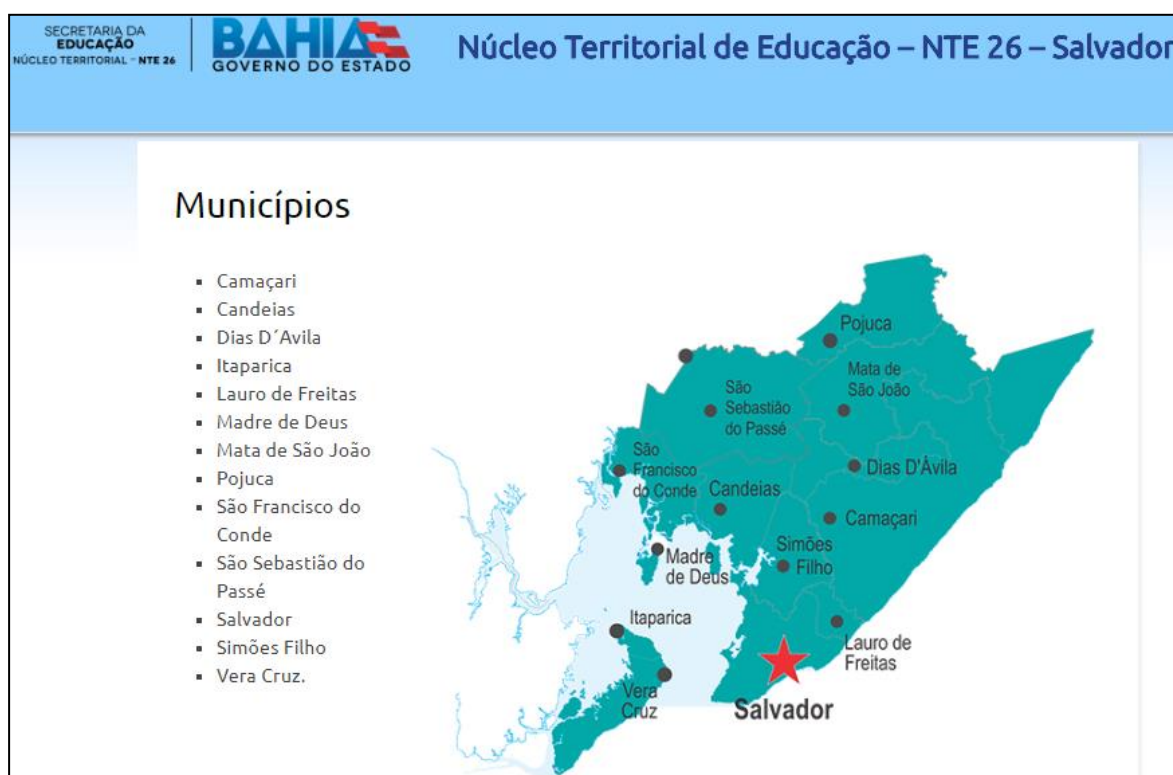
Já o bairro Águas Claras situa-se às margens da BR-324, próximo ao limite do município, a noroeste. Possui escolas públicas e privadas, creches, feirinhas, supermercados, galpões de armazenamentos, dentre outros. O bairro teve ocupação e expansão significativa a partir da década de 1990 e, hoje, caracteriza-se por reunir populações de diferentes origens, oriundas do interior do estado e também de outros bairros populares, e por um comércio local em constante expansão, que procura atender às necessidades da sua população, já que o bairro se encontra bastante isolado do centro da cidade.

O nome “Águas Claras” é devido às fontes naturais e a facilidade de escavar poços para obter água limpa. A vegetação trazia espécie variada de animais e aves diferenciadas. As pessoas antigas sentem saudades dos plantios feitos no fundo dos

quintais. O local foi (por muito tempo) um Quilombo, denominado como “Quilombo do Orobu”, que hoje é o nome de um curso popular de pré-vestibular dentro da comunidade. Algumas pessoas falam que o bairro veio com a venda de lotes de várias fazendas. Esses lotes foram divididos sem um planejamento de crescimento. Seguido de violência atual e a falta de policiamento trás, antes um povo tranquilo, a uma repressão de medo e desordem e um bairro sem atrativo cultural. Portanto, Águas Claras (como a maioria dos bairros do miolo central) é considerado um dos menos desenvolvidos (carente de serviços e infraestrutura básica) do município.

O município de Salvador, para fins de organização e acompanhamento das Unidades Escolares no âmbito da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), faz parte do Núcleo Territorial de Educação (NTE-26). Este é responsável por gerir 289 escolas localizadas nos 13 municípios do Território de Identidade Metropolitana de Salvador (Camaçari, Candeias, Dias D’Avila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz).

Figura 5: Mapa dos municípios pertencentes ao NTE 26.



Fonte: SEC/BA, 2017.

O CERB foi fundado no dia 12 de fevereiro de 1982 com o nome de Escola de 1º Grau Renan Baleeiro (em homenagem ao então prefeito daquela época, Renan Baleeiro), para ministrar o ensino fundamental da 1ª à 8ª séries, nos três turnos, mediante ato de criação através da Portaria 2143 do Diário Oficial do Estado da Bahia de 12 de fevereiro de 1982. Até meados de 2001 a escola se encontrava bastante deteriorada (física, moral, administrativa e pedagogicamente) com os professores, alunos e funcionários bastante desmotivados, assim como o nível de aprendizagem dos alunos, chegando às reprovações aos índices de 90% (a maioria dos alunos se encontrava com defasagem idade/série). A relação da escola com a comunidade era bastante conflituosa, como também as relações internas entre professores, funcionários, direção e alunos. Como forma de superar essas dificuldades, mobilizações entre a comunidade escolar e a comunidade local foram feitas, das quais aceitaram o desafio e começaram a decidir e refletir sobre os rumos da escola.

Figura 6: Escola Estadual Renan Baleeiro no ano de 2002.



Fonte: SEC/BA, 2017.

A partir do ano de 2002 foi implantado o Ensino Médio: Regular, Aceleração III e Tempo de Aprender, e uma reformulação na proposta pedagógica da escola através da criação do “Projeto Corre Beco”, o qual passou a nortear todas as ações pedagógicas, cujo foco principal sustentava-se nos fundamentos da arte/educação como agente de transformação e de inserção social do ser humano. Entre as principais

ações do “Projeto Corre Beco” incluíam excursões pedagógicas ao Recôncavo Baiano nos municípios de Santo Amaro e Cachoeira, ao sul da Bahia na cidade de Nilo Peçanha no mês de novembro para participar do intercâmbio firmado entre o grupo original do Zambiapunga e o na própria escola quando, da apresentação do grupo cultural e folclórico Zambiapunga naquela cidade, comemorada no dia 1º de novembro. Atividades referentes ao meio ambiente também foram desenvolvidas em Boipeba, visitas a museus e apresentações teatrais, tendo como finalidade envolver e possibilitar aos alunos uma amplitude de conhecimentos, dos quais a disciplina em sala de aula, isoladamente, não consegue reunir todas as condições necessárias para cumprir.

Atualmente o CERB oferta o ensino fundamental e médio profissionalizante no turno diurno e o Tempo Formativo EJA (Educação de Jovens e Adultos) no noturno, contemplando ainda, o Mais Educação e o Programa Nacional de Qualificação (PNAQ). Dispõe em seu quadro de vagas aproximadamente de 940 alunos, cujo perfil étnico é caracterizado em sua totalidade pela população negra e afro descendente, são 41 professores dos quais 36 possuem pós-graduação na área de educação, além de 27 funcionários terceirizados.

Figura 7: Fachada do Colégio Estadual Renan Baleeiro na atualidade.



Fonte: Autoria própria.

Pensando em expandir para fora dos muros da UNEB e entendendo a importância do fazer ciência extramuros, a LABSAN idealizou o projeto de extensão “Nutrindo o Saber: Educação Popular em Saúde, com Recorte em Segurança Alimentar e Nutricional”, a fim de promover a educação popular e ambiental com base na Agricultura urbana. É um projeto focado na construção de hortas junto a comunidades, fortalecimento de práticas alimentares saudáveis e a promoção da autonomia dos sujeitos em situação de vulnerabilidade psicossocial e nutricional. Visa estimular o empoderamento através de práticas de produção de alimentos e sustentabilidade ambiental; aproveitamento de áreas ociosas para produção e promoção do consumo de alimentos regionais, baseadas nos princípios agroecológicos tendo como público-alvo (principalmente) jovens e toda a comunidade do CERB. O projeto se desenvolve de forma participativa, com o desenvolvimento de módulos, além de rodas de conversa, oficinas terapêuticas e feiras que tragam a cultura local como ponto agregador do público-alvo, fazendo recortes sobre SAN, discutindo a acessibilidade, qualidade e quantidade do alimento e insumos consumidos pela população, além de conceitos acerca de alimentação saudável e agravos à saúde.

Os sujeitos da pesquisa em questão foram 20 (vinte) estudantes regularmente matriculados no sexto ano do ensino fundamental do turno vespertino. A escolha dos participantes foi realizada por meio de uma amostragem não probabilística e de conveniência; este processo de obtenção, segundo Costa e Costa (2009) é indicado para estudos qualitativos e tem como característica o não uso de formas aleatórias de seleção das unidades de análise, onde o pesquisador seleciona os elementos que tem acesso, admitindo que estes representem um universo.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A aquisição de dados desta pesquisa ocorreu por meio da técnica do Grupo Focal (GF), que é um instrumento qualitativo que obtêm dados a partir de discussões planejadas com os participantes que expressam percepções, hábitos, crenças, valores, atitudes e representações socioculturais. De acordo com Costa e Costa (2009, p. 65) “o grupo focal é uma técnica de entrevista coletiva que envolve uma discussão objetiva e mediada, sobre um tema ou questão específica”. Completando esse significado Neto, Moreira e Sucena (2002) esclarecem que este é:

[...] uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público – alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico (NETO, MOREIRA & SUCENA, 2002, p. 5).

A técnica de GF promove uma ampla problematização sobre um tema e permite que os participantes reflitam e explorem seus pontos de vista, gerando suas próprias perguntas e respostas, levando assim a um alto nível reflexivo que não ocorre em técnicas de coleta de dados convencionais. O GF tem questões norteadoras e foi mediado por um moderador (o próprio pesquisador) e um observador (um estudante universitário voluntário), este encarregado de captar emoções não verbais no ambiente que deve ser permissivo, acolhedor, seguro e não constrangedor (SCHWALLER & SHEPHERD, 1992; WESTPHAL *et al.*, 1996 *apud* BOOG *et al.*, 2003; KITZINGER, 1994 *apud* BACKES *et al.*, 2011).

Nesta pesquisa foram realizados quatro grupos focais (um grupo focal por turma) com cinco participantes cada. O tempo estimado para realização do grupo focal foi de, aproximadamente, 40 minutos, e estruturou-se a coleta de dados utilizando um roteiro semiestruturado (Apêndice A) com perguntas relacionadas aos hábitos alimentares dos escolares, focando no consumo de frutas, hortaliças, alimentos ultraprocessados e alimentação escolar. As discussões foram encorajadas por estímulos visuais, com figuras exibidas durante a obtenção de dados para que os participantes discorressem sobre as suas percepções. Por entender que a alimentação escolar é um instrumento de promoção de hábitos alimentares saudáveis, dados relativos à alimentação ofertada pelo colégio também foram colhidos a partir da entrevista.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a realização da técnica de GF, os dados foram trabalhados por meio da técnica de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2006) *apud* Costa e Costa (2009) é uma análise de textos/dados para identificação do que está sendo dito com a finalidade de caracterização do conteúdo ou documento.

A análise de conteúdo evoca a busca de novos significados dispostos nas mensagens, sendo relevante para o entendimento da natureza dos fenômenos

descritos em uma entrevista coletiva. Bardin (1977, p. 42) *apud* Oliveira (2011) conceitua análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 47).

A operacionalização da análise de conteúdo deu-se pelo recorte dos dados e caracterização dos elementos de conteúdo, que podem ser temas, expressões, frases, palavras entre outros, que constituirão as unidades de análise; a categorização destes itens os reúne por parentescos de sentido. Nesta pesquisa os elementos foram categorizados após a análise do GF. A alimentação escolar foi analisada a partir dos pressupostos da Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no PNAE. Em seu quinto parágrafo estão dispostas as ações de Alimentação e Nutrição da escola; no quarto inciso do décimo quinto artigo diz que “Os cardápios deverão oferecer, pelo menos, três porções de frutas e hortaliças por semana (200 g/aluno/semana) nas refeições ofertadas”. Além disso, no décimo sétimo artigo estão dispostas as restrições de alguns gêneros alimentícios nos cardápios:

É proibida para as bebidas com baixo teor nutricional tais como refrigerantes, refrescos artificiais e outras bebidas similares. E é restrita para os alimentos - enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos [...], preparações semiprontas (ou prontas) para o consumo, ou alimentos concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição) - com quantidade elevada de sódio (aqueles que possuem em sua composição uma quantidade igual ou superior a 500 mg de sódio por 100 g ou ml) ou de gordura saturada (quantidade igual ou superior a 5,5 g de gordura saturada por 100 g, ou 2,75 g de gordura saturada por 100 ml) (BRASIL, 2009, p. 3).

Portanto, a análise observou a presença ou não destes gêneros alimentícios citados acima no cardápio e serão somadas as percepções dos estudantes sobre a alimentação escolar, que serão coletadas a partir dos grupos focais.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O projeto de pesquisa foi submetido à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNEB, postado via Plataforma Brasil, onde foram anexados os seguintes documentos: Termo de Compromisso do Pesquisador (Apêndice B); Termo de Autorização Institucional da Proponente (Apêndice C); Termo de Autorização Institucional da Coparticipante (Apêndice D); Declaração de Concordância com o Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa (Apêndice E); Termo de Confidencialidade (Apêndice F); Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice G); Termo de Assentimento do Menor (Apêndice H); e o Projeto de Pesquisa detalhado.

Os procedimentos foram elaborados respeitando a Resolução 466/2012 do Ministério da Saúde. Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos participantes da pesquisa e ao Estado (BRASIL, 2012b).

Todos os estudantes que desejaram participar da presente pesquisa pediram autorização aos seus respectivos responsáveis, que quando positivo, assinaram um TCLE. Os estudantes autorizados assinaram um Termo de Assentimento do Menor e tiveram liberdade para se negar a participar ou se retirar durante qualquer momento da execução da pesquisa. Foi referido o sigilo e anonimato garantidos em relação ao conteúdo, de modo a preservar o anonimato. Os dados coletados foram armazenados em arquivos pessoais do pesquisador, cujo acesso aos dados só foi permitido apenas aos outros pesquisadores envolvidos.

A pesquisa de campo iniciou após autorização da gestora do CERB através de sua assinatura no Termo de Autorização Institucional da Coparticipante, e da posterior aprovação pelo Comitê de Ética. O projeto de pesquisa foi registrado no CAAE, sob o nº 70583017.8.0000.0057, e aprovado com o Parecer Consubstanciado de nº 2.324.171, em 10/10/2017 (Apêndice I).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os tópicos que discuto neste item foram gerados a partir das repostas, nas quais busquei compreender o conhecimento dos estudantes acerca da EAN. Estas perguntas foram direcionadas com o objetivo de construir no produto final desta pesquisa, uma ponte que os auxiliassem a sanar e esclarecer suas dúvidas e questionamentos. As falas dos discentes nos grupos focais foram recortadas em frases (unidades de registro) e categorizadas em três grupos: Alimentação Saudável e Alimentação Não Saudável; Oferta Alimentar; e Percepção sobre Alimentação (Apêndice J).

A Alimentação Saudável compreende práticas alimentares focadas em alimentos *in natura* e minimamente processados. De acordo com o Guia Alimentar, em suas duas versões, os alimentos *in natura* são aqueles extraídos da natureza (origem animal ou vegetal) que não sofrem nenhuma alteração e os alimentos minimamente processados incluem os alimentos *in natura* submetidos a processos de limpeza, retirada de componentes não comestíveis ou indesejáveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração e outros processos análogos que não abarquem adição de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias. Esses alimentos são ricos em nutrientes e abrangem as frutas, legumes e verduras, grãos integrais, raízes, leguminosas, sementes; oleaginosas sem sal ou açúcar; especiarias em geral e ervas frescas ou secas; leite pasteurizado, ultrapasteurizado ou em pó, iogurte (sem adição de açúcar); sucos sem adição de açúcar; farinhas de mandioca, de milho ou de trigo; etc. (BRASIL, 2006; BRASIL, 2014).

A Alimentação Não Saudável abarca o consumo de alimentos ultraprocessados que são formulações industriais confeccionadas exclusivamente ou parcialmente com substâncias extraídas de alimentos ou dos seus constituintes abrangendo os óleos, gorduras, açúcares, amido, proteínas, gorduras hidrogenadas e amido modificado. Nestes alimentos são comumente incorporados aditivos alimentares (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor) objetivando melhorias das características organolépticas dos alimentos (BRASIL, 2006; BRASIL, 2014). A categoria Oferta Alimentar contemplou as falas que diziam respeito ao acesso físico e econômico à alimentação, seja no âmbito escolar ou doméstico. Por fim, a categoria Percepção sobre a Alimentação compilou falas direcionadas às concepções sobre alimentação

saudável e não saudável, benefícios, malefícios e características organolépticas dos alimentos.

Antes de discorrer sobre os depoimentos dos escolares, é válido acrescentar o notório e importante função que a técnica GF desempenhou durante as entrevistas. Em todas as rodas de conversas, os estudantes sentaram-se em grupos, e pareciam estar discutindo a todo o momento quando os estímulos visuais eram apresentados. Percebi então que a utilização da sala de vídeo do CERB poderia ser uma proposta dinâmica para a prática pedagógica, mostrando ser *“algo diferente”*, conforme enunciou alguns dos entrevistados. Entretanto, ao lançar os estímulos visuais, muitos escolares desconheciam determinados tipos de frutas e hortaliças (alguns até acharam que não possuíamos em nossa localidade, quando na realidade temos). Indagou-me a seguinte questão: será que esses (e outros) escolares não possuem condições financeiras e/ou suas famílias não possuem o hábito de oferecer-lhes? Sabemos que a família desempenha um papel importante na educação alimentar de seus filhos, mas existem barreiras que podem impedir tal acesso, como por exemplo, a existência de um produto, seu fácil acesso e custo-benefício. Cabe então como solução (ou parte desta) à apresentação do produto o qual este trabalho de pesquisa apresenta à comunidade do CERB.

Ao apresentar o estímulo visual de crianças lanchando, as falas se dividiram entre consumo de frutas e de alimentos ultraprocessados, porém os discentes demonstraram maior dileção aos últimos:

“A gente ia lanchar aqui, nós quatro aqui, fruta.”

“Rapaz! Se fosse eu, eu ia lanchar um feijão da tarde (risos).”

“Eu lancharia uma salada de fruta.”

“Eu ia lanchar uma fruta.”

“Eu iria lanchar pipoca com refrigerante.”

“Eu ia lanchar um biscoito recheado com um vaso de suco.”

“Eu comeria um belo gigante de um bauru (risos), legal! Bauru!”

“Ia lanchar uma coxinha e um refrigerante.”

“Eu, se fosse eu, na hora de lanchar, ia ser bolacha e refrigerante ou qualquer outra besteira; que seja açúcar para mim tanto faz.”

O Guia Alimentar relata que crianças e adolescentes, devido à fase de crescimento, usualmente devem consumir refeições intermediárias e estas devem privilegiar alimentos *in natura* ou minimamente processados e limitar alimentos processados e ultraprocessados. Sugerindo frutas, leite e derivados ou oleaginosas (BRASIL, 2014).

Dados da PNS (IBGE, 2014) trazem indicadores interessantes do comportamento alimentar no Brasil. O consumo de cinco porções diárias de frutas e hortaliças foi de 37,3% em pessoas de 18 anos ou mais de idade. Dentre os marcadores de alimentação não saudável, a ingestão de carnes com excesso de gordura foi de 37,2%; o consumo frequente (cinco dias na semana) de refrigerante foi de 23,4%; o consumo regular de alimentos doces, como bolos, tortas, chocolates, balas, biscoitos ou bolachas doces em cinco dias ou mais na semana foi de 21,7% e a ingestão elevada de sal de cozinha foi de 14,2%. Este padrão de consumo é refletido no estado de saúde da população, dentre os entrevistados que referiram: 21,4% de diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica; 6,2% de Diabetes *mellitus*; 12,5% de hipercolesterolemia; 4,2% de doenças cardiovasculares; 1,5% de acidente vascular cerebral; 1,4% de insuficiência renal crônica; e 1,8% de cânceres.

Apesar do apreço aos alimentos ultraprocessados, os estudantes expuseram os malefícios à saúde atrelados ao consumo, devido ao teor de aditivos alimentares, sódio e açúcares e, apenas um, suscitou a ideia de mudança de hábito.

“Oh, o refrigerante, o milk-shake, o suco de caixinha, o refrigerante em lata, é gostoso, mas também faz mal. O suco de caixinha também não adianta porque ele tem mais corante do que suco e tem mais açúcar também.”

“Essas comidas são lanches o miojo, o miojo tem muito sódio e também faz muito mal; biscoito recheado faz ruim e as bolachas e gomas também são horríveis.”

“Eu acho esses alimentos muito gostoso porque tipo, ele é bom mas não faz bem para saúde.”

“Eu acho esses alimentos ruim para saúde porque tem muito açúcar.”

“Eu acho muito bom o refrigerante, eu bebo, mas eu acho melhor o suco, que o suco é servido aqui na escola.”

“Bom, na minha opinião, vamos dizer assim, eu gosto muito de comer coisas doces, mas eu podia mudar minha rotina de comer coisas doce por isso, porque isso é muito bom e também porque eu adoro comer esses tipos de coisas; que eu além de comer doce eu também sou tipo meio vegetariano, não como carne esses tipo de coisa, eu como mais frutas, verduras e açúcar coisas doces entendeu? Eu não como muito carne eu como é isso...”

Em relação a frutas e hortaliças os estudantes relataram os benefícios à saúde e o valor nutritivo, contudo referiram não gostar muito do sabor das hortaliças, mas sim das frutas.

“Como sim, porque são bastante legumes, verduras. Pra gente faz bem pra saúde.”

“Eu como porque são bem nutritivas.”

“Eu como muito em casa abacaxi! Por incrível que pareça hoje eu comi um abacaxi!”

“Se eu tivesse um prato com todos esses alimentos e se tivesse um outro prato com, tipo um sonho, com doces, eu comeria os doces porque eu acho mais gostoso, (risos) mas não ia faltar de comer as frutas, as verduras; primeiro o doce depois eu ia passar para esses alimentos aí.”

“É porque eu gosto muito de fruta, porquê é melhor do que doces, como esse aqui falou, que ele disse que prefere doce do que legumes, eu prefiro fruta do que legume porque fruta são mais saborosa.”

“Esses alimentos também são muito importante porque tem vitaminas e eu como muito em casa e como também na salada de fruta.”

Dentre as hortaliças, o consumo de batata e de abóbora foi o mais frequente. E quanto à oferta no colégio, os discentes confirmaram, porém com algumas considerações:

“Rapaz, pra eu falar a verdade eu nem gosto de comer isso aí só que o que eu como mesmo é batata, ali que a batata só como frita.”

“Eu também gosto mais da maioria dos vegetais que estão ali, mas eu gosto muito mais de abóbora que eu cozinho, faço comida com ela, batata, cenouras e as outras coisas que eu faço, mas eu gosto mais de todas as frutas, de todos os vegetais, na sopa.”

“Esse alimento é utilizado na escola, em casa, porém não gosto muito de comer eles.”

“Na minha opinião, é que eu acho que é bom abóbora, batata, pimentão e ervas que é muito bom, e geralmente se serve na escola também.”

“Na minha opinião, como lá em casa eu não como esses tipo de coisa, é tipo assim eu comeria tudo porque esses faz bem para minha saúde e também vai me beneficiar no futuro também e eu comeria tudo.”

A oferta de sucos no cardápio escolar foi frequente nas falas, porém relataram a ausência de frutas *in natura*.

“Eu acho muito bom o refrigerante, eu bebo, mas eu acho melhor o suco, que o suco é servido aqui na escola.”

“Não, a gente não é acostumado a comer fruta na escola. Eu não sou acostumada muita fruta em casa e eu também gosto mais de comer uva e maçã.”

“Eu comeria tudo, porque eu gostaria muito que na escola oferecesse isso como merenda com mais frequência, porque na maioria das vezes legumes só aparece em sopas; também seria muito legal, ia ser mais balanceada e muito melhor e mais gostoso.”

Na adolescência, fase da vida que contempla os indivíduos deste estudo, ocorrem inúmeras mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais. O adolescente começa a adquirir independência, responsabilidades e aumento da capacidade cognitiva. Estas mudanças interferem na forma de ver e viver a vida, no círculo de amigos, relação com familiares, preferências, valores e regras sociais, inclusive no comportamento alimentar. Hábitos alimentares adquiridos na infância e adolescência podem ser perpetuados na vida adulta e a família é a primeira instituição que modula a relação do indivíduo com a comida, visto que é responsável pela compra e preparo dos alimentos em casa (GAMBARDELLA, FRUTUOSO & FRANCH, 1999; LEMOS & DALLACOSTA, 2005). Dessa forma, a oferta de alimentos em casa é um fator bastante relevante, conforme observado na fala dos entrevistados.

Correspondente ao consumo de frutas:

“Não, a gente não é acostumado a comer fruta na escola. Eu não sou acostumada muita fruta em casa e eu também gosto mais de comer uva e maçã.”

“Esses alimentos também são muito importante porque tem vitaminas e eu como muito em casa e como também na salada de fruta.”

Em relação ao consumo de hortaliças:

“Esse alimento é utilizado na escola, em casa, porém não gosto muito de comer eles.”

“Na minha opinião, como lá em casa eu não como esses tipo de coisa, é tipo assim eu comeria tudo porque esses faz bem para minha saúde e também vai me beneficiar no futuro também e eu comeria tudo.”

Apesar da interferência da oferta de alimentos no ambiente familiar ter um papel crucial no comportamento alimentar, os adolescentes passam maior tempo fora de casa, na escola e com amigos que interferem nas escolhas alimentares em favor ao meio social. Usualmente seguem um estilo de vida ocidental, caracterizado pelo consumo de alimentos ultraprocessados. Além disso, os adolescentes priorizam o presente, sem preocupações com as consequências no futuro e vivem uma dualidade, no ambiente familiar podem priorizar os alimentos “de verdade” (*in natura* e minimamente processados) e em outros grupos preferem alimentos ultraprocessados como batata fritas, doces, refrigerantes, hambúrgueres, salgadinhos, biscoitos recheados etc. Isto ocorre devido ao forte apelo da publicidade de alimentos desde a década de 90 que direcionou a jovens e adolescentes os alimentos industrializados e porquê os adolescentes se alimentam rapidamente e fora de casa, negligenciam refeições ou as substituem por lanches de composição nutricional inadequada (GUEDES & GRONDIN, 2002; TRICHES & GIUGLIANI, 2005). Os reflexos destes hábitos nesta fase de vida trazem as consequências à saúde citadas ao longo do texto.

A merenda escolar é uma estratégia de EAN a partir do momento que traz para o mundo dos escolares alimentos saudáveis e que fazem parte do hábito alimentar deles. Portanto, neste contexto, a rotina de alimentos não saudáveis carece que haja um trabalho de conscientização sobre o consumo de alimentos adequados, inclusive levando em consideração o estado nutricional e a faixa etária dos mesmos. E até mesmo surgiram sugestões, como foram mencionadas nos diversos contatos, do uso de frutas *in natura* ao invés de outros tipos de bebidas.

Quando indagados sobre a alimentação ofertada no CERB, os discentes relataram o alto consumo de biscoitos (aqui entendidos também como bolachas, *cream cracker*), macarrão, feijão, mingaus e até mesmo *pizza* e cocada. Conforme já enunciado, de acordo com a Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no

âmbito do PNAE, os cardápios escolares deverão fornecer, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana) e as bebidas à base de frutas não substituem as frutas *in natura*, evidenciando desta forma, uma provável inadequação do cardápio do colégio em desacordo com o objetivo do PNAE em ofertar refeições adequadas nutricionalmente aos escolares, para contribuir com o crescimento, o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e o rendimento escolar (BRASIL, 2013).

“Tem também já deram pizza e cocada aqui no colégio.”

“Dá água e biscoito creme cracker, só!”

“Mingau, feijão preto, macarrão, arroz, creme cracker (risos), só isso.”

“Água e bolacha, porque o suco vem com gosto de água e bolacha, seca (risos).”

“Gosto muito dos alimentos da escola, mas tem alguns que a gente não gosta tipo mingau, mingau de aveia, mingau de milho.”

“O que é servido na escola é: macarrão, arroz, feijão, feijão preto bolacha às vezes quando solta mais cedo, sopa.”

Quando perguntados sobre a aceitação da merenda escolar servida, os discentes entraram em conflito entre si. Alguns responderam que gostam e outros que não gostam. Um dos fatores que me chamou atenção foi a qualidade higiênico – sanitária sobre os quais os alimentos são preparados e servidos, que se não observados, podem acarretar infecções alimentares, conforme relatado.

“É o seguinte: eu não gosto muito de comer aqui, também tem gente que gosta, tem gente que não gosta porque às vezes tem coisas que às vezes acha que é ruim.”

“Eu não gosto da merenda do colégio, eu como às vezes, mas eu não como mais sopa porque teve um dia que eu comi sopa e me fez mal quando eu cheguei em casa.”

“Eu não como muito a carne do feijão porque não gosto de carne.”

“A merenda aqui da escola, eu como todas porque elas são bem gostosas são todas feitas com amor.”

“A merenda da escola eu como de vez em quando, porque tem dia que não tá com gosto muito bom; tem outros que quando tem leites aí fica até gostosinho, mas tem muitas vezes não tem um gosto muito bom.”

A cantina (para ser saudável para o processamento de alimentos) se constitui um desafio permanente, tanto para a escola como para os próprios manipuladores destes alimentos. Sendo primordial um ambiente escolar propício com uma cantina adequada às boas práticas de higiene, com o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI (luvas, avental, gorro, máscara) entre os manipuladores, além de treinamento para uma adequada manipulação destes alimentos (LEAL *et al.*, 2009), o que não foi relatado por nenhum dos entrevistados. Entretanto, por observar a unidade escolar, percebi apenas a utilização de avental e do gorro, enquanto que estariam passivos de contaminação as mãos e os alimentos através da saliva.

Os dados da PeNSE (IBGE, 2016) convergem com a realidade vivenciada no colégio deste estudo. A amostra do PeNSE englobou estudantes com idade de 13 a 17 anos frequentando do 6º ao 9º ano do ensino fundamental dos anos finais e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas. Neste inquérito, 73,5% das escolas ofereciam alimentação, contudo apenas 41,65% dos estudantes consumiam a alimentação ofertada. Quanto ao padrão alimentar de consumo referido pelos escolares, os dados consideraram a periodicidade do consumo igual ou superior a cinco dias, nos sete dias anteriores à pesquisa: 13,85% dos escolares consumiram salgados fritos; 36,9% consumiram de hortaliças; 40,55% consumiram guloseimas; 30,5% consumiram frutas; 27,15% consumiram refrigerantes; e 32,1% alimentos ultraprocessados.

Ainda de acordo com dados da PeNSE de 2016, 59,9% dos escolares fazem refeições enquanto assistem televisão, sendo que 52,65% costumam assistir, semanalmente, mais de duas horas de televisão. Estes fatores quando associados ao sedentarismo agravam ainda mais os danos à saúde. A PeNSE traz que 38,55% dos escolares não realizaram atividade física por 60 minutos ou mais em nenhum dia, nos últimos sete dias, anteriores à data da pesquisa (IBGE, 2016).

O padrão alimentar ocidental rico em alimentos ultraprocessados e pobre em frutas e hortaliças traz inúmeros malefícios à saúde, predispondo obesidade, anormalidades metabólicas (dislipidemias, hipertensão arterial sistêmica, resistência à insulina e intolerância à glicose) e doenças associadas como as doenças crônicas não transmissíveis e doenças cardiovasculares. Ademais, os alimentos ultraprocessados detêm atributos que modificam respostas de controle de apetite e saciedade, levando ao consumo excessivo de calorias e conseqüente aumento de peso corporal. Dentre os atributos destacam-se as calorias líquidas que abrangem

bebidas prontas para o consumo (refrescos e refrigerantes) que não geram muita saciedade e tem maior digestibilidade; o hipersabor que garante produtos extremamente saborosos à custa de açúcares, gorduras, sal e vários aditivos; e por fim o comer sem atenção, visto que a maioria destes alimentos é feita para serem consumidos em qualquer lugar e sem a necessidade de pratos, talheres e mesas. Sendo frequente o consumo enquanto se assiste programas de televisão (BRASIL, 2014; LEME, PHILIPPI & TOASSA, 2013).

O padrão alimentar desequilibrado associado ao sedentarismo condiciona mudanças na composição corporal. A prevalência de baixo peso, estimada pela PENSE, para os escolares com idade entre 13 e 17 anos de idade, foi de 3,1 %; o excesso de peso atingiu cerca de 23,7%; no total da população-alvo, 8,3% dos escolares do sexo masculino e 7,3% do sexo feminino, foram considerados obesos (IBGE, 2016).

O excesso de peso na adolescência está associado ao maior risco de doenças cardiovasculares, distúrbios gastrintestinais e hepáticos, complicações ortopédicas e consequências psicossociais, visto que a obesidade culmina em autoestima baixa, baixa aceitação social, depressão e isolamento social, inclusive as crianças obesas têm maior probabilidade de sofrerem *bullying* que crianças não obesas (STRAUSS, 2000; STRAUSS & POLLACK, 2003; JANSSEN *et al.*, 2004; ALBUQUERQUE *et al.*, 2014).

A promoção da alimentação saudável na infância é crucial para construção de hábitos alimentares que serão mantidos ao longo da vida e que trazem repercussões sérias à saúde. Ações de EAN devem ser realizadas de maneira transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional e devem abranger inclusive o cardápio escolar, que é um instrumento de educação alimentar e nutricional que age por meio do incentivo ao aumento do consumo de frutas e hortaliças, alimentos que são ricos em vitaminas, minerais, fibras, compostos bioativos e que possuem baixa densidade energética, além de promoverem a redução dos alimentos de alta densidade energética e pobres em micronutrientes, comum aos alimentos ultraprocessados, favorecendo desta forma, melhora da qualidade de vida dos escolares (VEIROS & MARTINELLI, 2012).

5 O PRODUTO DESENVOLVIDO: COLETÂNEA DE VIDEOAULAS NA PLATAFORMA DIGITAL *YOUTUBE*

A escola é o *lócus* de maior relevância para promoção da alimentação saudável. Visto que, na infância e na adolescência ocorre a formação dos hábitos alimentares, ou seja, práticas alimentares que se perpetuarão durante toda a vida e têm como condicionantes inúmeros fatores fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos. Adolescentes brasileiros passam cerca de 5 a 6 horas por dia na escola e realizam uma a duas refeições com amigos. Ademais, no ambiente escolar, os discentes experimentam alimentos e preparações que podem divergir do contexto familiar e sofrem influências do grupo social e dos estímulos presentes no sistema educacional. Contudo, existe uma lacuna no que se refere a referências teórico-metodológicas para subsidiar ações de educação alimentar e nutricional nestes ambientes, sendo relevante a criação de materiais didáticos (LEME, PHILIPPI & TOASSA, 2013; RAMOS, SANTOS & REIS, 2013).

Para tentar auxiliar o ensino de práticas de EAN no CERB, além de difundir o conteúdo para a sociedade, construiu-se uma coletânea de videoaulas a partir da análise vinculada a esta pesquisa, com enfoque em informações, legislações, possibilidades de atividades educativas e sugestões de cardápios com receitas. O material de apoio para a produção deste foi o Guia Alimentar para a População Brasileira, em sua versão atualizada (BRASIL, 2014).

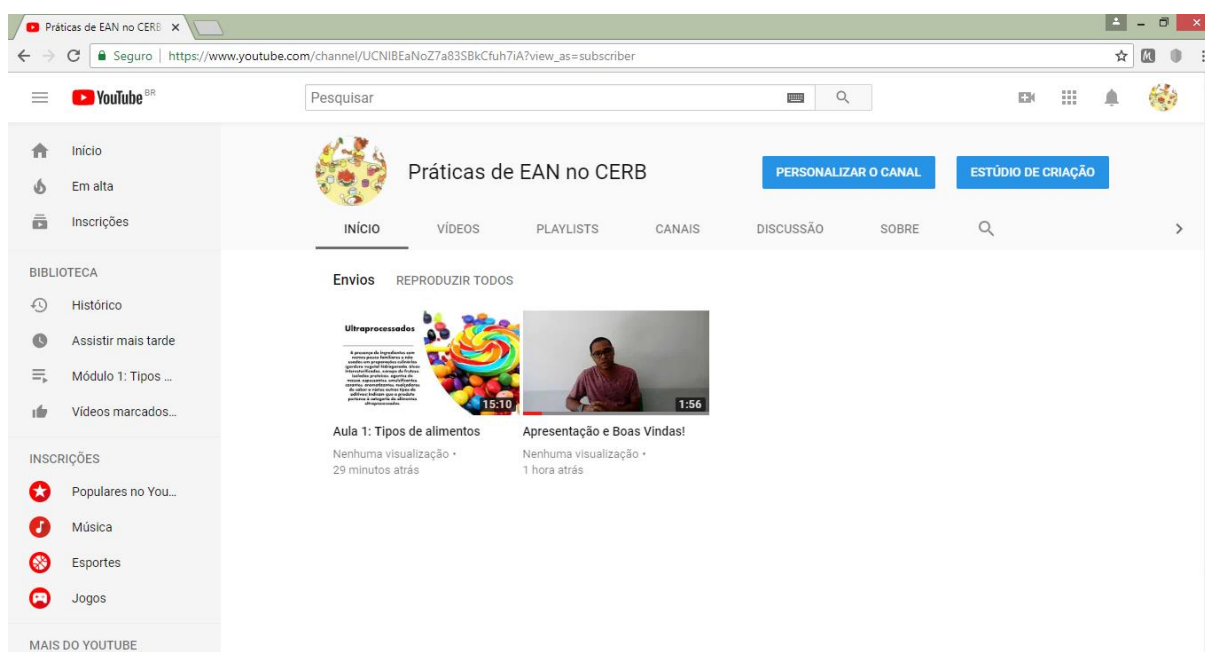
A Plataforma de Vídeos Digitais *Youtube*, segundo Werneck e Cruz (2007), foi fundada por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, todos empregados da empresa *PayPal*. O domínio do *site* <<https://www.youtube.com>> foi ativado em 15 de fevereiro de 2005, sendo nos meses seguintes desenvolvido até quando finalmente foi lançado em novembro do mesmo ano. O slogan do *Youtube* é: *Broadcast Yourself*, o que em inglês significa: divulgue-se ou “seja um comunicador”. E é esse o propósito do *site* de vídeos *Youtube*. Qualquer um que tenha acesso à *internet* pode utilizar seus serviços e, dependendo do conteúdo que nele for publicado, transformar-se de um desconhecido em um fenômeno de audiência.

Com centenas de milhares de vídeos em seu *site*, a estrutura de *Web 2.0* do *YouTube* ajuda os usuários a localizar um conteúdo importante rapidamente. Os usuários podem escolher entre os variados gêneros apresentados (músicas, jogos, esportes, filmes, dentre outros) e encontrar rapidamente o que deseja. Com essa

interface de fácil utilização, o *Youtube* possibilitou que qualquer pessoa que use um computador com acesso à *internet* disponibilizasse seus vídeos para a rede mundial de computadores, estando ao alcance de milhões de pessoas, o que antes da criação do *site* era algo muito mais complicado. A coletânea de vídeos de algum gênero publicado no *Youtube* (conhecida por canais) começou a chamar a atenção das mais variadas instituições (com ou sem fins lucrativos), e estas por sua vez montaram seus canais no *site*. Várias intenções são sinalizadas através de suas publicações, com determinado propósito.

Para este trabalho, foi criado um canal no *Youtube* intitulado “Práticas de EAN no CERB”. Através deste canal, observa-se a lista de vídeos que poderão ser acessados em qualquer ambiente (seja ele escolar ou não), facilitando o acesso e a troca de informações. Cada página de vídeo possui uma aba de comentários, na qual o ouvinte pode interagir com o responsável pelo canal, na intenção de opinar, elogiar, sanar dúvidas e/ou criticar (torna-se um meio de contato entre o responsável pela criação do vídeo e os ouvintes); para tanto, o ouvinte precisará registrar-se para completar esta ação.

Figura 8: Página de apresentação do canal “Práticas de EAN no CERB” na plataforma *Youtube*.

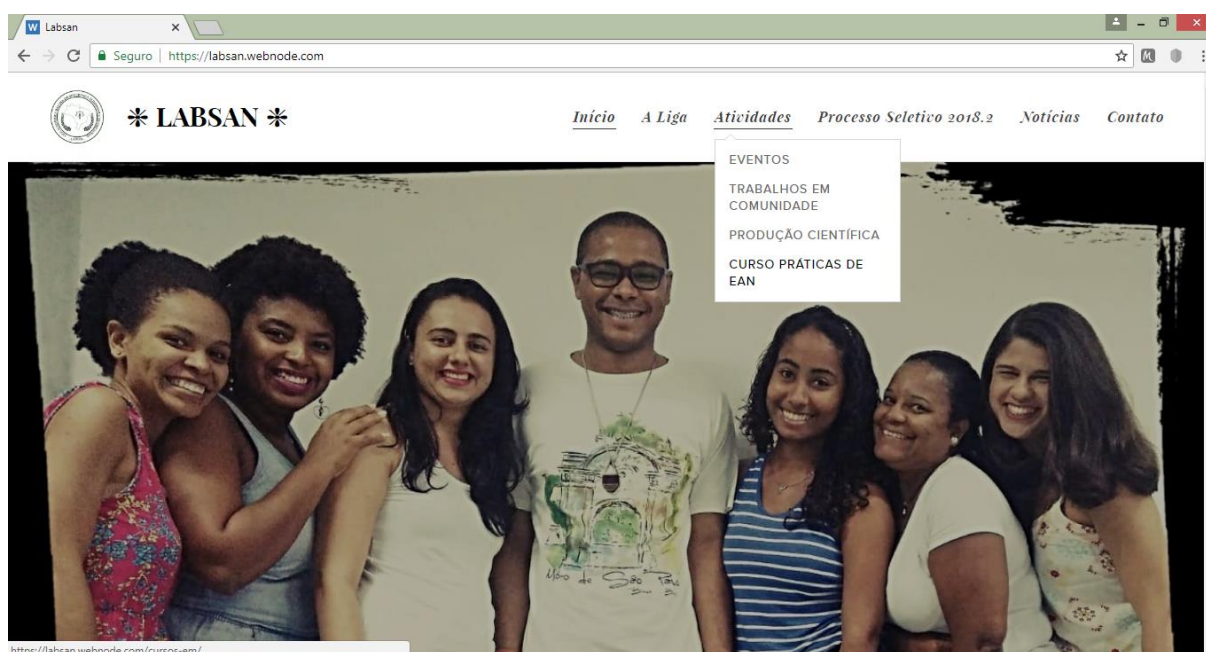


Fonte: Autoria própria.

O registro na plataforma *Youtube* é bem simples: basta possuir uma conta no servidor *Google*, uma das mais utilizadas atualmente. Com uma única conta cadastrada, o usuário pode ter acesso a vários de seus serviços (como mapas, imagens, *e-mail*, agenda, entre outros), incluindo vídeos postados no *Youtube*.

Intencionalmente, os vídeos publicados no canal “Práticas de EAN no CERB” do *Youtube* também foram anexados no *site* principal da LABSAN, cujo endereço eletrônico é: <<https://www.labsan.webnode.com.br>>. A proposta é de que os integrantes da comunidade escolar se aproximem da LABSAN (apesar desta já possuir atividades executadas no CERB). O estudante, professor, gestor ou qualquer outro membro da comunidade terá acesso facilitado ao *site* da LABSAN e poderá assistir aos vídeos e interagir no canal do *Youtube*. O passo a passo é simples: primeiramente, o interessado deverá acessar o *site* da Liga, em seguida selecionar em “Atividades”, e logo após clicar em “Curso: Práticas de EAN no CERB”. Nesta página consta uma breve introdução sobre o curso e a lista de videoaulas.

Figura 9: Página inicial do *site* principal da LABSAN, indicando a janela de encaminhamento ao curso “Práticas de EAN no CERB”.



Fonte: Autoria própria.

Figura 10: Página de apresentação do curso “Práticas de EAN no CERB” no *site* principal da LABSAN.

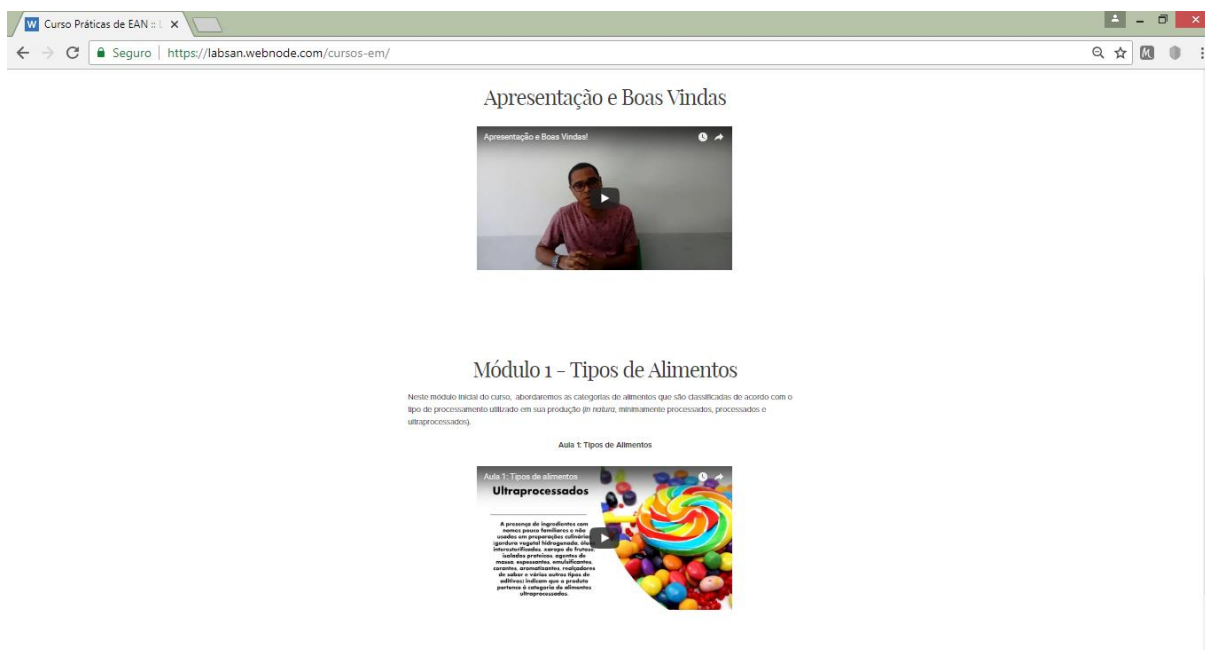


Fonte: Autoria própria.

Cada vídeo terá duração de (no máximo) 25 minutos, com uma apresentação prazerosa, focada especialmente para o público juvenil. Ao final, uma atividade poderá ser respondida pelo telespectador, no intuito de averiguar seus conhecimentos pré e pós adquiridos. Com linguagem simples e direta, o pesquisador pretende chamar a atenção dos jovens escolares, elencando a realidade cultural do ambiente em que vivem (seus hábitos e escolhas alimentares) e os dizeres do Guia Alimentar, como forma de aproximar o contato entre os participantes.

A coletânea é dividida em 5 módulos, na qual uma videoaula será anexada ao canal sempre aos sábados, escalonadas num espaço de 2 semanas (esclarece-se aqui que não haverá uma quantidade mínima ou máxima de videoaulas lançadas por módulos, sendo o mais importante o esgotamento do conteúdo apresentado). O primeiro vídeo da coletânea (externo à contagem de módulos), intitulado “Apresentação e Boas Vindas!”, mostra o pesquisador e um pouco de sua história de vida, como surgiu a ideia de lançar as videoaulas, suas pretensões e as boas-vindas ao curso.

Figura 11: Videoaulas destacadas do curso “Práticas de EAN no CERB” no *site* principal da LABSAN.



Fonte: Autoria própria.

Quanto aos módulos, o pesquisador pretende abordar os seguintes temas:

- 1) Tipos de alimentos: primeiro módulo apresentado (sendo a primeira videoaula do curso), o pesquisador abordará as categorias de alimentos que são classificadas de acordo com o tipo de processamento utilizado em sua produção (*in natura*, minimamente processados, processados e ultraprocessados).
- 2) Grupos alimentares: neste segundo módulo, pretende-se descrever as características nutricionais dos grupos alimentares: feijões, cereais, raízes e tubérculos, legumes e verduras, frutas, castanhas e nozes, leite e queijos, carnes e ovos e água.
- 3) Análise de rótulos: terceiro módulo do curso, terá como objetivo central o de estimular a curiosidade dos telespectadores acerca das diferentes informações encontradas nos rótulos dos alimentos, além de aprender noções sobre o uso da linguagem científica específica dos rótulos, tendo como conceitos os macro e micronutrientes.
- 4) Doenças associadas ao estilo de vida: o quarto módulo trará discussões acerca das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e Doenças Cardiovasculares associadas a hábitos alimentares e nível de atividade física.

5) Doenças transmitidas por alimentos: neste módulo as videoaulas abordarão sobre a conservação e cuidados com o manejo de alimentos para evitar doenças transmitidas por pelos mesmos.

6) Legislação: as videoaulas apresentadas neste módulo objetivam mostrar aos telespectadores as leis e projetos de lei existentes em nosso país que, de alguma forma, permeiem sobre a temática da EAN.

7) Receitas: último módulo que apresentará receitas com gêneros alimentícios que poderão ser colhidos na área interna do CERB e/ou da horta escolar, fruto do Projeto da LABSAN intitulado “Nutrindo o Saber: Educação Popular em Saúde, com Recorte em Segurança Alimentar e Nutricional”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou elaborar uma estratégia que contemplasse a Educação e a Saúde dentro do espaço escolar. Sabemos que a Escola é um espaço privilegiado ao desenvolvimento de ações voltadas à promoção da alimentação saudável. Assim, a inserção de temas transversais (como é o caso da EAN) aos currículos da Educação Básica pode dar sustentabilidade às iniciativas de educação em saúde, destacando que a Escola e a Sociedade não caminham sozinhas, mas a efetivação de parcerias é de extrema importância.

A atuação na rede pública de ensino do Estado da Bahia como professor de Ciências Biológicas (e uma pequena passagem pelo curso de Nutrição) contribuiu-me, de maneira significativa, para um novo olhar sobre a EAN, visto que desenvolver práticas pedagógicas voltadas para a qualidade social de vida sob a óptica da promoção à saúde possibilitou mais um ganho para a comunidade do CERB, assim como os diversos trabalhos que foram realizados pela LABSAN.

A alimentação e nutrição adequadas são direitos humanos fundamentais e requisitos essenciais para o crescimento e desenvolvimento de todo indivíduo, podendo ser consideradas um fator determinante de saúde. Como demonstrado neste trabalho, verifico que a infância e adolescência são períodos ideais para formação de hábitos e condutas de vida saudável, pois tais indivíduos ainda estão em processo de formação pessoal. Desta forma, a EAN deve começar desde cedo, visando uma reeducação alimentar com a finalidade de prevenir agravos à saúde ou promover o cuidado precoce quando já instalados.

Acredito que a promoção da alimentação e nutrição saudável no CERB, através da utilização de videoaulas apresentada neste estudo, será bem sucedida no alcance de seu objetivo, e apesar de não ser suficiente para mudanças definitivas de comportamento, propicia a ampliação dos conhecimentos de toda a comunidade escolar (principalmente o público alvo da pesquisa, os estudantes, que demonstraram estar sensibilizados quanto à importância do assunto tratado).

Ao analisar a importância deste estudo, não posso deixar de considerar que não podemos mais admitir a exclusão, no ambiente escolar, do uso das TIC já tão aceitas em diversos outros ambientes (de lazer, trabalho e residências). A visão interacionista na sociedade científico-tecnológica requer a articulação de saberes, a potencialização do uso da mídia e a formação de novas competências para

desenvolver as ações pedagógicas com qualidade. Ao se propor o desenvolvimento e a utilização de videoaulas como fomento a práticas de EAN, é preciso reconhecer que o “poder” de interação não está fundamentado nas tecnologias, mas na formação de nossas mentes, na visão de mundo, nas transformações dos atores sociais. A sociedade de hoje valoriza a mídia e reconhece a importância de sua utilização na sala de aula pelo poder de atração que os aparatos tecnológicos possam ser oferecidos pelo educador. Diante do exposto, oportuno a crença numa educação de qualidade, levando em consideração o produto desenvolvido, buscando realizar uma educação adequada à realidade social ao (re)introduzir a mídia na sala de aula, tornando-a mais criativa e transformadora.

A educação deve romper a situação de isolamento formada entre os conteúdos e as habilidades a serem adquiridos pelos estudantes, através de um currículo transdisciplinar e globalizado; um currículo integrado e apoiado no tripé transdisciplinaridade-globalização-sociedade global. Aplicar um currículo integrado é criar condições para melhorar os conteúdos da Escola com o mundo exterior, elaborando estratégias para que a comunidade tenha acesso à comunicação, integração com os educandos e educadores. A filosofia da integração exige transformação pela raiz dos valores e hábitos dos gestores e professores que trabalham com crianças, jovens e adultos da Educação Básica.

A proposta que ora apresento como fundamento para a conclusão do Mestrado Profissional GESTEC vai além de um diálogo entre a Academia e a Sociedade, pois sua apresentação ao CERB propiciou a revitalização da Sala de Vídeo, que fazia parte da realidade de outros tantos espaços sucateados mediante a falta de recursos e a visão administrativa de gestores anteriores.

Para sucesso definitivo à proposta apresentada, faz-se necessário o apoio dos atuais e futuros gestores, professores e coordenadores do CERB no aproveitamento efetivo deste produto. Além disso, o pesquisador necessitará prover da manutenção e inserção dos conteúdos à longo prazo, para uma concretização das mudanças nas práticas alimentares e nutricionais, com o envolvimento dos demais setores do ambiente escolar (como os pais dos estudantes e a Sociedade), potencializando os resultados das ações.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. G. **Conhecimentos e práticas de educadores e nutricionistas sobre a educação alimentar e nutricional no ambiente escolar**. 102f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Nutrição), Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9087/1/arquivo9584_1.pdf>. Acesso em 31 jan. 2017.

ALBUQUERQUE, O. M. R; et al. Percepção de estudantes de escolas públicas sobre o ambiente e a alimentação disponível na escola: uma abordagem emancipatória. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.604-615, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n2/0104-1290-sausoc-23-2-0604.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

ALVAREZ, M. M.; et al. Associação das medidas antropométricas de localização de gordura central com os componentes da síndrome metabólica em uma amostra probabilística de adolescentes de escolas públicas. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, v. 52, n. 4, p. 649-657, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abem/v52n4/a11v52n4.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

ANDRADE, L. M; BOCCA, C. Análise comparativa de guias alimentares: proximidades e distinções entre três países. **Demetra**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 1001-1016, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/20414/19084>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

ARROIO, A.; GIORDAN, M. O vídeo educativo: aspectos da organização do ensino. **Revista Química Nova na Escola**, São Paulo, v. 24, p. 8-11, 2006. Disponível em: <<http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc24/eqm1.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

BACKES, D. S.; et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2017.

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 19, p. 181-191, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s1/a19v19s1.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

BÉVORT, E.; BELLONI, M. L. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

BOOG, M. C. F. *et al.* Utilização de vídeo como estratégia de educação nutricional para adolescentes: "comer... o fruto ou o produto?" **Rev. Nutr**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 283-293, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v16n3/a06v16n3.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BOOG, M. C. F. Contribuições da educação nutricional à construção da segurança alimentar. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 17-23, 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art02.pdf>>. Acesso em 03 fev. 2017.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 1. ed. v. 1. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Médio. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**: Parte I - Bases Legais. 1. ed, v. 1. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Meio Ambiente, Saúde. 3. ed, v. 9. Brasília: MEC/SEF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Obesidade e desnutrição**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obesidade_desnutricao.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/guia_alimentar_conteudo.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2018.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Caderno 3 - Alimentação e Nutrição**: Caminhos para Uma Vida Saudável. 1. ed. Brasília: Cristal Gráfica, 2008. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/documentos/nucleomeioambiente/horta_escolarcadern_o_3.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009:** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf>. Acesso em 26 out. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para as Políticas Públicas.** Brasília, 2012a. Disponível em: <http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualizacao.pdf>. Acesso em 14 out. 2016.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 466 de 12 de dezembro de 2012:** Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: Brasília, 2012b. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 11 fev. 2018.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013:** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União: Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/197-resolucao-pdf?download=8436:versao-pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira.** 2. ed. Brasília, 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e da União. Grupo Nacional de Direitos Humanos. **Cartilha Nacional de Alimentação Escolar.** Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar?download=9572:pnae-cartilha-2015>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. **Lei 13.666, de 16 de maio de 2018**: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Diário Oficial da União: Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm>. Acesso em: 25 mai. 2018.

BRITTO, J. M.; FÁVERO, M. L. A. **Dicionário de Educadores no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC/Inep/Comped, 2002.

CAMOZZI, A. B. Q. *et al.* Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 32-37, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v23n1/1414-462X-cadsc-23-01-00032.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

CLARO, R. M. *et al.* Consumo de alimentos não saudáveis relacionados a doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ress/v24n2/2237-9622-ress-24-02-00257.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

COELHO, D. E. P.; BÓGUS, C. M. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 761-771, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00760.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. **Metodologia da Pesquisa**: conceitos e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

ESCODA, M. S. Q. Para a crítica da transição nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 219-226, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n2/10241.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, M. C. S. *et al.* Escola: Lugar de comer e estudar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 979-985, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n4/10.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

FRUTUOSO, M. F. P. *et al.* Redução do dispêndio energético e excesso de peso corporal em adolescentes. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 257-263, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v16n3/a03v16n3.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

GAMBARDELLA, A. M. D.; FRUTUOSO, M. F. P.; FRANCH, C. Prática alimentar de adolescentes. **Rev. Nutr., Campinas**, Campinas, n. 12, v. 1, p. 5-19, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v12n1/v12n1a05.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROLLI, M. C. B. **Contribuições das tecnologias digitais da informação e comunicação para educação alimentar no ensino ciências**. 44f. Monografia (Especialização em Educação na Cultura Digital). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167280>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

GUEDES, D. P.; GRONDIN, L. M. V. Percepção de hábitos saudáveis por adolescentes: associação com indicadores alimentares, prática de atividade física e controle de peso corporal. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 23-45, 2002. Disponível em: <<http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/download/338/294>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2008 – 2009**. Análise do consumo alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2008 – 2009**. Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000108.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2008 – 2009**. Despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45419.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Ciclos de vida: Brasil e grandes regiões 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional de Saúde: Percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br/PNS/2013/pns2013.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional de Alimentação Escolar: 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Panorama da cidade de Salvador**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 16 set. 2017.

JANSSEN, I. *et al.* Associations between overweight and obesity with bullying behaviors in school – aged children. **Pediatrics**, Vermont, v. 113, n. 5, p. 1187-1194, 2004. Disponível em: <<http://pediatrics.aappublications.org/content/113/5/1187.full-text.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

JUZWIAK, C. R. Era uma vez... Um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional. **Interface comunicação saúde educação**, Bocatatu, v. 17, n. 45, p. 473-484, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v17n45/19.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

KAC, G.; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, G. A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 19, p. 4-5, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s1/a01v19s1.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

LEAL, P. P. *et al.* Avaliação das condições higiênicas sanitárias em duas cantinas de uma escola partícular na cidade de Franca. **Rev. Simbio-Logias**, Paris, v. 2, n. 1, p. 231-245, 2009. Disponível em: <http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/Avaliacao_Condicoes_Higienicas_Sanitarias.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

LEME, A. C. B.; PHILIPPI, S. T.; TOASSA, E. C. O que os adolescentes preferem: os alimentos da escola ou os alimentos competitivos? **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 456-467, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n2/v22n2a16.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

LEMOS, M. C. M.; DALLACOSTA, M. C. Hábitos alimentares de adolescentes: conceitos e práticas. **Arq. Ciênc. Saúde Unipar**, Umuarama, v. 9, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/212/186>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

LEVY, R. B.; *et al.* Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 85-97, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s2/a13v15s2.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

LOCATELLI, N. T.; CANELLA, D. S.; BANDONI, D. H. Fatores associados ao consumo da alimentação escolar por adolescentes no Brasil: resultados da PeNSE 2012. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, p. 1-10, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n4/1678-4464-csp-33-04-e00183615.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

LÓPEZ, M. J. O. *et al.* Evaluación nutricional de una población universitaria. **Rev. Nutr. Hosp.**, Madrid, v. 21, n. 2, p. 179-183, 2006. Disponível em: <<http://scielo.isciii.es/pdf/nh/v21n2/original8.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MENDONÇA, C. P.; ANJOS, L. A. Aspectos das práticas alimentares e da atividade física como determinantes do crescimento do sobrepeso-obesidade no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 698-709, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n3/06.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOREIRA, S. A. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 23-26, 2010. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n4/a09v62n4.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NETO, O. C.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf>. Acesso em: 22/01/2017.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, R. C. A transição nutricional no contexto da transição demográfica e epidemiológica. **Rev. Min. Saúde Públ.**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 16-23, 2004. Disponível em: <<http://colecciona-sus.bvs.br/lildbi/docsonline/get.php?id=380>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque, ONU, 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2018.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

PITANGA, F. J. G. Epidemiologia, atividade física e saúde. **Rev. Bras. Ciên. e Mov.**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 49-54, 2002. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/download/463/489>>. Acesso em: 22 set. 2016.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In: DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PRADO, B. G.; *et al.* Qualidade da dieta de escolares de 7 a 10 anos do município de São Paulo: associação com o número e os locais de refeições. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 28, n. 6, p. 607-618, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v28n6/1678-9865-rn-28-06-00607.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n11/03.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

RIBEIRO, R. J. H. P. R. **Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso do Centro de Ensino Especial 01 do Guará (DF)**. 46f. Monografia (Graduação em Administração), Departamento de Administração, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2013. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/5215>>. Acesso em 31 jan. 2017.

RODRIGUES, A. N. *et al.* Cardiovascular risk factors, their associations and presence of metabolic syndrome in adolescents. **Rev. Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 85, n. 1, p. 55-60, 2009. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19198738>>. Acesso em: 25 set. 2016.

ROSANELI, C. F. *et al.* Avaliação da prevalência e de determinantes nutricionais e sociais do excesso de peso em uma população de escolares: análise transversal em 5.037 crianças. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 472-476, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ramb/v58n4/v58n4a19.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 41. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados LTDA, 2009.

SARTORELLI, D. S.; FRANCO, L. J. Tendências do *diabetes mellitus* no Brasil: o papel da transição nutricional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 19, p. 29-36, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s1/a04v19s1.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

SCHMITZ, B. A. *et al.* A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 312-322, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24s2/16.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

SIQUEIRA, A. B.; CERIGATTO, M. P. Mídia-educação no Ensino Médio: por que e como fazer. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 44, p. 235-254, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n44/n44a15.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

SOUZA, E. B. Transição nutricional no Brasil: análise dos principais fatores. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, a. 5, n. 13, p. 49-53, 2017. Disponível em: <<http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1025/895>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

STRAUSS, R. S. Childhood obesity and self-esteem. **Pediatrics**, Vermont, v. 105, n. 1, p. 1-15, 2000. Disponível em: <<http://www.pediatrics.org/cgi/content/full/105/1/e15>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

STRAUSS, R. S.; POLLACK, H. A. Social marginalization of overweight children. **Arch Pediatr Adolesc Med.**, Titusville v. 157, n. 8, p. 746-752, 2003. Disponível em: <<https://jamanetwork.com/journals/jamapediatrics/fullarticle/481398>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

TORAL, N.; CONTI, M. A.; SLATER, B. A alimentação saudável na ótica dos adolescentes: percepções e barreiras à sua implementação e características esperadas em materiais educativos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 86-94, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n11/09.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

TRICHES, R. M.; GIUGLIANI, E. R. J. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 541-547, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n4/25523.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

VALENTE, F. L. S. Rumo à Realização Plena do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. **Revista Development**, Cambridge, v. 57, n. 2, p. 155-170, 2014. Disponível em: <http://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Rumo-%C3%A0-realiza%C3%A7%C3%A3o-plena-do-DHANA_Flavio-Valente.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

VEIROS, M. B.; MARTINELLI, S. S. Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio Escolar – AQPC Escola. **Revista Nutrição em Pauta**, São Paulo, a. 20, n. 114, 2012. Disponível em: <nuppre.ufsc.br/files/2014/04/2012-Veiros-e-Martinelli.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2018.

VERMELHO, L. L.; MONTEIRO, M. F. G. Transição demográfica e epidemiológica. In: MEDRONHO, R. A. **Epidemiologia**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003.

WEBER, M. A. L.; BEHRENS, M. A. Paradigmas educacionais e o ensino com a utilização de mídias. **Revista Intersaberes**, Curitiba, a. 5, n. 10, p. 245-270, 2010. Disponível em: <<http://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/173/1>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

WERNECK, C. L. L.; CRUZ, E. P. O uso do *Youtube* como ferramenta de marketing: estudo de caso da imobiliária Tecnisa. **Rev. Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2009. Disponível em: <<https://www.uff.br/pae/pca/article/download/61/60>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro semiestruturado para condução de grupos focais (Adaptado de Mazzonetto, 2012)

Roteiro Semiestruturado

Nós vamos usar esse gravador. Quem não quiser conversar, não tem problema, pode sair. Viemos aqui falar sobre alimentos. Nós queremos saber a opinião de vocês, não existe resposta certa ou errada.

[Figura de crianças lanchando]

Aqui temos quatro amigos que vão fazer um lanche. O que vocês acham que eles vão lanchar? E se fossem vocês?

[Figura de hortaliças]

- 1) Qual a opinião de vocês sobre esses alimentos? [Gostam? Comem? Com que frequência? Motivos? Eles são muito oferecidos na escola? Comem com frequência em casa?
- 2) O que deixa vocês com vontade de comer esses alimentos?
- 3) O que tira a vontade de comer esses alimentos?

[Figura de Frutas]

- 1) Qual a opinião de vocês sobre esses alimentos? [Gostam? Comem? Com que frequência? Motivos? Eles são muito oferecidos na escola? Comem com frequência em casa?
- 2) O que deixa vocês com vontade de comer esses alimentos?
- 3) O que tira a vontade de comer esses alimentos?

[Figura de alimentos ultraprocessados]

- 1) Qual a opinião de vocês sobre esses alimentos? [Gostam? Comem? Com que frequência? Motivos? Eles são muito oferecidos na escola? Comem com frequência em casa?
- 2) O que deixa vocês com vontade de comer esses alimentos?
- 3) O que tira a vontade de comer esses alimentos?

[Figura de bebidas açucaradas]

- 1) Qual a opinião de vocês sobre esses alimentos? [Gostam? Comem? Com que frequência? Motivos? Eles são muito oferecidos na escola? Comem com frequência em casa?
- 2) O que deixa vocês com vontade de comer esses alimentos?
- 3) O que tira a vontade de comer esses alimentos?

[Figura de Alimentação Escolar]

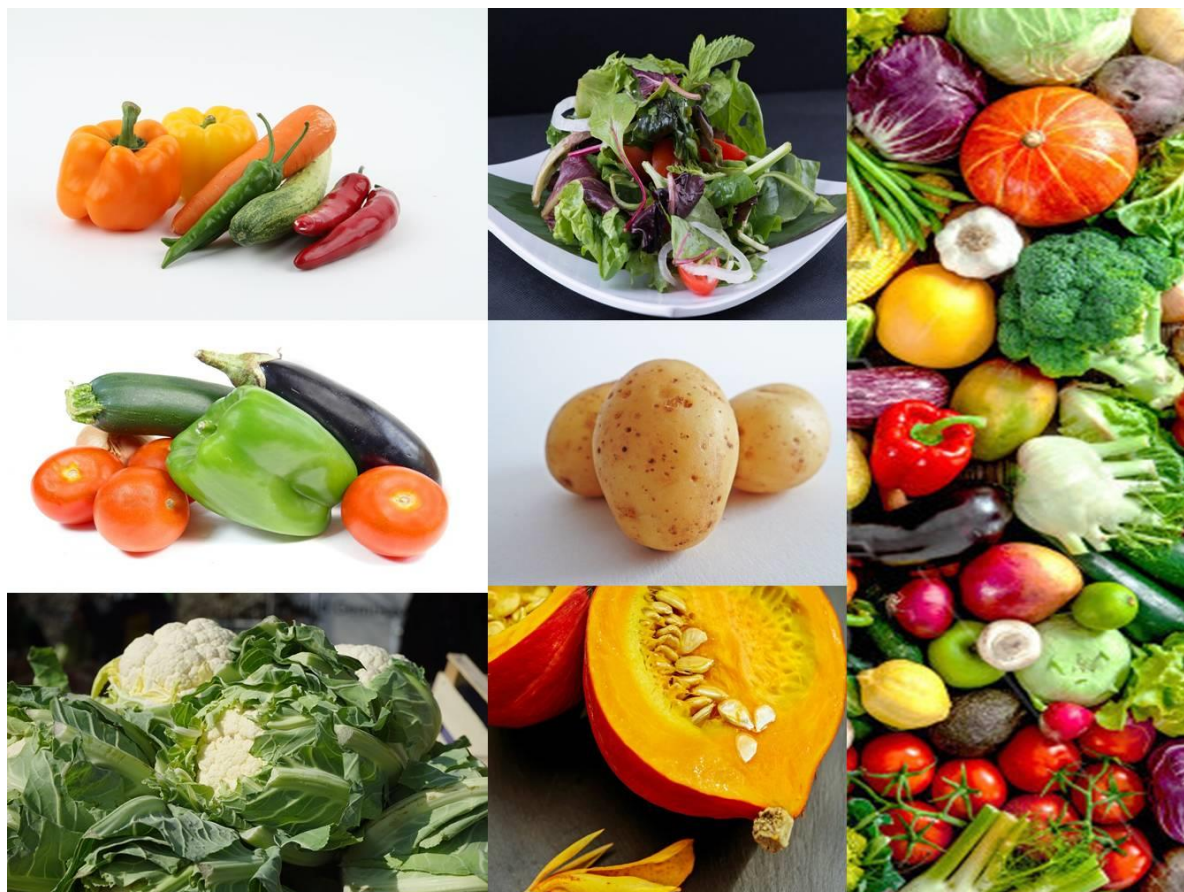
Vocês comem os alimentos oferecidos pelo colégio? Com que frequência? Gostam? O que não gostam? Motivos?

APÊNDICE B: Estímulos visuais para os grupos focais

[Figura de crianças lanchando]



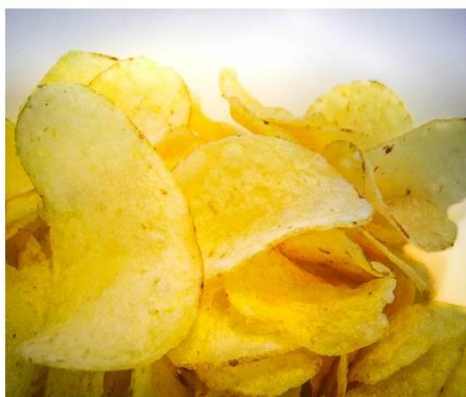
[Figura de hortaliças]



[Figura de Frutas]



[Figura de alimentos ultraprocesados]

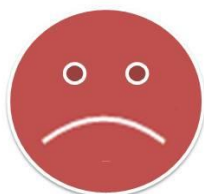


[Figura de bebidas açucaradas]



[Figura de Alimentação escolar]

Alimentação Escolar



<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 Mestrado Profissional GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	<p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p>  <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p>  <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação</p>
---	--

APÊNDICE B: Termo de Compromisso do Pesquisador

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente das normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos e que o projeto intitulado “**Desenvolvimento de mídias educativas como fomento à práticas de Educação Alimentar e Nutricional**” sob minha responsabilidade será desenvolvido em conformidade com a Resolução CNS 466/12, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, da não maleficência, da justiça e da equidade.

Assumo o compromisso de apresentar os relatórios e/ou esclarecimentos que forem solicitados pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia; de tornar os resultados desta pesquisa públicos independente do desfecho (positivo ou negativo); de Comunicar ao CEP/UNEB qualquer alteração no projeto de pesquisa, via Plataforma Brasil.

Salvador, dede 20.....

.....

Assinatura do responsável pelo projeto

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	 <p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p> <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p> <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação</p>
---	---

APÊNDICE C: Termo de Autorização Institucional da Proponente

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PROPONENTE

Autorizo o (a) pesquisador (a) **Angelo Mendes Ferreira** a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado “**Desenvolvimento de mídias educativas como fomento a práticas de Educação Alimentar e Nutricional**” o qual será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos.

Declaro estar ciente que a instituição proponente é responsável pela atividade de pesquisa proposta e que será executada pelos seus pesquisadores/as, além de dispormos da infraestrutura necessária para garantir o resguardo e bem estar dos participantes da pesquisa.

Salvador,de.....de 20.....

.....
 Assinatura e carimbo do responsável institucional

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	<p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p>  <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p>  <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação</p>
---	--

APÊNDICE D: Termo de Autorização Institucional da Coparticipante

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA COPARTICIPANTE

Autorizo o pesquisador **Angelo Mendes Ferreira** a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado “**Desenvolvimento de mídias educativas como fomento a práticas de Educação Alimentar e Nutricional**” o qual será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos. Declaro estar ciente que a instituição é corresponsável pela atividade de pesquisa proposta e dispõe da infraestrutura necessária para garantir a segurança e bem estar dos participantes da pesquisa.

Salvador,de.....de 20.....

.....
 Assinatura e carimbo do responsável institucional

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 Mestrado Profissional GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	<p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p>  <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p>  <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação</p>
---	--

Apêndice E: Declaração de Concordância com o Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA

Declaro estar ciente do compromisso firmado com a execução do projeto intitulado **“Desenvolvimento de mídias educativas como fomento a práticas de Educação Alimentar e Nutricional”**, vinculado à instituição Colégio Estadual Renan Baleeiro, que será desenvolvido na forma apresentada e aprovada pelo CEP da Universidade do Estado da Bahia sempre orientado pelas normativas que regulamentam a atividade de pesquisa.

Salvador, de de 20.....

Nome do orientador(a) e do orientando(a)	Assinatura
Maria Luiza Figueiredo Heine (orientadora)	
Angelo Mendes Ferreira (orientando)	
Ismael Oliveira de Araújo (equipe executora)	

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 Mestrado Profissional GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	 <p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p> <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p> <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação</p>
---	---

APÊNDICE F: Termo de Confidencialidade

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Assumimos o compromisso de preservar a privacidade e a identidade dos participantes da pesquisa intitulada “**Desenvolvimento de mídias educativas como fomento a práticas de Educação Alimentar e Nutricional**”, cujos dados serão coletados através de entrevistas, no Colégio Estadual Renan Baleeiro, com a utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto.

Os resultados serão divulgados de forma anônima, assim como os termos de consentimento livre e esclarecido guardados no Colegiado do curso de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia pelo período de 05 (cinco) anos sob a responsabilidade do Pesquisador Angelo Mendes Ferreira. Após este período, os dados serão destruídos.

Salvador,de.....de 20.....

Nome do Membro da Equipe Executora	Assinatura
Maria Luiza Figueiredo Heine (orientadora)	
Angelo Mendes Ferreira (orientando)	
Ismael Oliveira de Araújo (equipe executora)	

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	 <p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p> <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p> <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação</p>
---	--

APÊNDICE G: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Responsável pelo Menor

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____

Sexo: F () M () Data de Nascimento: ____/____/____

Nome do responsável legal: _____

Documento de Identidade nº: _____

Endereço: _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: () _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DA PESQUISA: _____

2. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: ANGELO MENDES FERREIRA

Cargo/Função: Professor da Educação Básica

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

Caro (a) senhor (a)! Seu filho (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: “Desenvolvimento de mídias educativas como fomento a práticas de Educação Alimentar e Nutricional”, de responsabilidade do pesquisador Angelo Mendes Ferreira, mestrando da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo analisar a percepção sobre alimentação dos discentes do 6º ano do ensino fundamental do Colégio Estadual Renan Baleeiro, de Salvador, Bahia. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios à sua escola e comunidade, no

detrimento da criação de materiais didáticos que poderão ser utilizados pelos professores, que poderão facilitar o ensino e aprendizagem dos estudantes. Caso o senhor (a) aceite autorizar a participação de seu (a) filho (a), ele (a) será entrevistado (a) junto a um grupo de estudantes da mesma sala, numa única rodada de conversa pelo Sr. Angelo Mendes Ferreira, mestrando do curso de Pós-graduação em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação – GESTEC. Ressalta-se aqui que a participação na pesquisa não haverá risco qualquer e em hipótese alguma para o entrevistado. A participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que a identidade será tratada com sigilo e, portanto seu (ua) filho (a) não será identificado. Esta pesquisa respeita o que determina o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; desta forma a imagem de seu (ua) filho (a) será preservada. Caso queira o (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de autorizar a participação e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação e a de seu filho (a) com o pesquisador ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor (a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador, e caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira é garantido ao participante da pesquisa o direito a indenização caso ele(a) seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, nos quais poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

IV. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Angelo Mendes Ferreira

Endereço: _____

Telefone: _____

e-mail: _____

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB: Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

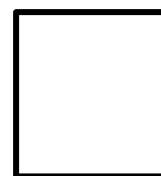
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO.

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “Desenvolvimento de mídias educativas

como fomento a práticas de Educação Alimentar e Nutricional”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em autorizar a participação de meu filho (a) sob livre e espontânea vontade, como voluntário, consinto também que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

_____, _____ de _____ de _____.



Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador discente

(orientando)

Assinatura do professor responsável

(orientador)

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	 <p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p> <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p> <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação</p>
---	--

APÊNDICE H: Termo de Assentimento do Menor

TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

**ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
 CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.**

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Desenvolvimento de mídias educativas com recorte em educação alimentar e nutricional em um colégio estadual”. Seus pais permitiram que você participe. Queremos saber qual a percepção sobre alimentação dos discentes do 6º ano do ensino fundamental do Colégio Estadual Renan Baleeiro, de Salvador, Bahia. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e você não terá nenhum problema se não aceitar ou desistir. Caso aceite, você será entrevistado junto à outros colegas de sua turma numa roda de conversa. Garanto aqui que a participação na pesquisa não haverá risco qualquer e em hipótese alguma. Caso você queira poderá desistir e o pesquisador irá respeitar a sua vontade. Mas há coisas boas que podem acontecer com a realização deste projeto, pois sua ação poderá vir a trazer benefícios à sua escola e comunidade, no detrimento da criação de materiais didáticos que poderão ser utilizados pelos professores em sala de aula, facilitando o ensino e aprendizagem dos outros estudantes. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as crianças que participaram da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa os resultados serão publicados em jornais e revistas científicas e você também terá acesso a eles.

Você ainda poderá nos procurar para retirar dúvidas pelos telefones:

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Angelo Mendes Ferreira

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

**Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP/UNEB, UNEB - Pavilhão
 Administrativo – Térreo - Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador - BA. CEP: 41.150-
 000 Tel: (71) 3117-2445 E-mail: cepuenb@uneb.br**

Eu, _____, aceito participar da pesquisa “Desenvolvimento de mídias educativas com recorte em educação alimentar e nutricional em um colégio estadual”. Entendi os objetivos e as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a

qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. O pesquisador tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Salvador, _____ de _____ de 20____

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



APÊNDICE I: Parecer Consubstanciado do CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DESENVOLVIMENTO DE MÍDIAS EDUCATIVAS COM RECORTE EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UM COLÉGIO ESTADUAL

Pesquisador: ANGELO MENDES FERREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70583017.8.0000.0057

Instituição Proponente: Departamento de Educação, Campus I

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.324.171

Apresentação do Projeto:

O protocolo de pesquisa de número 70583017.8.0000.0057 trata se de um projeto intitulado DESENVOLVIMENTO DE MÍDIAS EDUCATIVAS COM RECORTE EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UM COLÉGIO ESTADUAL

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos apresentados são condizentes com a metodologia proposta.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apresentados dentro da eticidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível.

A metodologia proposta bem como os critérios de inclusão e exclusão e cronograma são compatíveis com os objetivos propostos no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As declarações apresentadas são condizentes com as Resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos. Os pesquisadores envolvidos com o desenvolvimento do projeto apresentam declarações de compromisso com o desenvolvimento do projeto em consonância com a Resolução 466/12 CNS/MS, bem como com o compromisso com a confidencialidade dos

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

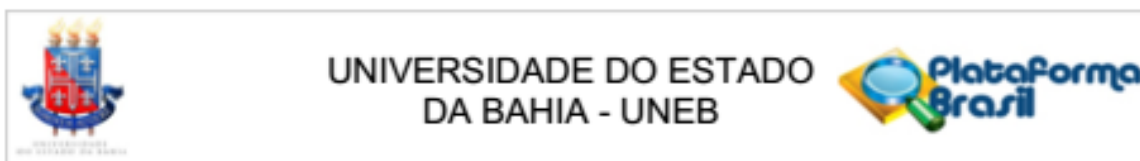
UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 2.324.171

participantes da pesquisa e as autorizações das instituições proponente e coparticipante. O modelo do TCLE/assentimento apresentado possui uma linguagem clara e acessível aos participantes da pesquisa e atende ao disposto na resolução 466/12 CNS/MS contendo todas as informações necessárias ao esclarecimento do participante sobre a pesquisa bem como os contatos para a retirada de dúvidas sobre o processo

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

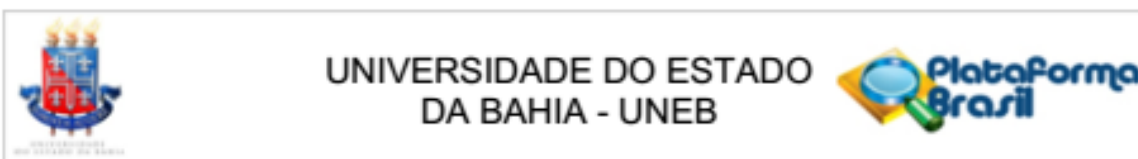
Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_943949.pdf	05/09/2017 15:52:38		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEdoResponsavelPeloMenorEditado.pdf	05/09/2017 15:51:40	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
 Bairro: Cabula CEP: 41.195-001
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 2.324.171

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoDeAssentimentoDoMenorEditado.pdf	05/09/2017 15:48:33	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito
Outros	Apendices.pdf	22/06/2017 01:58:05	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito
Orçamento	PlanilhaOrcamentaria.pdf	22/06/2017 01:46:12	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	22/06/2017 01:45:51	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoGESTEC.pdf	22/06/2017 01:42:15	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoDeConcordanciaComODesenvolvimentoDoProjetoDePesquisa.pdf	22/06/2017 01:37:34	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito
Outros	TermoDeConfidencialidade.pdf	22/06/2017 01:34:16	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito
Declaração do Patrocinador	TermoDeAutorizacaoDaInstituicaoCoparticipante.pdf	22/06/2017 01:33:27	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoDeAutorizacaoDaInstituicaoPropONENTE.pdf	22/06/2017 01:33:01	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoDeCompromissoDoPesquisador.pdf	22/06/2017 01:32:36	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	22/06/2017 00:47:36	ANGELO MENDES FERREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 10 de Outubro de 2017

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador)

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
 Bairro: Cabula CEP: 41.195-001
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br

APÊNDICE J: Depoimentos dos Entrevistados e suas Categorizações no Grupo Focal

BLOCOS DA ENTREVISTA	ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ALIMENTAÇÃO NÃO SAUDÁVEL	OFERTA ALIMENTAR	PERCEPÇÃO SOBRE ALIMENTAÇÃO
[Figura de crianças lanchando]	<p><i>“A gente ia lanchar aqui, nós quatro aqui, fruta.”</i></p> <p><i>“Rapaz! Se fosse eu, eu ia lanchar um feijão da tarde (risos).”</i></p> <p><i>“Eu lancharia uma salada de fruta.”</i></p> <p><i>“Eu ia lanchar uma fruta.”</i></p> <p><i>“Eu ia lanchar uma pera.”</i></p> <p><i>“Eu iria lanchar pipoca com refrigerante.”</i></p>		<p><i>“Eu, se fosse eu, na hora de lanchar, ia ser bolacha e refrigerante ou qualquer outra besteira; que seja açúcar para mim tanto faz.”</i></p>

	<p><i>“Eu, se fosse eu, na hora de lanche, ia ser bolacha e refrigerante ou qualquer outra besteira; que seja açúcar para mim tanto faz.”</i></p> <p><i>“Eu ia lanche um biscoito recheado com um vaso de suco.”</i></p> <p><i>“Eu comeria um belo gigante de um bauru (risos), legal! Bauru!”</i></p> <p><i>“Ia lanche uma coxinha e um refrigerante.”</i></p>		
[Figura de hortaliças]	<p><i>“Como sim, porque são bastante legumes, verduras. Pra gente faz bem pra saúde.”</i></p> <p><i>“Eu como porque são bem nutritivas.”</i></p> <p><i>“Eu como brócolis, brócolis cru, sem cozinhar é uma delícia!”</i></p>	<p><i>“Esse alimento é utilizado na escola, em casa, porém não gosto muito de comer eles.”</i></p>	<p><i>“Como sim, porque são bastante legumes, verduras. Pra gente faz bem pra saúde.”</i></p> <p><i>“Eu como porque são bem nutritivas.”</i></p>

<p>[Figura de hortaliças]</p>	<p><i>“Eu gosto, é o que eu gosto mesmo, é tomate, alface, um pouquinho de pimentão e batata só.”</i></p> <p><i>“Eu também gosto mais da maioria dos vegetais que estão ali, mas eu gosto muito mais de abóbora que eu cozinho, faço comida com ela, batata, cenouras e as outras coisas que eu faço, mas eu gosto mais de todas as frutas, de todos os vegetais, na sopa.”</i></p> <p><i>“Eu não como muito carne eu como é isso...”</i></p> <p><i>“Na minha opinião, é que eu acho que é bom abóbora, batata, pimentão e ervas que é muito bom, e geralmente se serve na escola também.”</i></p> <p><i>“O que me deixa com vontade de comer é a salada, a batata e abóbora.”</i></p>	<p><i>“Na minha opinião, é que eu acho que é bom abóbora, batata, pimentão e ervas que é muito bom, e geralmente se serve na escola também.”</i></p> <p><i>“Na minha opinião, como lá em casa eu não como esses tipo de coisa, é tipo assim eu comeria tudo porque esses faz bem para minha saúde e também vai me beneficiar no futuro também e eu comeria tudo.”</i></p>	<p><i>“Bom, na minha opinião, vamos dizer assim, eu gosto muito de comer coisas doces, mas eu podia mudar minha rotina de comer coisas doce por isso, porque isso é muito bom e também porque eu adoro comer esses tipos de coisas; que eu além de comer doce eu também sou tipo meio vegetariano, não como carne esses tipo de coisa, eu como mais frutas, verduras e açúcar coisas doces entendeu? Eu não como muito carne eu como é isso...”</i></p> <p><i>“Eu gosto muito de beterraba porque é que dá muito sangue.”</i></p>
-------------------------------	--	---	---

<p>[Figura de hortaliças]</p>	<p><i>“Bom, na minha opinião, vamos dizer assim, eu gosto muito de comer coisas doces, mas eu podia mudar minha rotina de comer coisas doce por isso, porque isso é muito bom e também porque eu adoro comer esses tipos de coisas; que eu além de comer doce eu também sou tipo meio vegetariano, não como carne esses tipo de coisa, eu como mais frutas, verduras e açúcar coisas doces entendeu? Eu não como muito carne eu como é isso...”</i></p> <p><i>“Rapaz, pra eu falar a verdade eu nem gosto de comer isso aí só que o que eu como mesmo é batata, ali que a batata só como frita.”</i></p> <p><i>“Eu iria comer tomate batata e beterraba.”</i></p> <p><i>“la ser coxinha, batata frita, essas coisas assim que não é saudável.”</i></p>		<p><i>“Na minha opinião, como lá em casa eu não como esses tipo de coisa, é tipo assim eu comeria tudo porque esses faz bem para minha saúde e também vai me beneficiar no futuro também e eu comeria tudo.”</i></p> <p><i>“Eu comeria brócolis, batata, porque diz que faz bem para saúde e o resto das verduras também que disse que faz bem pro coração.”</i></p> <p><i>“Esses alimentos também são bom porque têm vários tipos de vitaminas e proteínas e também ajuda vários tipos de doença.”</i></p>
-------------------------------	--	--	---

<p>[Figura de hortaliças]</p>	<p><i>“Se eu tivesse um prato com todos esses alimentos e se tivesse um outro prato com, tipo um sonho, com doces, eu comeria os doces porque eu acho mais gostoso, (risos) mas não ia faltar de comer as frutas, as verduras; primeiro o doce depois eu ia passar para esses alimentos aí.”</i></p>		<p><i>“Porque tem alguns que são ruins.”</i></p> <p><i>“Eu gosto dessas verdura porque me ajuda com proteína para o meu sistema e para os meus sistema do meu corpo”.</i></p> <p><i>“Se eu tivesse um prato com todos esses alimentos e se tivesse um outro prato com, tipo um sonho, com doces, eu comeria os doces porque eu acho mais gostoso, (risos) mas não ia faltar de comer as frutas, as verduras; primeiro o doce depois eu ia passar para esses alimentos aí.”</i></p> <p><i>“É porque tem uns que são gosto muito amargo.”</i></p>
-------------------------------	--	--	---

			<p><i>“Encher a barriga! (risos)”</i></p> <p><i>“Aparência e o gosto, né!?”</i></p> <p><i>“Alguns são amargos e outros doces.”</i></p>
[Figura de Frutas]	<p><i>“Eu como tudo ali, mas eu gosto mais da maçã porque quando eu mastigo ela limpa meus dente.”</i></p> <p><i>“Eu como muito em casa abacaxi! Por incrível que pareça hoje eu comi um abacaxi!”</i></p> <p><i>“Não, a gente não é acostumado a comer fruta na escola. Eu não sou acostumada muita fruta em casa e eu também gosto mais de comer uva e maçã.”</i></p> <p><i>“Eu prefiro banana com ovo! (risos)”</i></p>	<p><i>“Sim eu como muito em casa porque são proteínas.”</i></p> <p><i>“Esses alimentos também são muito importante porque tem vitaminas e eu como muito em casa e como também na salada de fruta.”</i></p> <p><i>“Eu como muito em casa porque são gostosos.”</i></p>	<p><i>“Sim eu como muito em casa porque são proteínas.”</i></p> <p><i>“Esses alimentos também são muito importante porque tem vitaminas e eu como muito em casa e como também na salada de fruta.”</i></p> <p><i>“Eu como muito em casa porque são gostosos.”</i></p>

<p>[Figura de Frutas]</p>	<p><i>“É porque eu gosto muito de fruta, porquê é melhor do que doces, como esse aqui falou, que ele disse que prefere doce do que legumes, eu prefiro fruta do que legume porque fruta são mais saboriosa.”</i></p> <p><i>“Eu gosto muito das uvas, maçã (abacaxi não posso comer muito porque sou alérgica). Banana faz uma salada de fruta ou um suco com todas as frutas fica uma delícia!”</i></p> <p><i>“Eu comeria tudo, porque eu gostaria muito que na escola oferecesse isso como merenda com mais frequência, porque na maioria das vezes legumes só aparece em sopas; também seria muito legal, ia ser mais balanceada e muito melhor e mais gostoso.”</i></p>	<p><i>“Eu comeria tudo, porque eu gostaria muito que na escola oferecesse isso como merenda com mais frequência, porque na maioria das vezes legumes só aparece em sopas; também seria muito legal, ia ser mais balanceada e muito melhor e mais gostoso.”</i></p>	<p><i>“Eu como tudo ali, mas eu gosto mais da maçã porque quando eu mastigo ela limpa meus dente.”</i></p> <p><i>“Não, a gente não é acostumado a comer fruta na escola. Eu não sou acostumada muita fruta em casa e eu também gosto mais de comer uva e maçã.”</i></p> <p><i>“É porque eu gosto muito de fruta, porquê é melhor do que doces, como esse aqui falou, que ele disse que prefere doce do que legumes, eu prefiro fruta do que legume porque fruta são mais saboriosa.”</i></p>
---------------------------	--	--	--

<p>[Figura de frutas]</p>			<p><i>“É porque esses alimentos também são bons, mas o que me tira a vontade de comer é porque agora tem muita comida gordurosa e calorenta. (risos)”</i></p> <p><i>“O que tira a vontade é aparência, e o que deixa à vontade é o gosto.”</i></p> <p><i>“O que me tirava para comer uma fruta só era uma coisa: o feijão!”</i></p> <p><i>“Pra mim o que dá vontade de comer é a uva, mas também eu não tem nenhuma fruta que tire a vontade de eu comer, o que eu gosto de todas elas.”</i></p>
---------------------------	--	--	--

			<p><i>“O que tiraria minha vontade de comer açúcar, algum alimento que tivesse açúcar eu deixava esse negócio para trás do açúcar eu sinto muito, mas porque tem um gosto melhor, eu acho.”</i></p>
<p>[Figura de alimentos ultraprocessados]</p>	<p><i>“Não, nem sempre.”</i></p> <p><i>“Essas comidas são lanches o miojo, o miojo tem muito sódio e também faz muito mal; biscoito recheado faz ruim e as bolachas e gomas também são horríveis.”</i></p> <p><i>“Eu acho esses alimentos muito gostoso porque tipo, ele é bom mas não faz bem para saúde.”</i></p> <p><i>“Eu acho esses alimentos ruim para saúde porque tem muito açúcar.”</i></p> <p><i>“Eu gosto e como sempre.”</i></p>		<p><i>“Não, nem sempre.”</i></p> <p><i>“Essas comidas são lanches o miojo, o miojo tem muito sódio e também faz muito mal; biscoito recheado faz ruim e as bolachas e gomas também são horríveis.”</i></p> <p><i>“Eu acho esses alimentos muito gostoso porque tipo, ele é bom mas não faz bem para saúde.”</i></p>

<p>[Figura de alimentos ultraprocessados]</p>	<p><i>“São muitos saborosos, como diariamente e sei que faz mal à saúde.”</i></p> <p><i>“O que eu comeria ali só era a batata frita e o biscoito, só isso, porque é a vontade que eu gosto de comer anoitecendo”.</i></p> <p><i>“Que me dá vontade de comer é porque tem açúcar, o que tira a minha vontade é comer, beber quer dizer, beber alguma bebida que tenha álcool, aí tira a vontade.”</i></p> <p><i>“O que é que tira a minha vontade é quando bebo suco, assim de fruta, aí eu fico sem vontade para comer essas coisas, eu fico sem vontade pra comer essas coisas quando eu bebo algum suco, quando eu como alguma fruta aí eu fico com vontade.”</i></p>		<p><i>“Eu acho esses alimentos ruim para saúde porque tem muito açúcar.”</i></p> <p><i>“Eu gosto e como sempre.”</i></p> <p><i>“São muitos saborosos, como diariamente e sei que faz mal à saúde.”</i></p> <p><i>“O que eu comeria ali só era a batata frita e o biscoito, só isso, porque é a vontade que eu gosto de comer anoitecendo.”</i></p>
---	---	--	--

<p>[Figura de bebidas açucaradas]</p>	<p><i>“O que me tira a vontade de tomar esse tipo de bebida é café, que eu sou apaixonada por café; se eu tomar um copo de café eu quero tomar mais e mais e mais. (risos)”</i></p> <p><i>“Oh, o refrigerante, o milk-shake, o suco de caixinha, o refrigerante em lata, é gostoso, mas também faz mal. O suco de caixinha também não adianta porque ele tem mais corante do que suco e tem mais açúcar também.”</i></p> <p><i>“Ontem na escola eu jantei, eu e os colega meu e tomamos um refrigerante e depois tomamos um copo de suco aqui dentro da escola.”</i></p> <p><i>“Eu, no meu caso, diariamente eu bebo refrigerante, alguma coisa que consuma álcool e água e só.”</i></p> <p><i>“Nunca.”</i></p>		<p><i>“Oh, o refrigerante, o milk-shake, o suco de caixinha, o refrigerante em lata, é gostoso, mas também faz mal. O suco de caixinha também não adianta porque ele tem mais corante do que suco e tem mais açúcar também.”</i></p> <p><i>“Eu acho muito bom o refrigerante, eu bebo, mas eu acho melhor o suco, que o suco é servido aqui na escola.”</i></p>
---------------------------------------	---	--	---

<p>[Figura de bebidas açucaradas]</p>	<p>“Não.”</p> <p>“Eu acho muito bom o refrigerante, eu bebo, mas eu acho melhor o suco, que o suco é servido aqui na escola.”</p>		
<p>[Figura de Alimentação escolar]</p>	<p>“Suco, que às vezes tem comida baiana, tem dia que é macarrão, tem dia que arroz.”</p> <p>“Dá água e biscoito cream cracker, só!”</p> <p>“Mingau, feijão preto, macarrão, arroz, creme cracker (risos), só isso.”</p> <p>“Água e bolacha, porque o suco vem com gosto de água e bolacha, seca. (risos).”</p> <p>“O que é servido na escola é: macarrão, arroz, feijão, feijão preto bolacha às vezes quando solta mais cedo, sopa.”</p>	<p>“É o seguinte: eu não gosto muito de comer aqui, também tem gente que gosta, tem gente que não gosta porque às vezes tem coisas que às vezes acha que é ruim.”</p> <p>“Eu não como muito a carne do feijão porque não gosto de carne.”</p>	

<p>[Figura de Alimentação escolar]</p>	<p><i>“Água e bolacha.”</i></p> <p><i>“Tem também já deram pizza e cocada aqui no colégio.”</i></p>	<p><i>“Eu não gosto da merenda do colégio, eu como as vezes, mas eu não como mais sopa porque teve um dia que eu comi sopa e me fez mal quando eu cheguei em casa.”</i></p> <p><i>“Gosto muito dos alimentos da escola, mas tem alguns que a gente não gosta tipo mingau, mingau de aveia, mingau de milho.”</i></p> <p><i>“A merenda aqui da escola, eu como todas porque elas são bem gostosas são todas feitas com amor.”</i></p>	
--	---	--	--

<p>[Figura de Alimentação escolar]</p>		<p><i>“A merenda da escola eu como de vez em quando, porque tem dia que não tá com gosto muito bom; tem outros que quando tem leites aí fica até gostosinho, mas tem muitas vezes não tem um gosto muito bom.”</i></p> <p><i>“Eu gosto de comer a merenda da escola. Só que eu sou meio chata para comer comida de rua, até mesmo para comer restaurantes sou chata porque a limpeza, como a pessoa foi feita, para mim se importa muito é muito importante.”</i></p>	
--	--	---	--

ANEXO A: Regimento do Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (MP GESTEC)

CAPÍTULO I

Da Natureza e da Finalidade

Art. 1º – O Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (Gestec) vincula-se, academicamente, ao Departamento de Educação do Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) como um Programa de pós-graduação *stricto-sensu*, aprovado por Resolução nº 772/2010 do Conselho Universitário da Uneb e recomendado pela CAPES através do Ofício nº039-11/2010/CTC/CAAI/CGAA/ DAV/CAPES.

PARAGRAFO ÚNICO – O Programa Gestec inicia suas atividades com a implantação do mestrado profissional, ao qual poderão somar-se novas modalidades formativas, de acordo com o sistema nacional de pós-graduação sob a coordenação da Capes.

Art. 2º – O Programa Gestec orienta-se pelas normas específicas da pós-graduação, observa a Portaria Normativa nº 17 do Ministério da Educação, de 28 de dezembro de 2009, o Edital 005 da CAPES/DAV, o Estatuto e Regimento da UNEB, bem como este Regimento.

Art. 3º – O Programa Gestec tem por finalidade a produção de conhecimentos, a atualização permanente dos avanços da ciência e das tecnologias, a capacitação e o aperfeiçoamento de profissionais na área da gestão educacional e processos tecnológicos, bem como o desenvolvimento da pesquisa aplicada e a inovação tecnológica no campo da educação.

Art. 4º – A organização e estrutura acadêmica do Programa Gestec preservam o significado sociocultural e crítico do processo educativo e o caráter multireferencial, pluricultural, inter e transdisciplinar, e são estruturadas por áreas de concentração, as quais expressam as temáticas que constituem o seu eixo-formativo:

- a) Área de Concentração 1 – Gestão da Educação e Redes Sociais.
- b) Área de Concentração 2 – Processos Tecnológicos e Redes Sociais.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 5º – O Programa Gestec incorpora os objetivos definidos pela Portaria Normativa nº 17, de 28 de Dezembro 2009, emitida pela CAPES, além dos definidos a seguir:

- a) Contribuir para a elevação da competência acadêmica, científica e profissional da área de educação e daqueles que atuam nas universidades, instituições de ensino e pesquisa, redes de ensino, setor público e privado, organizações não-governamentais e outras modalidades organizacionais da sociedade civil;
- b) Capacitar profissionais para o exercício da prática profissional avançada e transformadora, visando atender demandas sociais, organizacionais e profissionais;
- c) Transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas da área de gestão e tecnologias aplicadas à educação, com vistas ao desenvolvimento humano e social, seja em âmbito nacional, regional ou local;
- d) Promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação;
- e) Contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.

- f) Capacitar profissionais para intervir na realidade educacional nas diversas regiões do Estado da Bahia, em especial, e em outras regiões marcadas pela pobreza, pela desigualdade social e pelos desequilíbrios regionais, visando a preservação dos recursos naturais, do patrimônio cultural e do desenvolvimento humano, com o concurso da cultura, da ciência e da tecnologia, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
- g) Ampliar e consolidar intercâmbios e parcerias institucionais visando a cooperação acadêmica e técnica para o avanço do conhecimento científico e técnico, nas Áreas de Concentração do Programa Gestec.

CAPÍTULO III

Da Estrutura Acadêmica e Administrativa

Seção I

Da organização e da Gestão

Art. 6º – O Programa Gestec dispõe de uma estrutura gerencial composta por um(a) Coordenador(a) e Vice Coordenador(a), um Conselho de Apoio à Gestão, um Coordenador(a) por Área de Concentração, um Colegiado, Secretário(a) e corpo técnico-administrativo, assessores(as) acadêmicos e técnico-financeiro.

Parágrafo único – As funções de Coordenador(a) e Vice Coordenador(a), Coordenador(a) por Área de Concentração referidas no caput deste artigo serão exercidas por professores doutores do quadro permanente do Programa Gestec.

Art. 7º – O(a) Coordenador(a) e Vice Coordenador(a) constituem a Coordenação Geral responsável pela execução das atividades referentes à gestão e por assegurar a qualidade e funcionamento do Programa Gestec.

Art. 8º – O Conselho de Apoio à Gestão se constitui como uma instância de natureza consultiva e de assessoramento à Coordenação Geral, cuja finalidade destina-se a contribuir para o pleno desenvolvimento dos processos acadêmicos e administrativos do Programa.

§ 1º – O Conselho de Apoio à Gestão poderá assumir caráter deliberativo desde que a Coordenação Geral identifique a necessidade de encaminhar matérias importantes, indispensáveis e requeiram decisões imediatas ao bom funcionamento do Programa Gestec.

§ 2º – No âmbito de sua atuação, o Conselho de Apoio à Gestão tem como atribuições, dentre outras que poderão vir a ser incorporadas, o desenvolvimento de atividades relacionadas a: seleção de alunos; concurso, credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes; sede, normalização, expansão e avaliação institucional do Programa; cooperação internacional; comissão de bolsistas; publicações e produtos; plataformas eletrônicas do sistema nacional de pós-graduação, pesquisa, ciência, tecnologia e inovação.

§ 3º – O Conselho de Apoio à Gestão será constituído pela Coordenação Geral e pelos(as) Coordenadores(as) de Área de Concentração ou representantes por eles(as) indicados.

§ 4º – O Conselho de Apoio à Gestão poderá ainda constituir grupos de trabalho com a finalidade de apoiar o encaminhamento de questões específicas, no âmbito de sua competência.

§ 5º – O Conselho de Apoio à Gestão reunir-se-á quinzenalmente ou, extraordinariamente, por convocação da Coordenação Geral.

Art. 9º – O Colegiado possui natureza deliberativa e normativa, é integrado pelo(a) Coordenador(a) do Programa, como seu Presidente, pelo Vice-Coordenador(a), como Vice-Presidente, pelos demais professores integrantes do quadro permanente, por um representante discente de cada área de concentração e por um representante do quadro técnico, com respectivos suplentes;

§ 1º – As reuniões do Colegiado são abertas aos professores visitantes, colaboradores ou pesquisadores associados às atividades do Programa, que delas poderão participar com direito a voz, bem como a discentes que delas poderão participar como ouvintes.

§ 2º – As reuniões do Colegiado serão convocadas sempre em caráter ordinário, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou por 2/3 dos seus membros.

§ 3º– As reuniões do Colegiado instalam-se com a presença do Presidente ou Vice-Presidente e por um mínimo de 1/3 dos docentes permanentes, cabendo-lhe deliberar por maioria simples dos presentes.

§ 4º– O não comparecimento, sem justificativa, de membro permanente a 3 (três) sessões consecutivas do Colegiado implicará na aplicação de normas disciplinares de advertência oral e escrita, podendo ocorrer a exclusão do quadro permanente, no caso de docente.

§ 5º– As reuniões do Colegiado serão secretariadas pela Secretária da Coordenação do Programa e, na sua falta ou impedimento, por secretária ad hoc especificamente designada dentre os professores ou técnicos presentes na reunião, lavrando-se ata correspondente.

§ 6º – Ao Presidente do Colegiado é conferido o direito ao voto de desempate.

Das Áreas de Concentração

Art. 10º – As Áreas de Concentração se constituem a partir das linhas de pesquisa, núcleos de estudos e produção, grupos de pesquisas, grupos de produção tecnológica e similares.

§ 1º– Cada Área de Concentração reúne os temas centrais do Programa e se constitui a via pela qual se desenvolvem as pesquisas, projetos, programas, experiências inovadoras, desenvolvimento tecnológico, processos e técnicas, produção de programas, desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, entre outros.

§ 2º– A organização do Programa Gestec em Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa, Grupos de Pesquisa, Núcleo de Produção e Desenvolvimento Tecnológico entre outros, deverá ser assegurada pela integridade dos docentes, pela

produção acadêmica e técnica dos corpos docente e discente, pela integralização curricular e pelo compromisso pedagógico e técnico.

§ 3º– Os Grupos de Pesquisa, Linhas de Pesquisa, Núcleos de Produção e Desenvolvimento Tecnológico do Programa deverão estar devidamente institucionalizados a partir do registro e cadastro nos órgãos competentes.

§ 4º– A constituição dos Grupos de Pesquisa, Linhas de Pesquisa, Núcleos de Produção e Desenvolvimento Tecnológico, entre outros, é da iniciativa dos docentes integrantes do Programa.

Do Apoio Acadêmico e Técnico

Art.11 – A Secretaria Acadêmica é responsável pelas atividades de acompanhamento aos discentes e docentes do Programa, registros acadêmicos e apoio geral às atividades da Coordenação do Programa.

Parágrafo Único – A Secretaria Acadêmica contará com um quadro de técnicos capazes de cumprir as atribuições que estão sob seu encargo.

Art.12 – A Assessoria Acadêmica e Técnica-Financeira incorpora as áreas de planejamento, legislação, financiamento, é responsável por acompanhar as atividades de gestão da Coordenação Geral do programa, bem como plano orçamentário, fluxos, balanços e relatórios financeiros.

Art.13 – Aos técnicos(as) integrantes da Secretaria do Programa é facultada a participação em grupos de pesquisa, núcleos, etc. em áreas de interesse dos mesmos e / ou cujo campo temático faça interface com a área de atuação no Programa.

Seção II

Das Competências e Atribuições

Art. 14 – São atribuições do(a) Coordenador(a):

- a) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Apoio à Gestão e do Colegiado;
- b) Executar as medidas aprovadas pelo Colegiado;
- c) Representar o Programa perante os demais órgãos da Universidade, bem como outras instituições e entidades;
- d) Gerenciar e executar os processos de natureza acadêmica e administrativa relativos ao Programa Gestec;
- e) Representar o Programa em todas as instâncias e fóruns pertinentes;
- f) Submeter ao Colegiado os processos que dependem de sua decisão;
- g) Informar ao Colegiado de eventos relativos ao Programa;
- h) Encaminhar aos órgãos competentes as decisões do Colegiado e os processos que dependam de decisão de outras instâncias;
- i) Adotar medidas administrativas necessárias ao cumprimento desse Regimento e ao funcionamento do Programa;
- j) Elaborar, em parceria com o Conselho de Apoio à Gestão, relatório anual de atividades do programa, observado o modelo adotado pelo sistema nacional de pós-graduação/CAPES;
- k) Adotar, em casos de urgência, medidas de competência do Colegiado, submetendo o seu ato à ratificação deste, na primeira reunião subsequente;
- l) Convocar eleição dos representantes discentes e técnico-administrativo (titular e suplente);

- m) Coordenar o processo de avaliação do Programa conduzido pelo sistema nacional de avaliação da pós-graduação;
- n) Encaminhar aos órgãos superiores da Uneb propostas de alterações deste Regimento.
- o) Propor, para aprovação do Colegiado, a composição da Comissão de Seleção dos candidatos ao Programa assim como os elementos que configurem a sistemática e critérios de seleção;
- p) Coordenar os processos de seleção de candidatos ao Programa, efetuando sua divulgação;

Art. 15 – São atribuições do(a) Vice Coordenador(a):

- a) Desenvolver conjuntamente com o(a) Coordenador(a) as atribuições relativas à gestão do Programa.
- b) Representar o Programa GESTEC, na ausência do Coordenador(a).

Art. 16– São competências do Colegiado:

- a) Deliberar sobre assuntos de natureza acadêmica e administrativa constitutivas do Programa;
- b) Normatizar por meio de parecer e resolução, as matérias inerentes ao Programa;
- c) Emitir pareceres e relatar processos sob sua apreciação, sempre observando a estrutura processual do relato, o qual deve conter (i) o relatório, que corresponde à síntese do pleito, (ii) a fundamentação, que corresponde à base legal e (iii) a conclusão e o voto do relator;
- d) Aprovar o Calendário Acadêmico do Programa bem como as alterações ocorridas durante a sua execução;

- e) Pronunciar-se sobre os Planos Individuais de Trabalhos dos professores permanentes, visitantes e colaboradores, no que concerne às atividades desenvolvidas no Programa;
- f) Opinar sobre a composição dos currículos, examinado periodicamente as disciplinas, ementas, etc., visando a sua atualização e adequação ao processo formativo;
- g) Pronunciar-se, a partir das áreas de concentração, sobre nomes dos professores e dos orientadores admitidos no Programa, bem como dos professores indicados pelo orientador para composição das bancas examinadoras (modalidades pré-banca de qualificação e banca de defesa);
- h) Designar as Comissões especialmente encarregadas do processo de credenciamento, recredenciamento e de descredenciamento de professores, com obrigatória participação de membro externo à Uneb;
- i) Delegar aos Coordenadores das Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa, Grupos de Pesquisa, Núcleo de Produção e Desenvolvimento Tecnológico, outras competências além daquelas estabelecidas neste Regimento, quando assim julgar pertinente para o melhor andamento dos trabalhos;
- j) Julgar e emitir parecer aos pedidos de convalidação de títulos e transferências de professores;
- k) Homologar, quando for o caso, atas da Bancas Examinadoras;
- l) Apreciar recursos de alunos e da representação discente, referentes a assuntos acadêmicos, encaminhando-os, quando for o caso, aos órgãos competentes;
- m) Emitir parecer e deliberar sobre assuntos relativos ao descumprimento das obrigações regimentais de docentes e discentes;

- n) Estabelecer critérios sobre o número de vagas para a seleção de candidatos;
- o) Constituir a comissão eleitoral para conduzir a eleição do(a) Coordenador(a) e Vice- Coordenador(a) do Programa;
- p) Propor aos órgãos da Universidade quaisquer medidas julgadas úteis para o bom desempenho do Programa;
- q) Apreciar e aprovar a constituição de comissões para realização de atividades específicas e homologar o parecer final emitido pelas mesmas;
- r) Aprovar planos de trabalho, propostas orçamentárias, relatórios de gestão apresentados pela Coordenação Geral;
- s) Aprovar as indicações de representantes do Programa em eventos e reuniões;
- t) Apreciar todas as matérias que lhes forem encaminhadas pelos(as) Coordenadores(as) de Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa, Grupos de Pesquisa, Núcleo de Produção e Desenvolvimento Tecnológico e pelas representações discentes e técnica;
- u) Julgar em primeira instância, todos os processos que impliquem em processos disciplinares, encaminhando-os, quando for o caso, aos órgãos da administração superior da Universidade, bem como processos que impliquem na interpretação e aplicação desse Regimento;

Art.17 – São atribuições da Secretaria Acadêmica:

- a) Acompanhar a execução de procedimentos acadêmicos, garantindo os registros da frequência, conceitos, etc., obtidos pelos discentes;
- b) O gerenciamento do registro e cadastro de discentes em órgãos afins (CNPQ/Capes, Anpae, Anped, etc.);

- c) O levantamento das disciplinas que serão oferecidas por semestre e a organização prévia do quadro de horários para a apresentação à Coordenação do Programa.
- d) A execução e o acompanhamento dos procedimentos acadêmicos relativos aos diários de classe de professores (diários de registros);
- e) O acompanhamento e supervisão dos processos seletivos para o ingresso de alunos regulares e especiais;
- f) A execução da matrícula para alunos regulares e especiais;
- g) A articulação com os setores da Uneb que fazem interface com atribuições de matrícula, diplomas, etc.;
- h) O registro, recebimento, instrução e distribuição dos processos acadêmicos para apreciação pelos professores ou Coordenação do Programa, conforme o caso;
- i) O agendamento das bancas examinadoras (modalidade banca de qualificação e banca de defesa) bem como a organização dos documentos correspondentes (atas, certificados, etc.), entregando-os em tempo hábil, ao professor-orientador;
- j) A elaboração de relatórios semestrais por turma/ano de ingresso, relativos a situação dos discentes, discriminados por nome, datas de realização de banca de qualificação e banca de defesa, título do trabalho de conclusão segundo membros (orientador/demais examinadores) e instituição correspondente;
- k) O recebimento e a distribuição de trabalhos acadêmicos encaminhados por docentes ou discentes;
- l) O gerenciamento dos equipamentos e material didático, responsabilizando-se por sua entrega e devolução, observadas a ordem ou escala das solicitações encaminhadas por professores e/ou discentes;

- m) A notificação aos professores, discentes ou Coordenação do Programa, conforme o caso, dos problemas detectados a partir do monitoramento do uso dos equipamentos e material didático do Programa;
- n) A notificação aos professores ou Coordenação do Programa, conforme o caso, dos problemas detectados a partir do monitoramento dos diários de classe que indiquem falhas nos registros correspondentes;
- o) A publicação dos atos correspondentes aos resultados acadêmicos das avaliações dos discentes nas disciplinas e atividades do currículo do Programa;
- p) O fornecimento das informações relativas aos discentes-bolsistas, auxiliando o professor e/ ou comissão responsável designada pelo acompanhamento dos mesmos;
- q) O encaminhamento, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PPG, da relação dos discentes matriculados, disciplinas, bolsistas, e demais informações solicitadas, observando os prazos definidos para cada período letivo;
- r) A instrução de processos, distribuição e arquivamento de documentos relativos às atividades acadêmicas;
- s) A divulgação e comunicação aos discentes da realização de eventos, seminários e atividades do Programa;
- t) O exercício de outras funções de natureza similar, que lhes sejam atribuídas pela Coordenação do Programa.

Art.18 – São atribuições da Assessoria Acadêmica e Técnico-financeira:

- a) O apoio acadêmico à Coordenação Geral do Programa, no que se refere ao planejamento, gestão, controle, acompanhamento e avaliação.
- b) A identificação de fontes de financiamento específicas para a pesquisa e o desenvolvimento de projetos.

- c) O gerenciamento dos convênios e a elaboração dos processos de prestação de contas correspondentes.
- d) O apoio administrativo relativo à execução orçamentário-financeira das fontes de recursos do Programa.
- e) A instrução de processos, distribuição e arquivamento de documentos relativos às atividades administrativas e financeiras.
- f) O assessoramento aos professores e discentes no manuseio de formulários e documentos relativos a gditais de financiamento de projetos e atividades acadêmicas.
- g) O acompanhamento dos processos administrativos e financeiros junto aos setores da Uneb.
- h) O encaminhamento das necessidades de material (consumo, permanente e equipamentos) do cronograma.
- i) O inventário dos equipamentos e materiais pertencentes ao Programa.
- j) A organização e a atualização da legislação e outros instrumentos normativos pertinentes ao Programa.
- k) O exercício de outras funções, de natureza similar, que lhes sejam atribuídas pela Coordenação do Programa.

CAPÍTULO V

Do Corpo Docente

Art. 19 – O corpo docente do Programa se constituiu conforme orientações do sistema nacional de pós-graduação/CAPES e está sujeito aos processos de credenciamento e de descredenciamento.

Art.20 – Os docentes serão classificados como Permanentes, Visitantes e Colaboradores, conforme definido nos parágrafos seguintes:

§ 1º – Integram a categoria de Docentes Permanentes os docentes assim enquadrados pelo Programa e que atendam ao disposto na Portaria CAPES n.º 68/2004 e outras normas regulamentares do sistema nacional de pós-graduação.

- a) desenvolvam atividades de ensino regularmente na Graduação e/ou na Pós-Graduação;
- b) participem de projeto de pesquisa do Programa ou do Departamento de Educação, com produção regular expressa por meio de publicações;
- c) orientem regularmente alunos da pós-graduação *strito sensu*;
- d) tenham vínculo funcional com a Uneb ou, em caráter excepcional, tenham firmado com a Universidade termo de compromisso de participação como docente de Programa, na condição de Colaborador convidado segundo a legislação vigente;
- e) mantenham regime de quarenta horas semanais de trabalho na Uneb;

§ 2º – Integram a categoria de Docentes Visitantes os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional com outras instituições que sejam liberados das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborar, por um período contínuo de tempo, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no Programa, e tenham sua atuação no Programa viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida, para esse fim, por essa instituição ou por agência de fomento.

§ 3º – Integram a carreira de Docentes Colaboradores os demais membros do corpo docente do Programa que não atendam a todos os requisitos para serem classificados como Docentes Permanentes ou Visitantes, mas participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino e/ou da orientação de estudantes.

§ 4º – O enquadramento dos docentes nas categorias de Docente Permanente, Docente Visitante ou Docente Colaborador deverá ser submetido ao Colegiado do Programa.

Art. 21 – O credenciamento de Docente Permanente, Docente Colaborador ou Docente Visitante terá validade de até três anos, podendo ser renovado mediante cumprimento dos critérios definidos para tal fim e submetido ao Colegiado de curso.

Art. 22– Os professores devem integrar as Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa, Grupo de Pesquisa, e Núcleo de Produção e Desenvolvimento Tecnológico a fim de desenvolverem atividades relativas à realização de pesquisas, orientações, aulas, publicações, editoriais, bancas examinadoras, eventos científicos, programas e projetos, produção do trabalho final de curso entre outros.

Art.23 – Os professores deverão apresentar Plano Individual de Trabalho relativo às atividades e que estarão sob sua responsabilidade.

Parágrafo Único – A carga-horária dos professores permanentes do Programa pode contemplar atividades na graduação, as quais podem compreender o ensino, a iniciação científica, a orientação de trabalhos de conclusão de curso e monografias, a participação em reuniões e comissões departamentais, a realização de pesquisa, eventos e publicações em co-autoria com alunos e professores da graduação.

Art. 24– São deveres do Professores:

- a) Participar das reuniões do Colegiado e das reuniões e atividades da Área de Concentração, a exemplo de Linha de Pesquisa, Grupos e Núcleos do qual faça parte.
- b) Elaborar o programa e a ementa das disciplinas, com respectiva bibliografia, assim como a programação das atividades obrigatórias sob sua responsabilidade, mantendo registros devidamente atualizados na Secretaria Acadêmica.
- c) Cooperar com as atividades acadêmicas e administrativas do Programa.

- d) Examinar os processos acadêmicos que lhes forem destinados e emitir parecer, observando a estrutura processual do relato (relatório, fundamentação, conclusão e voto do relator) para a devida instrução e apreciação pelo Colegiado ou outro órgão competente.
- e) Na condição de Coordenador de Área de Concentração, líder de Grupo de pesquisa e Coordenador de Núcleo, elaborar relatórios de atividades correspondentes a fim de subsidiar relatórios do Programa perante os órgãos competentes.
- f) Participar ativamente dos processos de seleção de candidatos ao Programa, apoiando a Comissão de Seleção e integrando as atividades e tarefas que lhes sejam atribuídas durante o referido processo.
- g) Acompanhar, junto à Secretaria Acadêmica, o desenvolvimento do processo formativo de cada discente sob sua orientação bem como a participação do mesmo nos Grupos, Linhas e Núcleos correspondentes.
- h) Participar de eventos temáticos visando o aprofundamento e a atualização de temas relacionados com a Área de Concentração.
- i) Desenvolver o processo de orientação dos trabalhos de conclusão de curso, observando os prazos fixados por este Regimento e pelo sistema nacional de pós-graduação.
- j) Instruir os processos de agendamentos e composição de bancas examinadoras e presidir as sessões de apresentação e defesa.
- k) Pronunciar-se quando solicitado, nos processos de credenciamento, reconhecimentos e descredenciamento de professores.
- l) Informar a Secretaria Acadêmica, a cada semestre, com a necessária antecedência, as disciplinas optativas a serem oferecidas.
- m) Zelar pelo cumprimento do Calendário Acadêmico.
- n) Propor à Coordenação do Programa e/ou ao Colegiado, medidas que contribuam para o bom desempenho dos mesmos.

- o) Acompanhar o estudante ao longo da vida acadêmica, orientando-o na escolha e desenvolvimento de disciplinas e atividades, e na elaboração e desenvolvimento de sua proposta de trabalho.
- p) Manter a Coordenação Geral e as Coordenações de Área de Concentração informadas a respeito do desenvolvimento do processo formativo dos estudantes por meio de relatórios semestrais sucintos.

Art. 25 – São Direitos dos Professores Além daqueles estabelecidos no Regimento Geral da Uneb:

- a) Votar e ser votado;
- b) Emitir parecer em assuntos relativos ao Programa;
- c) Encaminhar ao Colegiado do Programa questões que impliquem a adoção de medidas disciplinares relativas ao descumprimento deste Regimento ou à membros que integrem a comunidade acadêmica do Programa;

CAPÍTULO VI

Do Corpo Discente

Art. 26 – Os discentes regularmente matriculados no Programa estão submetidos a todos os direitos e deveres previstos na legislação pertinente.

Art. 27– São direitos do discente:

- a) Freqüentar a Biblioteca Central da Uneb e a Biblioteca do Programa.
- b) Eleger e ser eleito representante discente e/ou Suplente para o Colegiado do Programa, com direito a voz e voto.
- c) Participar de atividades acadêmicas e culturais da Uneb.

- d) Receber o diploma correspondente aos compromissos acadêmicos integralizados previstos neste Regimento.
- e) Submeter ao Colegiado do Programa, recurso às decisões que estejam implicados, bem como recursos relativos ao processo de desligamento.

Art.28 – São deveres do discente:

- a) Cumprir as obrigações acadêmicas relativas aos prazos e atividades técnicas e acadêmicas definidos no calendário do Programa.
- b) Manter-se em dia com as suas obrigações para com a Biblioteca e a Secretaria do Programa.

Art.29 – A vinculação do aluno a uma das Áreas de Concentração dar-se-á mediante a articulação de seu projeto ou proposta de trabalho com as temáticas da mesma.

Art.30 – A desistência do aluno ao curso, por vontade expressa do mesmo ou por abandono injustificado, não lhe assegurará o direito a voltar a cursá-lo, ainda que não esgotado o prazo máximo estabelecido para a conclusão de créditos porventura existentes.

Art 31 – Considerar-se-á abandono a não matrícula em qualquer período letivo, ou a ausência acima de 25% em qualquer disciplina, sem motivos justificados.

Art. 32 – Será desligado do Programa aquele aluno(a) que não cumprir os prazos relativos às suas obrigações acadêmicas ou incida em qualquer das seguintes situações:

- a) Tenha tido duas reprovações na mesma disciplina ou em diferentes disciplinas/atividades.
- b) Deixar de apresentar os produtos acadêmicos exigido.
- c) Não compareça para realizar a matrícula.
- d) Demonstre conduta incompatível com o ambiente acadêmico e universitário.

e) Produza qualquer tipo de fraude acadêmica;

Parágrafo único – Em caso de desligamento de discente, o Colegiado deve constituir uma Comissão composta por dois docentes permanentes e um aluno a fim de apreciar e emitir parecer sobre o caso, podendo ser re-integrado aquele que tenha obtido parecer favorável ao re-ingresso, homologado pelo Colegiado;

Art. 33 – Será permitido ao aluno apenas 1 (um) trancamento do curso e o período deste não deverá ultrapassar 06 (seis) meses.

§ 1º. A solicitação de trancamento deverá apresentar justificativa comprovada e anuência do orientador.

Art. 34 – O Programa disporá de docentes orientadores.

§ 1º – O professor orientador será designado pela Coordenação do Programa desde haja a anuência do aluno-orientando.

§ 2º – O aluno pode ter um co-orientador que não pertença ao quadro de docente do programa, desde que trabalhe na área específica de seu projeto ou proposta de trabalho e tenha competência comprovada por produção intelectual avaliada pelo Colegiado.

§ 4º – A pedido do orientador ou do orientando junto à Coordenação do Programa, poderá haver mudança de orientador desde que se justifiquem as razões de tal pedido.

CAPÍTULO VII

Da Estrutura Curricular

Art.35 – Constituem componentes curriculares do Programa Gestec:

I – Disciplinas obrigatórias e optativas.

II – Atividades.

III – Trabalho de Conclusão do Curso.

§ 1º – A unidade curricular tem seu valor expresso em créditos, correspondendo cada crédito teórico a 15 (quinze) horas-aula e cada crédito atividade a 30 (trinta) horas-aula.

§ 2º – O Trabalho de Conclusão do Curso é contabilizado pelo valor de crédito atividade, correspondendo a 10 créditos e 300 h.

Art.36 – Para o mestrado profissional, a integralização curricular do mestrado dar-se-á mediante cumprimento de 50 créditos, correspondentes a 930 h/a, distribuídos entre:

- a) cumprimento das disciplinas e atividades especificamente definidas;
- b) apresentação/defesa do trabalho de conclusão do curso perante banca examinadora.
- c) E entrega formal dos produtos exigidos para o mestrado profissional.

Parágrafo Único – Consta do projeto do curso a forma de ingresso, o número de vagas, a estrutura curricular detalhada, a(s) forma(s) de avaliação do processo ensino e da aprendizagem e de apresentação do trabalho de conclusão do curso, a relação dos docentes e a comprovação da titulação respectiva, entre outros itens considerados pertinentes.

Art. 37 – As disciplinas obrigatórias se desdobram em disciplina obrigatória do Programa (tronco comum) e disciplinas obrigatórias por Área de Concentração.

Parágrafo único – No desenvolvimento das disciplinas, a critério do professor, poderão ser computados, em créditos e carga-horária, até 30% (trinta por cento) em atividades programadas de estudo e pesquisa desenvolvidos em correspondência com as respectivas disciplinas.

Art. 38 – É disciplina obrigatória do Programa:

- a) GESTÃO DA EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E REDES SOCIAIS (GTE001), com 5 créditos e 75 h, a ser oferecida no primeiro semestre, para todos os discentes.

Art. 39 – São disciplinas obrigatórias das Áreas de Concentração:

- a) PROCESSOS TECNOLÓGICOS, REDES SOCIAIS E EDUCAÇÃO (GTE002), com 04 créditos e 60 horas, a ser oferecida no segundo semestre, para discentes segundo vinculação à Área de Concentração.
- b) GESTÃO DA EDUCAÇÃO, PROCESSOS E MEDIDAS (GTE003), com 04 créditos e 60 horas, a ser oferecida no segundo semestre, para discentes segundo vinculação à Área de Concentração.

Art. 40 – São disciplinas/atividades obrigatórias das Áreas de Concentração:

- a) PESQUISA APLICADA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO I (GTE004), com 5 créditos e 75 horas, a ser oferecida no primeiro semestre, para discentes, segundo vinculação à Área de Concentração.
- b) PESQUISA APLICADA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO II (GTE005), com 5 créditos e 75 horas, a ser oferecida no segundo semestre, para discentes segundo vinculação à Área de Concentração.
- c) PESQUISA APLICADA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO III (GTE006), com 2 créditos e 60 horas, a ser oferecida no terceiro semestre, para discentes segundo vinculação à Área de Concentração.
- d) TRABALHO ORIENTADO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (GTE007), com 4 créditos e 60 horas, a ser oferecida no primeiro semestre, para todos os discentes.
- e) TRABALHO ORIENTADO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (GTE008), com 4 créditos e 60 horas, a ser oferecida no segundo semestre, para todos os discentes.

- f) TRABALHO ORIENTADO DE CONCLUSÃO DE CURSO III (GTE009), com 4 créditos e 60 horas, a ser oferecida no terceiro semestre, para todos os discentes.
- g) TRABALHO ORIENTADO DE CONCLUSÃO DE CURSO IV (GTE10), com 4 créditos e 60 horas, a ser oferecida no quarto semestre, para todos os discentes.

§ 1º – A disciplina Pesquisa Aplicada, Desenvolvimento e Inovação III (GTE006) é contabilizada pelo valor de crédito atividade, correspondendo a 2 créditos e 60 horas.

§ 2º – Compreende-se como TRABALHO ORIENTADO DE CONCLUSÃO DE CURSO as atividades de orientação desenvolvidas na relação professor-orientador e discente-orientando, as quais terão início formal a partir do primeiro semestre, por semestres consecutivos, até a defesa do trabalho de conclusão final do curso.

Art. 41 – São disciplinas optativas, denominadas Tópicos Especiais, as seguintes:

- a) TÓPICO ESPECIAL: GESTÃO DA EDUCAÇÃO EM REDES SOCIAIS (GTE011), 3 créditos e 45 horas, facultada a sua oferta, conforme o planejamento anual do Programa.
- b) TÓPICO ESPECIAL: PROCESSOS TECNOLÓGICOS E REDES SOCIAIS (GTE012), 3 créditos e 45 horas, facultada a sua oferta, conforme o planejamento anual do Programa.

Outros Tópicos Especiais poderão ser propostos desde que contemplem o campo temático da Área de Concentração correspondente e atendam o campo metodológico da Pesquisa Aplicada, Desenvolvimento de Processos e Inovação.

Parágrafo único – As disciplinas denominadas Tópicos Especiais visam oferecer elementos fundamentais de aprofundamento e/ou atualização do conhecimento num determinado campo do saber, relativo aos projetos de pesquisa e trabalho de conclusão do curso.

Art 42 – As disciplinas de Trabalho Orientado de Conclusão de Curso geram produtos acadêmicos tanto para o orientando como para o professor-orientador.

Parágrafo único – Por produto acadêmico compreende-se:

- a) para o professor-orientador o relatório semestral do desempenho e produção acadêmica ou técnica do mestrando.
- b) para o orientando, apresentação na disciplina Pesquisa Aplicada, Desenvolvimento e Inovação, conforme semestre em curso, de comunicação oral relativa a:
 - a. texto versando sobre seu objeto de estudo, no qual demonstre capacidade de crítica e/ou de atualização da Proposta de Trabalho e sobre as fontes de consulta inicialmente escolhidas;
 - b. texto relativo a revisão da literatura e metodologia de seu Trabalho de Conclusão de Curso, tendo em vista a pré-banca de qualificação;
 - c. texto relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso em vista a defesa perante a banca examinadora.

Art. 4 – Na descrição de disciplina no Plano de Trabalho do docente deverão constar:

- a) Ementa;
- b) Creditação;
- c) Distribuição de carga horária;
- d) Modalidade de oferta (presencial, semi-presencial, obrigatória ou opcional);
- e) Periodicidade (semanal, quinzenal ou modular);
- f) Forma de avaliação articulada com o desenvolvimento do trabalho final de conclusão de curso;
- g) Bibliografia e referências ou fontes de consulta em redes e web.
- h) Objetivos e tempo dedicado a produção intelectual e técnica.

Parágrafo único – A criação e a reformulação de disciplinas bem como a alteração do quadro serão submetidos ao Colegiado do Programa.

Art. 44 – O trabalho de conclusão do curso poderá ter os seguintes formatos: dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica.

Art. 45 – A qualificação do trabalho de conclusão do curso, que precede a defesa perante banca examinadora, dar-se-á no âmbito da disciplina Pesquisa Aplicada, Desenvolvimento e Inovação III (GTE006), com sessão de comunicação oral por parte dos mestrandos, do terceiro semestre e sob acompanhamento de banca julgadora.

Art. 46 – As bancas examinadoras serão constituídas por 3 membros titulares, sendo dois docentes da Instituição e um membro externo, e 1 suplente, com titulação de doutorado, cabendo a presidência ao professor-orientador.

Parágrafo único – Admitir-se-á a participação de profissionais e técnicos de expressivo reconhecimento público nas áreas em que atuam desde que obtenha aprovação do colegiado do curso.

Art. 47 – A defesa do trabalho de conclusão de curso efetivar-se-á após conclusão dos créditos mínimos exigidos, até vinte e quatro meses do ingresso do aluno no programa.

§ 1º – A defesa do trabalho de conclusão do curso ocorrerá em sessão pública e da avaliação deverá constar uma das seguintes alternativas de parecer:

- a) Aprovado; condição em que o trabalho de Conclusão de Curso é aceito pela Banca Examinadora de forma unânime e sem indicação de ajuste ou reformulação de qualquer natureza;

- b) Aprovado com restrição; condição em que o trabalho de conclusão deverá ser submetido a ajustes e modificações, devendo ser depositado na Secretaria do Programa no prazo máximo de 60 dias, cabendo a esta última encaminhar à Coordenação de Área para junto ao professor-orientador reavaliar as reformulações processadas.
- c) Reprovado, Condição em que o Trabalho de Conclusão de Curso não é aceito pela Banca Examinadora, à qual cabe a decisão de estipular, ou não, nova defesa pública em até seis meses.

Art. 48 – Em caso de excepcional qualidade ou extrema originalidade, e, a critério da Banca Examinadora, o trabalho poderá merecer a menção “*aprovado com distinção*”, quando houver unanimidade entre os membros da Banca.

Art. 49 – O curso terá a duração mínima de 18 (dezoito) meses e máxima de 24 (vinte) meses, contados a partir da data da matrícula inicial até a data da efetiva defesa do Trabalho de Conclusão.

Parágrafo único – Caso o estudante não tenha finalizado seu Trabalho de Conclusão de Curso no prazo de 24 meses definido no caput desse artigo, mediante requerimento poderá lhe ser concedido mais seis meses para finalização do trabalho de conclusão.

Art. 50 – O percurso do mestrando, de forma ilustrativa, corresponde a:

- a) no primeiro semestre, disciplina obrigatória do programa e participação nas disciplinas/atividades das Áreas de Concentração.
- b) no segundo semestre, disciplina(s) obrigatória(s) das Áreas de Concentração e participação nas disciplinas/atividades das Áreas de Concentração.
- c) no terceiro semestre, participação nas disciplinas/atividades das Áreas de Concentração e oferecimento de disciplinas optativas por Área de Concentração.

- d) no quarto semestre, participação nas disciplinas/atividades das Áreas de Concentração e oferecimento de disciplinas optativas por Área de Concentração.

Art. 51 – O aproveitamento nas disciplinas e outras atividades do curso será avaliado através de trabalhos escritos, seminários e/ou projetos, bem como pela participação e interesse demonstrados pelo estudante e será expresso em níveis de conceitos da seguinte forma:

- A** – Excelente (9,0 – 10,0);
- B** – Bom (7,5 – 8,9);
- C** – Regular (6,0 – 7,4);
- D** – Insuficiente (4,0 – 5,9);
- E** – Sem rendimento (3,9 – 0,0);
- I** – Incompleto
- RF** – Reprovado por Falta.

§ 1º – Os conceitos A, B e C aprovam e os conceitos D e E reprovam, sendo que o conceito D permite ao aluno a repetição da disciplina por mais uma vez.

§ 2º – O conceito I é provisório e será atribuído ao estudante que deixar de completar, por motivo justificado, uma parte do total dos trabalhos acadêmicos de avaliação.

§ 3º – Ao finalizar cada disciplina ou seminário o aluno terá no máximo 1 (um) mês para a entrega dos trabalhos de conclusão da respectiva disciplina e o professor contará com um prazo máximo de 1 (um) mês após receber os trabalhos dos alunos, para a entrega da avaliação correspondente na Secretaria.

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 52 – A Coordenação Geral do Programa manterá registro completo do histórico acadêmico de cada aluno do Programa de Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (MP GESTEC).

Art. 53 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do curso.

3°. Este Regimento Interno poderá ser modificado mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Colegiado do Programa.

Art. 54 – Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação, dando ciência aos órgãos superiores da Uneb por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

ANEXO B: Estatuto da Liga Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional (LABSAN)

TÍTULO I

Da Disposição Preliminar

Art.1º - O presente estatuto tem por objetivo estabelecer as normas que presidirão o funcionamento e as atividades da Liga Acadêmica Baiana de Segurança Alimentar e Nutricional (LABSAN).

TÍTULO II

Da Liga e Suas Finalidades

Art.2º - A LABSAN, fundada no dia 06 de setembro de 2014, caracteriza-se por não ter fins lucrativos, ter duração ilimitada, ser uma sociedade civil, não religiosa, apartidária e vinculada à UNEB.

Art.3º - A LABSAN atuará no estudo, pesquisa e extensão, tendo como finalidade o desenvolvimento, a promoção e a difusão de conhecimentos acerca da área educacional e social, contribuindo para a formação acadêmica e profissional dos alunos a ela vinculados.

Art.4º - Fica a cargo da LABSAN, através do desenvolvimento de projetos multidisciplinares e multicêntricos, promover, facilitar e estimular a integração dos ligantes à área social.

Art.5º - A LABSAN poderá firmar convênios e associações com entidades públicas e privadas para atender suas finalidades e atribuições, assim como estabelecer parcerias.

TÍTULO III

Da Sede

Art. 6º - A sede da LABSAN encontra-se Rua Silveira Martins, nº 2555, Cabula, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vinculada ao Departamento Ciências da Vida (DCV).

TÍTULO IV

Da Constituição

Capítulo I

Dos Membros

Art. 7º - A LABSAN possui as seguintes categorias de membros:

1. Fundador
2. Diretor
3. Efetivo
4. Supervisor
5. Colaborador

Art. 8º - Dos Fundadores

§1º - Aos membros que ingressam na LABSAN e participarem da sua fundação e aprovação de seu primeiro estatuto será concedido o título vitalício de Membro Fundador.

§2º - São os Membros Fundadores da LABSAN:

Discentes:

- Aline de Souza Santana
- Ismael Oliveira de Araújo
- Lucas Carvalho de Sousa
- Márcio dos Santos Batista
- Camila Anjos de Jesus
- Jannine Dantas Gomes da Silva
- Sílvia Glaucielene Andrade
- Ana Paula Santos Torres
- Márcia Jacqueline Guimarães
- Isabela Pereira dos Santos
- Taíse de Souza Jesus
- Raiane Matos Santana
- Graciete Pereira de Souza
- Catiúsca Cardoso Sousa

Docentes:

- Anderson Carvalho dos Santos
- Silvana Lima Guimarães França

Art. 9º - Dos Diretores

§1º - Durante os primeiros 12 (doze) meses após a fundação da LABSAN, os Membros Fundadores exercerão os cargos de Diretores.

§2º - Após 12 (doze) meses da fundação da LABSAN, será formada uma Assembleia Geral para atualização dos cargos para Membros Diretores.

§3º - Somente poderá ser Diretor Presidente o estudante que for aluno da UNEB.

Art. 10º - Dos Efetivos

§ único – Podem ser Membros Efetivos da LABSAN os acadêmicos, previamente selecionados segundo critérios da Diretoria vigente.

Art. 11º - Dos Supervisores

§único – Os Membros Supervisores da LABSAN serão um ou dois docentes ligados do quadro efetivo da UNEB, indicados pela Diretoria da Liga, permanecendo no cargo até que haja renúncia ou afastamento.

Art. 12º - Dos Colaboradores

§1º– Serão Membros Colaboradores aqueles envolvidos no suporte às atividades e projetos da LABSAN, tanto pessoa física como jurídica.

§ 2º - Os Colaboradores serão aceitos na LABSAN perante a aprovação prévia pela Assembleia Geral.

Capítulo II

Dos Órgãos

Art. 13º - São os Órgãos da LABSAN:

1. Assembleia Geral
2. Diretoria

Art. 14º - Da Assembléia Geral

§ 1º– A Assembléia Geral é constituída por todos os membros da LABSAN.

§ 2º– Somente membros efetivos terão direito a voto na Assembleia.

§ 3º– Nos casos em que a Assembleia Geral for deliberar sobre alguma decisão e houver empate, somente o Presidente, o Vice – Presidente e o Secretário terão direito a voto.

Art. 15º - Da Diretoria

§ 1º – A LABSAN conta com 7 (sete) cargos para Diretores, sendo esses:

1. Diretor Presidente
2. Diretor Vice-Presidente
3. Diretor Financeiro
4. Diretoria Administrativa
 - 4.1 Recursos Humanos
 - 4.2 Secretaria Geral
5. Diretor de Comunicação
6. Diretor de Pesquisa
7. Diretor de Extensão

§ 2º - A diretoria deve ser composta, em sua maioria, por acadêmicos da UNEB

TÍTULO V

Dos Direitos e Deveres

Art.16º - É dever de todos os membros da LABSAN buscar a constante atualização desta em sua área de abrangência.

Art.17º - É dever de todos os membros cumprir e fazer respeitar o Estatuto e demais normas aplicáveis à LABSAN.

Art. 18º - Dos Fundadores

§ 1º - São direitos dos Membros Fundadores:

1. Participar dos eventos da Liga;
2. Fazer parte da Diretoria nos primeiros 12 (doze) meses de atuação da LABSAN;
3. Receber certificado adicional, sem prejuízos do atestado das demais funções exercidas na Diretoria ou Supervisão.

Art. 19º - Dos Membros Diretores

§ 1º - São direitos dos Membros Diretores:

1. Participar de todo e qualquer evento promovidos pela LABSAN;
2. Participar das Assembleias Gerais com voz e voto;
3. Solicitar a convocação extraordinária de Assembleias Gerais.

§ 2º - São deveres dos Membros Diretores:

1. Elaborar e realizar toda e qualquer atividade da LABSAN;
2. Participar de todas as Assembleias e demais reuniões da LABSAN, salvo com comunicação prévia;
3. Atualizar no NUPE sempre que houver mudança dos dados dos membros diretores, como nome, *e-mail*, telefone ou se o membro se formar e sair da Liga.
4. Cumprir com os deveres de seu cargo.

Art. 20º - Dos Membros Efetivos

§1º - São direitos dos membros efetivos:

1. Participar dos eventos promovidos pela LABSAN;
2. Trazer sugestões e/ou propostas a serem discutidas pela diretoria;
3. Candidatar-se a um cargo na direção, caso o mesmo esteja disponível;
4. Participar, com voz e voto, das Assembleias Gerais.

§ 2º - São deveres dos membros efetivos:

1. Comparecer, no mínimo, de 75% das atividades a fim de cumprir a carga necessária para entrega de atestado.

Art. 21º - Dos Supervisores

§ 1º - São direitos dos Supervisores:

1. Fornecer sugestões, opiniões e críticas a respeito do trabalho realizado pela LABSAN;
2. Participar das Assembleias Gerais com direito de voz e voto;
3. Convocar Assembleias Gerais;
4. Convidar os ligantes a participar de projetos e pesquisas;
5. Representar, junto ao Diretor Presidente, a LABSAN em eventos.

§ 2º - São deveres dos Supervisores:

1. Fornecer suporte teórico à LABSAN;
2. Participar das Assembleias Gerais;
3. Orientar a LABSAN e seus membros na realização de projetos;
4. Orientar os Membros Diretores na elaboração de atividades e projetos;
5. Cadastrar a LABSAN no Sistema Integrado de Planejamento (SIP);
6. Cadastrar no SIP projetos desenvolvidos pela LABSAN;
7. Cadastrar no SIP qualquer atividade desenvolvida pela LABSAN;
8. Manter no SIP o status atualizado (não iniciado, em andamento, paralisado ou concluído) no que diz respeito ao andamento das atividades e projetos realizados pela LABSAN.

Art. 22º - Dos Colaboradores

§ 1º - São direitos dos Colaboradores:

1. Fornecer sugestões, opiniões e críticas a respeito do trabalho realizado pela LABSAN;
2. Fornecer materiais que possam contribuir com o aprofundamento teórico dos ligantes;
3. Receber atestado por sua contribuição com a LABSAN.

TÍTULO VI

Das Funções

Art. 23º - Da Assembleia Geral

§único – São Funções da Assembleia Geral:

1. Discutir aspectos relacionados a atividades realizadas pela LABSAN;
2. Fornecer sugestões, opiniões e críticas a respeito do trabalho realizado pela LABSAN;
3. Discutir, planejar, desenvolver e votar toda e qualquer atividade que possa ser realizada pela LABSAN;
4. Definir o modo de seleção, bem como selecionar os novos membros efetivos;
5. Realizar a atualização dos cargos de Diretor, Supervisor, e Colaborador anualmente, através de Assembleia Extraordinária;
6. Organizar a agenda anual da LABSAN;
7. Discutir e votar a situação de cada membro em qualquer assunto relacionado à LABSAN;
8. Delimitar a ação dos Colaboradores;

9. Atualizar as disposições contidas neste estatuto.

Art. 24° - Da Diretoria

§1 - São Funções da Diretoria:

1. Realizar reuniões periódicas para atualização das atividades da LABSAN;
2. Discutir aspectos relevantes a serem levados à Assembleia Geral;
3. Definir objetivos da LABSAN;
4. Definir o modo de seleção, assim como selecionar os supervisores.

§2 - São Funções do Diretor Presidente:

1. Representar a LABSAN junto a órgãos institucionais de ensino e pesquisa e outras Ligas;
2. Assinar, como Diretor Presidente, toda correspondência externa e as Deliberações das Assembleias Gerais;
3. Rubricar os livros de atas e de caixa da LABSAN;
4. Presidir as reuniões da Assembleia Geral e de Diretoria;
5. Verificar como Diretor Financeiro o andamento das finanças e o balanço geral da LABSAN;
6. Inteirar-se das atividades realizadas por cada Membro Diretor.

§3 - São Funções do Diretor Vice-Presidente:

1. Substituir toda e qualquer função atribuída ao presidente em caso de ausência do mesmo;
2. Auxiliar a presidente em todas as suas funções;

3. Ser responsável pelo armazenamento e sigilo de toda e qualquer informação relacionada a membros e participantes de eventos relacionados à LABSAN.

§4 - São Funções do Diretor Financeiro:

1. Apresentação de Contas Bimestralmente ou segundo pedido da diretoria (com, no mínimo, 10 dias de antecedência);
2. Coordenar as ações financeiras da LABSAN;
3. Terem posse toda e qualquer quantia monetária pertencente à LABSAN;
4. Planejar ações que possam contribuir com a situação financeira da LABSAN;
5. Sugerir parcerias que possam ser benéficas para a LABSAN;
6. Atualizar e rubricar o livro-caixa da liga;
7. Assinar recibos relacionados às atividades da LABSAN.

§5 - São Funções do Diretor Administrativo:

1. Secretariar as reuniões da diretoria e da assembleia geral da LABSAN;
2. Elaborar o cronograma das reuniões, pautas e atas da LABSAN, divulgá-las, controlar o número de faltas e atrasos dos membros;
3. Divulgar relatórios de atividades que são de sua responsabilidade em assembleia geral;
4. Observar o correto cumprimento das atividades previstas;
5. Substituir com as mesmas atribuições o presidente e vice-presidente em caso de ausência ou impedimento desses.

§6 - São Funções do Diretor de Pesquisa:

1. Organizar e estimular a produção científica da LABSAN;
2. Promover a integração entre a LABSAN e as demais áreas de interesse;
3. Propor os temas e o enfoque dos mesmos a serem palestrados nos encontros da LABSAN;
4. Organizar e confeccionar os materiais didáticos que eventualmente sejam necessários ou solicitados pelos palestrantes convidados.

§7 - São Funções do Diretor de Comunicação:

1. Realizar a comunicação entre a Diretoria e os Membros Efetivos da LABSAN;
2. Atuar na divulgação de eventos e projetos da LABSAN junto ao meio acadêmico e à comunidade em geral, incluindo produção de cartazes e panfletos para tal fim;
3. Entrar em contato com Professores Colaboradores e Palestrantes indicados para participação em atividades da LABSAN;
4. Atuar na busca de patrocinadores e possíveis parcerias para projetos criados ou vinculados à LABSAN;
5. Redigir e assinar toda a correspondência ligada à LABSAN enviada aos Membros Efetivos, Colaboradores e Palestrantes.

§8 - São Funções do Diretor de Extensão:

1. Organizar a atuação da LABSAN fora do âmbito das reuniões regulares;
2. Organizar os eventos realizados pela Liga, tais como Jornadas, Simpósios, Congressos, Seminários, Oficinas, Encontros, Feiras, Projetos de Pesquisa, Projetos de Campo, etc;

3. Organizar a parte burocrática das publicações impressas e digitais da LABSAN;
4. Organizar e compilar, junto ao Vice Presidente, um Banco de ideias.

TÍTULO VII

Do Funcionamento

Art.25° - A LABSAN se responsabiliza por manter a guarda, por no mínimo 5 anos, de uma segunda via de todo e qualquer documento emitido aos participantes de suas atividades.

Art.26° - A LABSAN funcionará em horário extracurricular, com 1 (uma) ou duas (2) reuniões mensais, em dias pré-determinados, com exceção dos dias de férias e feriados, de acordo com calendário letivo da UNEB. Além disso, poderão desenvolver-se atividades práticas.

Art.27° - A diretoria poderá suspender atividades em determinado dia a seu critério.

Art.28° - Os serviços prestados pelos acadêmicos, professores, preceptores e residentes não serão remunerados.

Art.29° - As atividades da LABSAN iniciar-se-ão, impreterivelmente, nos dias e horários estipulados previamente.

Art.30° - Terão direito ao certificado de participantes os membros efetivos que frequentarem assiduamente as atividades (igual ou mais que 75% das atividades) por um tempo mínimo de 1 (um) ano.

§1 – A contabilidade da frequência se dará de forma semestral se a Liga possuir reuniões semanais;

§2 – A contabilidade da frequência se dará de forma anual se a Liga possuir reuniões quinzenais;

Art.31º - Os membros que não cumprirem com suas respectivas tarefas ou deveres poderão ser excluídos ou demitidos da LABSAN, mediante indicação da Assembleia Geral.

Art.32º - Todos os membros deverão receber este estatuto impresso em seu ingresso.

Art.33º - Os casos omissos ou aqueles nos quais não se aplicar o presente Estatuto serão discutidos pela Assembleia Geral.

Art.34º - Este estatuto poderá sofrer emendas desde submetidas ao NUPE e aprovação pelo coordenador do NUPE e do Diretor do Departamento Ciências da Vida (DCV).

Art.35º - Este estatuto entra em vigor imediatamente após a sua aprovação em Reunião Departamental do DCV.

Art.36º - Será patrimônio da LABSAN tudo o que em nome dela for adquirido.

Art.37º - A LABSAN somente poderá ser dissolvida mediante decisão unânime da Diretoria, devendo seu patrimônio ser revertido em benefício de entidades a serem definidas pela diretoria em exercício.

**ANEXO C: Relatório do Estado Nutricional de crianças menores de 5 anos de idade sob o índice
Peso x Idade residentes na Bahia no ano de 2017**

Abrangência Estadual / Região de Saúde					Peso X Idade								
Região	Código UF	UF	Código da Região de Saúde	Região de Saúde	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORDESTE	29	BA	4	Seabra	93	1.23	255	3.36	6773	89.29	464	6.12	7585
NORDESTE	29	BA	7	Guanambi	175	1.02	441	2.57	15330	89.39	1203	7.01	17149
NORDESTE	29	BA	47	Serrinha	218	0.89	751	3.06	21869	89.21	1677	6.84	24515
NORDESTE	29	BA	54	Feira de Santana	306	1.17	694	2.66	22330	85.7	2727	10.47	26057
NORDESTE	29	BA	55	Itaberaba	129	1.15	321	2.85	9675	86.05	1119	9.95	11244
NORDESTE	29	BA	56	Ribeira do Pombal	115	0.96	317	2.64	10783	89.73	802	6.67	12017
NORDESTE	29	BA	106	Santo Antônio de Jesus	140	0.88	401	2.53	13908	87.76	1399	8.83	15848
NORDESTE	29	BA	107	Senhor do Bonfim	132	1.19	392	3.53	9844	88.6	742	6.68	11110
NORDESTE	29	BA	112	Ilhéus	104	1.06	300	3.07	8063	82.49	1307	13.37	9774
NORDESTE	29	BA	113	Juazeiro	291	1.17	897	3.6	22038	88.51	1674	6.72	24900
NORDESTE	29	BA	175	Itabuna	128	0.84	432	2.85	13435	88.52	1182	7.79	15177
NORDESTE	29	BA	176	Itapetinga	74	1.01	179	2.44	6376	87.08	693	9.46	7322
NORDESTE	29	BA	177	Jacobina	109	0.68	361	2.26	14381	89.98	1131	7.08	15982
NORDESTE	29	BA	178	Salvador	280	0.65	832	1.95	37480	87.62	4182	9.78	42774
NORDESTE	29	BA	283	Valença	101	0.94	272	2.54	9431	88.15	895	8.37	10699
NORDESTE	29	BA	287	Barreiras	177	1.13	568	3.62	14186	90.5	745	4.75	15676
NORDESTE	29	BA	288	Brumado	107	0.65	362	2.19	14926	90.28	1138	6.88	16533
NORDESTE	29	BA	289	Ibotirama	131	1.32	424	4.27	8791	88.58	578	5.82	9924
NORDESTE	29	BA	290	Jequié	185	1.05	455	2.59	15674	89.19	1260	7.17	17574
NORDESTE	29	BA	335	Vitória da Conquista	208	0.95	579	2.65	19791	90.42	1310	5.99	21888
NORDESTE	29	BA	343	Camaçari	116	0.92	327	2.61	10765	85.79	1340	10.68	12548
NORDESTE	29	BA	344	Cruz das Almas	101	1.28	203	2.57	6593	83.54	995	12.61	7892
NORDESTE	29	BA	345	Paulo Afonso	78	0.73	273	2.54	9462	88.17	918	8.55	10731
NORDESTE	29	BA	346	Porto Seguro	97	0.9	287	2.66	9519	88.21	888	8.23	10791
NORDESTE	29	BA	398	Teixeira de Freitas	123	0.89	351	2.55	12411	90.01	904	6.56	13789
NORDESTE	29	BA	400	Alagoinhas	222	1.19	639	3.42	15896	85.03	1938	10.37	18695
NORDESTE	29	BA	401	Irecê	162	0.9	592	3.28	16027	88.9	1248	6.92	18029
NORDESTE	29	BA	402	Santa Maria da Vitória	133	1.04	452	3.54	11359	88.85	841	6.58	12785
TOTAL ESTADO BAHIA					4.235	0.96	12.357	2.81	387.116	88.18	35.300	8.04	439.008

**ANEXO D: Relatório do Estado Nutricional de crianças na faixa etária entre os 5 e 10 anos de idade sob o índice
Peso x Idade residentes na Bahia no ano de 2017**

Abrangência Estadual / Região de Saúde					Peso X Idade								
Região	Código UF	UF	Código da Região de Saúde	Região de Saúde	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORDESTE	29	BA	4	Seabra	79	1.1	222	3.09	6321	88.02	559	7.78	7181
NORDESTE	29	BA	7	Guanambi	166	1.12	506	3.42	12925	87.48	1177	7.97	14774
NORDESTE	29	BA	47	Serrinha	310	1.32	870	3.69	20733	88	1646	6.99	23559
NORDESTE	29	BA	54	Feira de Santana	443	1.8	850	3.46	20524	83.52	2757	11.22	24574
NORDESTE	29	BA	55	Itaberaba	122	1.17	321	3.09	8949	86.12	999	9.61	10391
NORDESTE	29	BA	56	Ribeira do Pombal	193	1.66	477	4.09	10226	87.74	759	6.51	11655
NORDESTE	29	BA	106	Santo Antônio de Jesus	197	1.29	437	2.85	13226	86.39	1450	9.47	15310
NORDESTE	29	BA	107	Senhor do Bonfim	215	2	457	4.26	9312	86.83	740	6.9	10724
NORDESTE	29	BA	112	Ilhéus	107	1.15	295	3.18	7467	80.54	1402	15.12	9271
NORDESTE	29	BA	113	Juazeiro	360	1.74	893	4.32	18189	88.01	1224	5.92	20666
NORDESTE	29	BA	175	Itabuna	195	1.37	489	3.43	12435	87.25	1133	7.95	14252
NORDESTE	29	BA	176	Itapetinga	86	1.27	213	3.15	5831	86.3	627	9.28	6757
NORDESTE	29	BA	177	Jacobina	180	1.2	484	3.21	13280	88.2	1113	7.39	15057
NORDESTE	29	BA	178	Salvador	353	0.95	802	2.16	31467	84.92	4432	11.96	37054
NORDESTE	29	BA	283	Valença	153	1.52	337	3.35	8800	87.54	763	7.59	10053
NORDESTE	29	BA	287	Barreiras	256	1.85	671	4.86	12062	87.36	819	5.93	13808
NORDESTE	29	BA	288	Brumado	144	1.14	314	2.49	10955	86.77	1212	9.6	12625
NORDESTE	29	BA	289	Ibotirama	151	2.08	353	4.86	6236	85.85	524	7.21	7264
NORDESTE	29	BA	290	Jequié	232	1.46	513	3.23	13899	87.62	1219	7.68	15863
NORDESTE	29	BA	335	Vitória da Conquista	384	2.06	875	4.69	16409	87.94	991	5.31	18659
NORDESTE	29	BA	343	Camaçari	207	1.84	326	2.9	9471	84.16	1249	11.1	11253
NORDESTE	29	BA	344	Cruz das Almas	94	1.37	221	3.21	5628	81.73	943	13.69	6886
NORDESTE	29	BA	345	Paulo Afonso	129	1.42	307	3.39	7917	87.36	709	7.82	9062
NORDESTE	29	BA	346	Porto Seguro	154	1.63	329	3.49	8230	87.35	709	7.52	9422
NORDESTE	29	BA	398	Teixeira de Freitas	177	1.52	403	3.47	10207	87.89	827	7.12	11614
NORDESTE	29	BA	400	Alagoinhas	236	1.39	607	3.58	14099	83.08	2028	11.95	16970
NORDESTE	29	BA	401	Irecê	326	1.91	653	3.82	14720	86.18	1381	8.09	17080
NORDESTE	29	BA	402	Santa Maria da Vitória	190	1.59	527	4.4	10389	86.67	881	7.35	11987
TOTAL ESTADO BAHIA					5.839	1.48	13.752	3.49	339.907	86.32	34.273	8.7	393.771

ANEXO E: Relatório do Estado Nutricional de adolescentes sob o índice Altura x Idade residentes na Bahia no ano de 2017

Abrangência Estadual / Região de Saúde					Altura X Idade						
Região	Código UF	UF	Código da Região de Saúde	Região de Saúde	Altura Muito Baixa para a Idade		Altura Baixa para a Idade		Altura Adequado para a Idade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORDESTE	29	BA	4	Seabra	332	3.25	596	5.84	9272	90.9	10200
NORDESTE	29	BA	7	Guanambi	569	2.94	895	4.63	17876	92.43	19340
NORDESTE	29	BA	47	Serrinha	915	2.74	1796	5.37	30744	91.9	33455
NORDESTE	29	BA	54	Feira de Santana	1348	4.42	1368	4.49	27763	91.09	30479
NORDESTE	29	BA	55	Itaberaba	361	2.59	721	5.17	12877	92.25	13959
NORDESTE	29	BA	56	Ribeira do Pombal	424	2.81	937	6.2	13750	90.99	15111
NORDESTE	29	BA	106	Santo Antônio de Jesus	537	2.59	894	4.31	19314	93.1	20745
NORDESTE	29	BA	107	Senhor do Bonfim	568	3.76	778	5.15	13761	91.09	15107
NORDESTE	29	BA	112	Ilhéus	528	4.48	714	6.05	10551	89.47	11793
NORDESTE	29	BA	113	Juazeiro	617	2.55	1303	5.39	22265	92.06	24185
NORDESTE	29	BA	175	Itabuna	531	2.74	980	5.06	17863	92.2	19374
NORDESTE	29	BA	176	Itapetinga	238	2.98	393	4.92	7350	92.09	7981
NORDESTE	29	BA	177	Jacobina	510	2.69	888	4.68	17567	92.63	18965
NORDESTE	29	BA	178	Salvador	969	2.51	1405	3.64	36257	93.85	38631
NORDESTE	29	BA	283	Valença	518	3.81	807	5.94	12270	90.25	13595
NORDESTE	29	BA	287	Barreiras	500	3.04	917	5.58	15007	91.37	16424
NORDESTE	29	BA	288	Brumado	346	1.96	833	4.72	16477	93.32	17656
NORDESTE	29	BA	289	Ibotirama	270	3.16	484	5.67	7789	91.17	8543
NORDESTE	29	BA	290	Jequié	590	2.96	1012	5.09	18299	91.95	19901
NORDESTE	29	BA	335	Vitória da Conquista	513	2.82	1029	5.65	16666	91.53	18208
NORDESTE	29	BA	343	Camaçari	495	3.79	583	4.47	11972	91.74	13050
NORDESTE	29	BA	344	Cruz das Almas	391	4.33	469	5.19	8177	90.48	9037
NORDESTE	29	BA	345	Paulo Afonso	239	2.95	440	5.43	7424	91.62	8103
NORDESTE	29	BA	346	Porto Seguro	299	2.88	581	5.6	9501	91.52	10381
NORDESTE	29	BA	398	Teixeira de Freitas	459	3.67	782	6.25	11280	90.09	12521
NORDESTE	29	BA	400	Alagoinhas	765	3.34	1446	6.32	20685	90.34	22896
NORDESTE	29	BA	401	Irecê	715	3.19	1034	4.62	20630	92.18	22379
NORDESTE	29	BA	402	Santa Maria da Vitória	453	3.03	764	5.12	13710	91.85	14927
TOTAL ESTADO BAHIA					15.000	3.08	24.849	5.1	447.097	91.82	486.946

**ANEXO F: Relatório do Estado Nutricional de crianças menores de 5 anos de idade sob o índice
Peso x Idade residentes em Salvador no ano de 2017**

Abrangência Municipal					Peso X Idade								
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORDESTE	29	BA	292740	SALVADOR	218	0.68	599	1.88	28.055	88.06	2.987	9.38	31.859
TOTAL ESTADO BAHIA					4.238	0.96	12.361	2.81	387.369	88.18	35.324	8.04	439.292
TOTAL REGIÃO NORDESTE					19.016	1.06	54.997	3.07	1.555.286	86.85	161.520	9.02	1.790.819
TOTAL BRASIL					61.367	1.33	145.118	3.13	4.063.864	87.78	359.423	7.76	4.629.772

**ANEXO G: Relatório do Estado Nutricional de crianças na faixa etária entre os 5 e 10 anos de idade sob o índice
Peso x Idade residentes em Salvador no ano de 2017**

Abrangência Municipal					Peso X Idade								
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORDESTE	29	BA	292740	SALVADOR	233	0.86	551	2.04	22.956	85.05	3.252	12.05	26.992
TOTAL ESTADO BAHIA					5.839	1.48	13.752	3.49	339.946	86.32	34.279	8.7	393.816
TOTAL REGIÃO NORDESTE					27.444	1.7	65.566	4.05	1.371.179	84.75	153.630	9.5	1.617.819
TOTAL BRASIL					56.950	1.5	136.077	3.6	3.216.639	85	374.683	9.9	3.784.349

ANEXO H: Relatório do Estado Nutricional de adolescentes sob o índice Altura x Idade residentes em Salvador no ano de 2017

Abrangência Municipal					Altura X Idade						
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Altura Muito Baixa para a Idade		Altura Baixa para a Idade		Altura Adequado para a Idade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORDESTE	29	BA	292740	SALVADOR	698	2.59	953	3.53	25.315	93.88	26.966
TOTAL ESTADO BAHIA					15.008	3.08	24.858	5.1	447.226	91.82	487.092
TOTAL REGIÃO NORDESTE					79.611	3.92	152.517	7.52	1.797.131	88.56	2.029.259
TOTAL BRASIL					152.623	3.33	316.323	6.89	4.120.142	89.78	4.589.088